

muito bem sedimentadas no item 1.4 A, do *Termo de Referência*, já que esse trata sobre a necessidade de trabalhar para a identificação e caracterização da população, cuja renda, meios de subsistência e modo de vida foram comprometidos por danos decorrentes do rompimento. Consideramos que as atividades previstas nesta macroação são pertinentes e condizem com a metodologia de trabalho adotada pela AEDAS.

3.8DRP e Demandas Emergenciais

A macroatividade *DRP e demandas emergenciais*, de forma geral, consiste no levantamento, sistematização e divulgação dos principais danos às comunidades e pessoas atingidas, de forma que promova a participação ativa e informada dos atingidos e atingidas. Além disso, a atividade também executa os levantamentos e encaminhamentos das demandas emergenciais identificadas. Com relação ao *DRP*, ele foi iniciado no segundo ciclo e culminou na divulgação da matriz de medidas reparatórias emergenciais no ciclo passado. Nota-se a vinculação desta macroatividade tanto com os objetivos específicos da Assessoria, previstos no plano de trabalho, como no Edital de Chamamento e Termo de Referência, ambos os documentos que explicitam o direito à Assessoria Técnica, garantido em fevereiro de 2019. Diante disso, suas ações são de extrema importância para a ATI e, sobretudo, para as atingidas e atingidos.

Esta macroatividade envolve quatro atividades operacionais: 1) Live da Matriz Emergencial para divulgação social e técnica; 2) Equipe Emergencial; 3) Reuniões de Grupos de Atingidos e Atingidas - planos de ação (3.2) e 4) Coletivização de demandas emergenciais do RF e da Matriz de Medidas Reparatórias Emergenciais. Algumas dessas atividades estão intimamente ligadas a outras, como é o caso da Live da Matriz com a coletivização de demandas emergenciais do RF e da Matriz de Medidas Reparatórias Emergenciais.

Como já foi dito, finalizada no segundo ciclo, a Matriz Emergencial foi publicada e amplamente divulgada no ciclo passado. Junto com essa divulgação externa (jornais, blogs, canais de comunicação de movimentos

sociais e institucionais), a matriz foi também divulgada para os atingidos nos GAAs e nas suas respectivas comissões. Todo este movimento de retorno do trabalho desenvolvido desde agosto/2021 é considerado, além de importante, bastante coerente com o contexto do processo judicial, pois segundo a própria ATI, ela contribui no embasamento de diretrizes para o processo de mitigação dos danos e a reparação integral. A *live* destacou a divulgação do processo de construção da matriz, enquanto a coletivização das demandas demarcou os pontos de correlação das propostas levantadas nos RF com as medidas da matriz. Além disso, as propostas identificadas foram analisadas técnica e juridicamente, possibilitando a criação de um plano de ação junto com as pessoas atingidas e um caminho possível de ações prioritárias frente às discussões do acordo.

A matriz emergencial foi apresentada pela AEDAS neste ciclo como plano de ação para a execução do acordo na rodada de GAA 3.2, que contou com a realização de 48 GAAs na região 01 e oito reuniões com a comissão do Protocolo de Consulta do PCTRAMA e 67 reuniões de GAAs na região 02. A metodologia adotada para a realização desses espaços participativos contou com uma fase preparatória cuidadosa na qual foi elaborado o material didático específico para os GAAs, a formação com as equipes para os GAAs, bem como, a definição do cronograma de realização dos referidos espaços. Todo o processo que culmina com a realização dos GAAs denota a importância dada pela ATI ao princípio da participação informada e todos os esforços que a assessoria produz para efetivá-lo.

Importante ressaltar, também, que a ATI embasou a construção dos projetos relacionados aos anexos 1.3 e 1.4 do acordo judicial na matriz de medidas emergenciais. Assim, fica clara a importância do desenvolvimento da matriz que, apesar de finalizada no segundo ciclo, continua fundamentando e interligando várias atividades promovidas pela assessoria.

Ainda com relação a essa macroatividade, no ciclo passado, foi realizada a ação de criação da “Equipe Emergencial”. Essa equipe objetivava a realização das listas emergenciais, assim como fluxos e encaminhamentos das demandas levantadas. Eles também contribuíram

na coleta e sistematização de informações referentes a demandas emergenciais durante o DRP.

Outra ação que constava como vinculada às anteriores no ciclo passado é o levantamento das Demandas de Situação de Vulnerabilidade e Extrema Vulnerabilidade (individuais e coletivas). Na planilha deste ciclo, a referida atividade operacional consta inserida na macroatividade *Registro e Acompanhamento Familiar*, narrada no tópico acima.

3.9 Projetos para a Bacia do Paraopeba

A macroatividade de *projetos para a Bacia do Paraopeba* iniciou-se no final de março de 2021, tendo se desenvolvido durante os meses de abril e maio de 2021 e sua conclusão ocorrido em mês posterior à análise do presente ciclo (junho/2021), com as *lives* de apresentação dos projetos enviados para os comprometentes. Em decorrência da celebração do acordo judicial entre Vale, IJs e Estado de Minas Gerais, em fevereiro de 2021, foram atribuídas mais algumas atividades às assessorias técnicas, notadamente, no que diz respeito ao acompanhamento e execução do referido acordo. Uma dessas atividades consistiu na apresentação de projetos para toda a Bacia do Paraopeba (anexo 1.3 do acordo) e de projetos para Brumadinho, no caso da região 01 (anexo 1.4 do acordo). A referida macroatividade foi subdividida em três atividades operacionais: 1) Rodas de diálogo - Projetos de Municípios (anexos 1.3 e 1.4); 2), Reunião de Conselhos - Caracterização dos Projetos de Municípios (anexos 1.3 e 1.4); e 3) e Live de apresentação dos projetos de municípios (anexos 1.3 e 1.4).

Apesar de dividida em três ações operacionais, a AEDAS consignou no relatório narrativo que a macroatividade foi desenvolvida em oito etapas: 1) Rodada de GAA 3.2 com o objetivo de repassar detalhes sobre o acordo judicial e os próximos passos para as principais medidas reparatorias emergenciais das comunidades, com validação dos Planos de Ação (matriz de medidas emergenciais), construídos pela assessoria para cada uma das comunidades acompanhadas; 2) Validação e aprovação das listas de medidas

prioritárias e respectivos projetos em Rodas de Diálogo divididas: a) a partir do zoneamento de comunidades com demandas semelhantes dentro do Plano de Ação, totalizando 14 RDs na região 01 e b) a partir dos municípios assistidos e de uma RD específica para o PCTRAMA, totalizando 17 RDs na região 02; 3) Acompanhamento dos anexos por meio da escrita de pré-projetos pelas equipes temáticas Aedas para cada uma das medidas, levando em conta os apontamentos e especificidades de cada uma delas apresentadas nas RDs; 4) Continuação do acompanhamento, com apresentação dos pré projetos para os conselheiros e conselheiras comunitárias; 5) Continuação do acompanhamento com a complementação da escrita dos projetos a partir das observações feitas pelos conselheiros e conselheiras de cada zona pela AEDAS; 6) Continuação do acompanhamento com a revisão dos projetos a partir das demandas colocadas pelos conselhos comunitários; 7) Envio dos projetos para os comprometentes dentro do prazo estipulado, qual fosse, dia 05/05/2021. Importante destacar que no dia 06/05/2021 foi prorrogada a entrega do prazo do envio dos projetos por mais 30 dias, tendo a ATI aberto: **a.** espaço para auxiliar no detalhamento de propostas de projetos enviados por indivíduos e/ou grupos de pessoas das comunidades acompanhadas, **b.** plantões tira-dúvidas com reuniões específicas com cada área temática da Aedas, e **c.** nova rodada de revisão dos projetos; 8) Espaços para a apresentação dos projetos para as comunidades.

Das etapas apresentadas é possível visualizar o bom planejamento metodológico realizado pela AEDAS para o desenvolvimento da macroatividade, incluindo a interdependência das etapas programadas e realizadas. A equipe da CAMF conseguiu acompanhar alguns dos espaços participativos realizados nas etapas, tais como algumas rodas de diálogo, algumas reuniões com conselheiras e conselheiros, algumas reuniões com os conselhos comunitários e alguns plantões de tira-dúvidas.

No acompanhamento dos referidos espaços também foi possível observar o esforço realizado pela ATI para cumprir o princípio da participação informada e, de fato, possibilitar uma efetiva



participação das pessoas atingidas na construção dos projetos. Três observações se fazem imprescindíveis: 1) A divisão das comunidades atingidas em conselheiras e conselheiros e conselhos comunitários foi uma ótima iniciativa para possibilitar o protagonismo do processo de construção dos projetos pelos atingidos e atingidas; 2) A utilização da matriz de medidas emergenciais como plano de ação (especificamente, como pressuposto) para a construção dos projetos foi uma iniciativa interessante e que demonstra a importância da matriz construída, contudo, a CAMF sugere a revisão constante da sua utilização com as pessoas atingidas. Isso porque foi possível observar os diversos questionamentos trazidos pelas pessoas atingidas sobre a utilização da matriz para a construção dos projetos; 3) Ficou clara a insatisfação das pessoas atingidas com o acordo judicial celebrado, sempre destacando a ausência de participação das mesmas na sua construção e o descontentamento com a postura ausente das IJs no acompanhamento da execução das atividades do acordo judicial.

Também foi possível notar que a exiguidade do prazo com que a atividade deveria ser cumprida prejudicou, acentuadamente, a efetivação do princípio da participação informada, a despeito dos numerosos esforços realizados pela AEDAS para que o princípio fosse atendido. Isso porque tratava-se de processo complexo, no qual as pessoas atingidas precisavam de tempo razoável para entender a questão e, posteriormente, tentar construir os projetos. A revolta dos atingidos e atingidas com o prazo estabelecido pelo acordo judicial para a apresentação dos projetos foi tão grande que gerou a mobilização da ATI para o envio de ofícios para as IJs, a fim de conseguir a dilação do prazo. Objetivo alcançado pela assessoria, já que no dia seguinte ao prazo final para a entrega dos projetos, ocorreu a concessão de mais 30 dias. Mesmo assim, dada a complexidade e importância da atividade, considera-se que o prazo foi insuficiente.

Outro fato que demonstrou a insatisfação das pessoas atingidas com todo o processo referente ao envio dos projetos foi o fato de algumas comunidades da região 01 terem se recusado a participar da *live* de apresentação dos projetos antes de que os membros do MP e

DP prestassem alguns esclarecimentos sobre a celebração e execução do acordo judicial. Apesar de o período em que as *lives* de esclarecimento e de publicização dos projetos ser superior ao de análise deste relatório, importante destacar que a AEDAS conseguiu com que fossem prestados os “esclarecimentos” pelo MP e pela DP antes das *lives* de publicização dos projetos, tendo, portanto, atendido à demanda dos atingidos e atingidas.

Por todo o exposto, com relação à macroatividade ora analisada, é possível concluir que a atuação da AEDAS foi escorreitamente adequada. Houve esmero na apresentação e consecução da metodologia, grande esforço para o cumprimento do princípio da participação informada, além de ter ficado claro que a AEDAS cumpriu seu papel no atendimento das pessoas atingidas ao ter conseguido a prorrogação do prazo para o envio dos projetos, bem como, na realização da *live* de esclarecimentos com as IJs.

3.10 Programa de Transferência de Renda

A macroatividade do *Programa de Transferência de Renda (PTR)* foi iniciada em fevereiro de 2021, mas atingiu o seu ápice de execução no trimestre de março, abril e maio. Com a assinatura e homologação do acordo judicial entre Estado de Minas Gerais, IJs e Vale, as assessorias técnicas independentes receberam a determinação de auxiliar no processo de consulta à população atingida sobre os critérios e definições referentes ao PTR (anexo 1.2 do acordo). O contexto estabeleceu para a AEDAS a consumação de novas funções, visando a potencialidade da consulta informada de todo o processo. É uma ação direcionada, com temática bem definida e que envolveu o trabalho e a dedicação de todas as equipes da respectiva ATI. A macroatividade *Programa de Transferência de Renda* subdividiu-se em três grandes atividades operacionais, bem estruturadas e definidas em sua aplicabilidade: 1) Reuniões de Grupos de Atingidos e Atingidas; 2) Roda de Diálogos, com apresentação de cenários; e 3) Devolutiva de Critérios de recebimento do PTR.



A ação operacional de reuniões *de grupos de atingidos e atingidas* foi iniciada no dia 30 de março e finalizada em 10 de abril. Ao todo, ao longo desse período estipulado, foram realizados 51 encontros sobre o PTR na região 01 (sendo duas reuniões específicas com as comunidades quilombolas) e 59 encontros na região 02. A AEDAS disponibilizou o cronograma das ações em sua totalidade para a Equipe de Referência da CAMF, permitindo um acompanhamento mais amplo, direto e de qualidade. Além disso, foi possível analisar previamente o material produzido pela ATI com essa temática, o que potencializou ainda mais as análises metodológicas.

Os esforços das equipes AEDAS foram notáveis: a população foi convocada para participar incessantemente das reuniões e espaços de consulta. Dezenas de vídeos, áudios, *cards* e outros vários tipos de materiais informativos foram ministrados e repassados para a comunidade. Canais diretos com a ATI, para esclarecimentos de dúvidas e questionamentos objetivos, potencializaram entendimentos de atingidos e atingidas, produzindo maior engajamento nas ações.

Com o agravamento dos índices de contaminação pela Covid-19 no Estado de Minas Gerais, e após o decreto da onda roxa, instituído em março de 2021, os espaços participativos continuaram a ser realizados apenas por reuniões virtuais. Esse contexto é um dificultador importante para o trabalho das ATIs e para a participação de diversas comunidades atingidas. Tanto na região 01, quanto na região 02, existem famílias sem acesso à internet. Apesar de toda essa problemática, constam nos documentos apresentados pela AEDAS que mais de três mil pessoas atingidas foram consultadas nos espaços participativos dos GAAs.

A segunda ação operacional da macroatividade aqui destacada se tratava do desenvolvimento das *rodas de diálogos*, com a apresentação de cenários possíveis para a implementação do PTR. Entretanto, após orientações das Instituições de Justiça participantes do processo, essa atividade foi cancelada e seu objetivo foi transferido para a implementação de uma *live* para toda a Bacia do Paraopeba.

Com a participação de todas as ATIs e diversos órgãos públicos, no dia 6 de maio foi executada uma atividade ampla de



devolutiva de critérios de recebimento do PTR. A *Live* foi transmitida pelo Youtube, durou duas horas e contou com mais de 1,5 mil espectadores. Destaca-se a ótima organização da atividade, tendo a CAMF notado a boa integração da AEDAS com as demais ATIs e a adoção de uma metodologia objetiva e didática, que possibilitou a compreensão dos atingidos e atingidas.

Expostas todas essas informações, se fazem necessárias algumas considerações e apontamentos. Os prazos estipulados pelo acordo judicial, com anuência do grupo de compromitentes foram efêmeros e impraticáveis no que diz respeito ao desenvolvimento de uma participação informada de qualidade. Assim como ocorreu com a macroatividade dos projetos. Não houve tempo para reflexões e debates mais profundos a respeito da temática. Durante os acompanhamentos realizados pela Equipe de Referência da CAMF, foi possível verificar sucessivas críticas ao processo realizadas repetidamente por atingidas e atingidos. É possível apontar, portanto, prejuízo da qualidade da participação informada em razão de prazo estabelecido no acordo judicial.

3.11 Atendimento coletivo às crianças – espaço de cuidado

A macroação de *atendimento coletivo às crianças – espaço de cuidado* é uma ação de caráter contínuo e deve ocorrer ao longo da realização de todas as atividades coletivas. A partir das atividades de produção dos materiais didáticos utilizados nos espaços de ciranda (áudios, *cards* e rádio *Aedinhas*); divulgação dos materiais de ciranda nos grupos gerais da Aedas; e realização de cirandas presenciais, são produzidos e aplicados materiais de apoio e suporte para as cirandas.

A produção de documentos deve atender às necessidades coletivas de crianças e das famílias atingidas. Além disso, essas atividades são de extrema importância para garantir a participação das crianças no processo de reparação integral, promovendo entendimentos e debatendo assuntos relevantes de maneira lúdica. A AEDAS ressaltou que neste ciclo foi



possível a efetiva realização das cirandas, uma vez que foram realizadas ações virtuais e presenciais.

Essa atividade é considerada bastante interessante e deve ser valorizada. As adaptações e as ações realizadas são extremamente coerentes com os objetivos propostos pela ATI e com as demandas que surgiram com a pandemia, mas também para o cuidado com as populações atingidas. Entendendo a infância como uma geração que deve ter um cuidado especial, atividades para este público específico são essenciais. Acrescido a isso, os desafios colocados pela pandemia (como, por exemplo, o fechamento das escolas) agravam ainda mais a situação de vulnerabilidade das famílias e, em consequência, das crianças.

Por fim, valoriza-se o esforço da ATI e consideramo-lo bastante coerente com a centralidade do princípio do sofrimento da vítima (neste caso, as vítimas infantis, que não podem ser ignoradas nesse processo). É importante ressaltar o levantamento feito e a menção do relatório à juventude. Entendemos que o atendimento e a participação qualificada dessa população é de extrema importância para o processo de reparação integral, permitindo, inclusive, o aparecimento de novas lideranças territoriais.

3.12 Reunião com Comissões de Atingidos

A macroatividade em destaque é formada por duas ações que não podem ser entendidas em separado. A primeira se trata do levantamento e atualização constante da lista de comunidades que possuem ou não comissões. Já a segunda ação direcional refere-se às reuniões quinzenais com os grupos em si. Essa macroatividade possui caráter contínuo e será executada durante todo o trabalho da AEDAS.

Levando em consideração que um dos objetivos específicos previstos no plano de trabalho da ATI é o fomento da auto-organização das famílias atingidas, a *reunião com comissões de atingidos* é uma atividade participativa essencial para o desenvolvimento do trabalho da assessoria. Esses encontros quinzenais são imbuídos do propósito de potencializar e



viabilizar o fluxo de informações de qualidade, fortalecendo o controle social das comunidades atingidas.

Durante o período de março a maio de 2021, foram realizadas dez reuniões com as comissões da região 01 e 11 encontros com as comissões da região 02. Os assuntos condutores das discussões desenvolvidas nesses espaços foram primordiais para alinhar entendimentos e fomentar o debate sobre a reparação. Gostaríamos de destacar os pontos comuns dos debates:

- Acordo Judicial entre Vale, IJs e Estado de Minas Gerais - significados, composições, execuções e desdobramentos;
- Programa de Transferência de Renda - cronograma, composição, ações e desdobramentos;
- Anexos 1.3 e 1.4: Construção de Projetos para Bacia do Paraopeba - cronograma, ações, organização e desdobramentos;
- Proposta de reunião com IJs e Compromitentes para alinhamento de informações e esclarecimentos gerais.

A macroatividade de *reunião com comissões de atingidos*, portanto, cumpriu com as metas e objetivos traçados pela AEDAS, mesmo diante da sobrecarga de trabalho imposta pelo contexto de execução do acordo judicial. Destacamos, ainda, outras dificuldades para o desenvolvimento das ações em destaque, como os problemas de acesso à internet em uma série de comunidades e o fator pandêmico, que impossibilitou a realização de reuniões presenciais. Por fim, devemos destacar a importância da lista das comissões se manterem sempre atualizadas, pois os processos de mobilização e desmobilização são normais, sendo necessário lançar mão dessas listas por diversas oportunidades. Acrescido a isso, ressalta-se que todas as decisões do processo judicial têm gerado indignação e desânimo nos atingidos e atingidas e isso reflete no engajamento dos indivíduos nas comissões. Sendo assim, o cuidado no acompanhamento a tais grupos é essencial.



3.13 Ciclos de Debate

A macroatividade intitulada pela AEDAS como *ciclos de debates* é composta por uma série de atividades operacionais que dão continuidade às discussões, já iniciadas e sistematizadas nos processos citados anteriormente. São ações que vão desde a organização e execução dos GAAs até a sistematização dos debates. Segundo a ATI, o produto dessa metodologia será posteriormente apresentado nos Seminários Regionais e Temáticos (a fim de aprofundar os debates com a população atingida, fornecer informações técnicas e contribuir na participação informada dos atingidos e atingidas no processo). Por fim, é na assembleia de atingidos e atingidas que serão deliberadas coletivamente as definições construídas, consolidando assim a Matriz de Reparação de Reconhecimento. Sendo assim, é possível afirmar que a atividade é central para o trabalho da assessoria nos territórios.

Inicialmente, o plano de trabalho da ATI previa a realização de seis ciclos de debates com o objetivo de reconhecimento de danos e dois com o objetivo de construção de diretrizes de reparação. Entretanto, foi justificado em seu relatório que, devido aos atrasos causados pela pandemia e por outras demandas não previstas em seu cronograma, foi determinada a não implementação dos ciclos de debate referentes à reparação. Além disso, as execuções de atividades relacionadas ao acordo judicial e seus sucessivos atravessamentos fizeram a AEDAS readequar o cronograma de início dos *ciclos de debates* para junho de 2021.

Com relação à alteração no cronograma, a CAMF compreende a decisão, tendo em vista que o acordo judicial atravessou todo o processo previamente planejado, trazendo a necessidade de significativas adaptações do trabalho. Fato este acentuado pela sobrecarga de trabalho a qual as equipes da ATI estão submetidas, que tem gerado a alta rotatividade de profissionais na assessoria. Com todos esses acontecimentos, de fato, a ATI não teria condições adequadas para iniciar a atividade de forma satisfatória a fim de responder a todos



os questionamentos e demandas das populações atingidas.

3.14 Construção de Diretrizes e Acompanhamento de Medidas Reparatórias

A macroatividade de *construção de diretrizes e acompanhamento de medidas reparatórias* estabelecida pela AEDAS constitui atividade de natureza técnica e possui como guia norteador o processo de reparação integral. Ela subdivide-se em duas ações operacionais muito bem delineadas: 1) Construção de Diretrizes e 2) Acompanhamento de medidas reparatórias.

Destaca-se a extrema importância dessa macroatividade no processo de reparação de danos, tendo em vista que seu objetivo é essencialmente a construção das diretrizes e critérios de reconhecimento dos danos ocorridos após o rompimento da barragem. Além de assessorar as pessoas atingidas na compreensão da definição dos danos e das medidas reparatórias faz parte da ação a validação de todas as construções junto à população atingida.

No período analisado, a ATI teve como principal foco dessa macroatividade o término da construção da Matriz de Medidas Emergenciais, sua validação, incorporação pelas comunidades atingidas e apropriação como plano de trabalho local. Depois de devidamente finalizada a referida matriz, a AEDAS promoveu a divulgação das informações sistematizadas, reforçando a potencialidade desses respectivos dados a serem utilizados na escolha dos projetos elencados no acordo (anexos 1.3 e 1.4) firmado entre Governo de Minas, IJs e Vale.

Apesar de algumas atividades se encontrarem atrasadas, a ATI desempenhou, no período em análise, novas funções na execução das ações do acordo judicial, como já exaustivamente narrado. Desde a celebração do documento, a AEDAS vem desempenhando atividades indispensáveis para fortalecer o princípio da participação informada junto aos atingidos e atingidas. Essas novas demandas sobrecarregam a atuação da ATI que, conseqüentemente, precisa adequar com frequência, de forma involuntária, seus prazos e execuções.

3.15 Acompanhamento do Processo Judicial

Esta macroatividade se caracteriza por uma natureza híbrida: tanto participativa, quanto técnica. Participativa porque possui como meta o repasse de informações aos atingidos e atingidas sobre o andamento do processo judicial, continuamente, e técnica porque o repasse dessas informações, especificamente com relação às atualizações do acordo, deve ser realizado, não somente no contato com os atingidos e atingidas, mas, também, por meio da produção de materiais para a compreensão das referidas atualizações.

Denota-se que esta macroatividade visa atender a um objetivo específico previsto no Plano de Trabalho da Assessoria: o de oferecer informações técnicas qualificadas e acompanhamento às comissões e ao conjunto de famílias atingidas em linguagem adequada às suas características socioculturais sobre o processo judicial, a sua instrução, a identificação dos danos e sobre a reparação integral.

No que diz respeito ao acompanhamento das mudanças e atualizações processuais, verifica-se que está em andamento e possui caráter contínuo, enquanto estiverem em curso os processos judiciais referentes ao rompimento da barragem. Segundo informação da AEDAS, a equipe DRI produz relatórios semanais sobre as atualizações do processo judicial, podendo o referido relatório ser emitido em prazo menor, caso a dinâmica do trabalho permita.

Neste ciclo, a equipe DRI produziu 29 relatórios para ambas as regiões. Denota-se que o acompanhamento do processo judicial realizado pela ATI é indispensável e deve ser mantido, já que essa é uma das formas que assegura a efetivação do princípio da participação informada dos atingidos e atingidas. O repasse claro de informações é o primeiro passo para que a participação possa ocorrer e é por meio do acompanhamento dos processos judiciais que esse repasse de informações pode ocorrer.

A assessoria ainda relata que organizou diversos espaços para fornecer respostas às pessoas atingidas (telefone e *online*), tanto com



relação a dúvidas advindas do processo judicial quanto do acordo. Também foram produzidos documentos para o esclarecimento de dúvidas pela equipe DRI, sendo que as principais temáticas desses documentos se concentraram em resolução de dúvidas sobre direitos individuais, demandas emergenciais e auxílio emergencial. A manutenção de um canal aberto entre as pessoas atingidas e a ATI para a resolução de dúvidas é fundamental para garantir o repasse qualificado de informações e deve ser mantido, divulgado e incentivado.

Com relação aos materiais de comunicação sobre a atualização do acordo, foram produzidos alguns documentos, tais como o de resposta às dúvidas referentes à transição do auxílio emergencial para o PTR e questões jurídicas relacionadas e o das respostas às dúvidas relacionadas ao direito ao PTR para famílias beneficiárias do Bolsa Família. A produção dos referidos materiais é extremamente relevante para possibilitar o entendimento de questões técnicas pelos atingidos e atingidas, ressaltando-se, sempre, a necessidade de que esses materiais possuam uma linguagem fácil e acessível.

Necessário destacar, somente, que não há registro da produção de material comunicativo sobre a audiência ocorrida no dia 29/04/2021, que tratou de algumas atualizações do acordo, até porque consta a informação equivocada na planilha de atividades de que não houve audiência no período de análise do presente finalístico.

Por todo o exposto, denota-se que, no período em análise, a assessoria cumpriu, devidamente, a atividade de acompanhamento do processo judicial. Sugere a CAMF, somente, que a informação da ausência de realização de audiência no período seja retificada e que, caso produzido material sobre a referida audiência, seja o mesmo encaminhado para a equipe de referência.

3.16 Assistência Técnica Pericial

Esta macroatividade está relacionada, também, ao acompanhamento do processo judicial, mas possui natureza

eminentemente técnica. É atividade de caráter contínuo e subdivide-se em duas atividades operacionais: 1) quesitação UFMG e 2) acompanhamento dos subprojetos. Esta atividade cumpre o objetivo específico previsto no plano de trabalho da AEDAS de “promover assistência às partes autoras nos processos judiciais nº 5044954- 73.2019.8.13.00.0024 e 5087481-40.2019.8.13.0024, exercendo o princípio da cooperação e avaliações informações técnicas”.

No que diz respeito à atividade operacional 01, que é uma atividade de natureza contínua, a depender das chamadas realizadas pelo CTC/UFMG, informa a assessoria que todas as metas foram alcançadas no sentido de acompanhamento das chamadas da UFMG por meio de participação de reuniões com o CTC e de reuniões internas na assessoria sobre a macroatividade. Não houve, no trimestre em análise, abertura para a apresentação de quesitos, fato atestado, inclusive, pela assessoria jurídica da CAMF.

Com a celebração do acordo, como narrado no parecer passado, foram extintas determinadas chamadas e aglomeradas outras tantas. No ciclo em análise, o CTC apresentou alteração no seu plano de trabalho em razão do fato acima narrado. A AEDAS, cumprindo seu papel de assistente técnica, em conjunto com as demais ATIs, produziu ofício denominado “Posicionamento das Assessorias Técnicas Independentes (ATIs) quanto à alteração do Plano de Trabalho do Comitê Técnico Científico da Universidade Federal de Minas Gerais (CTC/UFMG) e à aglutinação e readequação das perícias técnicas”, manifestando-se, expressamente sobre a alteração do plano de trabalho da perita do juízo.

Com relação à atividade operacional 02, que também é uma atividade de caráter contínuo, o período deste relatório foi marcado por algumas análises jurídicas periciais realizadas tanto na R1 quanto na R2. Assim, na região 01, a ATI fez o acompanhamento de Estudos sobre Avaliação de Risco à Saúde Humana, tendo participado de reuniões dos GTs de Meio Físico e Biótico, junto com as demais ATIs e a CAMF; além de ter acompanhado os estudos de Avaliação de Risco à Saúde Humana e Avaliação de Risco Ecológico. Na região 02, a AEDAS realizou o acompanhamento sobre Estudos de Avaliação de Risco à Saúde Humana

e Risco Ecológico; o acompanhamento do desenvolvimento das chamadas da UFMG relacionadas à saúde e Avaliação de Risco à Saúde Humana; o acompanhamento do estudo de Avaliação de Risco a Saúde e Risco Ecológico desenvolvido pelo Grupo EPA; a participação em reuniões dos GTs de Meio Físico e Meio Biótico em conjunto com as demais ATIs e a CAMF e o acompanhamento dos estudos de Avaliação de Risco à Saúde Humana e Avaliação de Risco Ecológico.

Assim, as atividades descritas acima asseguram o total cumprimento do objetivo de assistente técnica das partes autoras, notadamente, no que diz respeito ao acompanhamento dos subprojetos, não havendo ressalvas a serem realizadas nesse ponto.

Pontue-se, somente, que a ATI, em cumprimento do princípio da participação informada, também deve garantir o repasse de informações às pessoas atingidas sobre o diagnóstico de danos e levantamento de provas. A referida meta é concretizada por meio da formulação e divulgação de, pelo menos, 4 materiais informativos de periodicidade trimestral voltados aos atingidos sobre os estudos da UFMG, abarcando informações sobre a metodologia, execução e formas de incidência das chamadas. Esse material, como pontuado nos dois relatórios anteriores, ainda não foi encaminhado para a CAMF e é indispensável para a realização de uma análise completa da atividade operacional ora analisada.

Por fim, também é importante destacar que a ATI não contribuiu no trimestre analisado com o fornecimento de informações para a UFMG no âmbito de subprojetos específicos, já que a única informação solicitada foi referente ao subprojeto 65, que foi extinto pela realização do acordo judicial, não havendo razão subsistente para que as informações fossem repassadas.

3.17 Participação junto a Coordenação e Acompanhamento Metodológico e Finalístico CAMF/PUC

A participação junto à Coordenação e Acompanhamento Metodológico e Finalístico é uma macroatividade instituída pela AEDAS –



e demais ATIs – que possui característica contínua de realização, com encontros e reuniões que perpassam todo o desenvolvimento do processo. Essa ação possui, no cerne de sua criação, o objetivo de realizar alinhamentos metodológicos entre a CAMF e todas as Assessorias Técnicas Independentes com relação a temas considerados centrais no processo de reparação integral da bacia como um todo.

A referida macroatividade foi dividida em ações operacionais, de acordo com as temáticas para debate e resolução de demandas. Atualmente, após breve reorganização, a AEDAS descreve que são quatro grupos de trabalho que compõem a *participação junto à Coordenação e Acompanhamento Metodológico e Finalístico*: GT Meio Físico, GT Socioeconômico, GT Saúde e GT Programa de Transferência de Renda. Essas atividades operacionais são extremamente relevantes no que se refere à potencialização do diálogo e a troca de informações entre todas as ATIs possibilitando, assim, a elaboração de estratégias e a busca de soluções coletivas mais uniformes para toda a bacia do Paraopeba.

Insta destacar que, apesar de não descrito pela AEDAS, há um quinto grupo de trabalho desenvolvido pela CAMF denominado GT CTC, que visa acompanhar de perto os trabalhos que estão sendo realizados pela perita do juízo, a UFMG. Como regra, a AEDAS também participa do referido grupo de trabalho.

Os trabalhos do GT do Programa de Transferência de Renda foram apenas iniciados em fevereiro, mas suas resoluções e debates ganharam fôlego e potencialidade no trimestre de março, abril e maio. As reuniões foram acompanhadas de perto pela Equipe de Referência da CAMF, fator que contribuiu para a compreensão geral da temática e dos contextos envolvidos. Os trabalhos foram guiados pelo debate sobre critérios, comprovações e cenários. A AEDAS participou ativamente das discussões, contribuiu com todas as etapas do processo de construção coletiva e fez questão de ressaltar, em diversas oportunidades, a realidade vivenciada pela população atingida das regiões 01 e 02.

O acordo judicial instituiu prazos limitadíssimos, o que tornou mais evidente a importância desse diálogo. Foram reuniões cotidianas, quase diárias, para debater os critérios e formular metodologias para toda a

bacia. Os espaços foram conduzidos pela equipe de Coordenação CAMF e houve a exposição dos contextos e realidades de cada região da Bacia do Paraopeba. As discussões foram técnicas, fundamentadas em bibliografias teóricas importantes e em análises jurídicas correspondentes. Foram desenvolvidos uma série de arquivos, relatórios e documentos unificados, com a participação de todas as assessorias técnicas.

O Grupo de Trabalho de Meio Físico se reúne de maneira contínua, mas sem uma periodicidade definida. A AEDAS designa para o desenvolvimento dessa macroatividade, além da coordenação estadual/projeto, as equipes que compõem as áreas temáticas. Essa organização intensifica entendimentos e fortalece o estudo de demandas específicas, algo extremamente necessário no desenvolvimento do processo de reparação. Entretanto, no período compreendido entre março de 2021 a maio de 2021, com a intensificação das execuções do acordo judicial e o acúmulo de responsabilidades e ações desenvolvidas pelas ATIs, as reuniões desse GT em específico, não aconteceram. Apesar da importância das discussões empreendidas no âmbito do espaço em destaque, os curtos prazos estipulados pelo acordo e os atravessamentos de demandas urgentes, apontaram para uma readequação de prioridades. Ainda assim, destaca-se a funcionalidade deste GT para o impulsionamento da promoção de resoluções para o processo de reparação integral: problemas são debatidos, demandas são discutidas e propostas são organizadas para a promoção de resoluções.

A mesma realidade pode ser apontada para o Grupo de Trabalho de Socioeconomia. Os encontros dessa equipe eram organizados quinzenalmente, sendo que tal periodicidade poderia ser alterada mediante a necessidade das demandas implicadas. A fundamentação do GT Socioeconômico possui evidente importância para o alcance da meta da reparação integral. A organização de uma base de dados comum para toda a Bacia do Paraopeba é essencial para gerar soluções fortes e concisas. Entretanto, no atual momento, o trabalho com o banco de dados e, conseqüentemente, o diálogo do GT em destaque está suspenso devido à sobrecarga de debates a resoluções ligadas ao acordo judicial e às indefinições do contexto.



O GT saúde, por outro lado, se consolidou como um grupo de trabalho permanente e estrutural na organização e articulação entre as ATI e a CAMF, e no diálogo das questões referentes a essa temática com os demais atores institucionais envolvidos no processo. A temática de saúde tem uma relevância no processo como um todo e incidência em todos os territórios atingidos, se constituindo como um tema central no processo de reparação integral. Questões relacionadas à saúde física e mental são recorrentes no diálogo com as pessoas atingidas que demandam, constantemente, por resoluções.

O GT se reúne quinzenalmente e tem uma agenda de atividades específicas sobre encaminhamentos de risco à saúde humana. Nos últimos meses uma das atividades do grupo esteve ligada à construção do "Protocolo de Retomada das Atividades Presenciais em pequenos grupos nas comunidades atingidas". Outra pauta trabalhada pelo GT esteve relacionada ao acompanhamento crítico do projeto EPA, a partir do diálogo com o CBP tratando de uma série de questionamentos ao referido projeto. O grupo em destaque discutiu, ainda, destaques/recomendações nos subprojetos do CTC/UFMG - elaboração de documento conjunto a ser enviado às IJs e se debruçou sobre a temática da saúde mental, dedicando um tempo para alinhamento da leitura ampliada do tema, a partir de uma análise psicossocial. A partir dessa discussão, foi proposta a organização de um seminário sobre saúde mental, envolvendo a gestão estadual e os municípios das regiões atingidas, além das ATIS e da CAMF, visando um aprofundamento da temática, assim como um fortalecimento das articulações entre as ATIs e as gestões públicas municipais e estadual.

Entende-se que esses temas tratados são essenciais para as comunidades atingidas e que demandam expertise técnica e estudos assíduos. Por todo o exposto, avaliamos que a AEDAS cumpriu com as metas estabelecidas para a atividade operacional em foco.

3.18 Monitoramento das ações executadas pela Vale

A macroatividade de *monitoramento das ações executadas pela*

Vale tem duas frentes de atuação dentro da AEDAS: a primeira delas diz respeito à ação operacional de *acompanhamento das ações de reparação ambiental*. A função da ATI é de extrema importância e complexidade, uma vez que monitora, de maneira limítrofe, a execução das operações de responsabilidade da Vale. Esse estudo analítico de acompanhamento ocorre a partir das resoluções da auditoria técnica AECOM, contratada pelo Ministério Público de Minas Gerais, ainda no ano de 2019.

É uma ação operacional de característica contínua e deve perpassar a duração de todo o processo. A partir de reuniões mensais, a AEDAS acompanhou de perto as resoluções e apontamentos da AECOM, promovendo devolutivas informativas para as comunidades atingidas, reforçando e potencializando a participação informada de qualidade.

A segunda frente de atuação que compõe a macroatividade de *monitoramento das ações executadas pela Vale* da AEDAS é: *acompanhamento do estudo de ARSH/ARE executado pelo Grupo EPA e Tecnohidro*. Essas empresas respondem ao cumprimento de obrigação de serviço ao Comitê Pró-Brumadinho, desenvolvendo avaliação de riscos à saúde humana e de riscos ecológicos.

É no monitoramento e acompanhamento dessa temática, tão relevante para a população atingida, que a intervenção da AEDAS se faz indispensável. A atividade operacional da ATI possui natureza técnica e é de realização contínua ao longo de todo o processo de reparação integral. As reuniões e encontros entre AEDAS, EPA e Tecnohidro são organizadas mediante o cronograma e agenda das duas empresas, o que, em algumas oportunidades, pode dificultar a resolução de demandas da assessoria técnica.

De maneira geral e objetiva, é possível afirmar que a macroatividade de *monitoramento das ações executadas pela Vale* e suas respectivas ações operacionais específicas é essencial para o repasse de informações para os atingidos e atingidas. Além disso, a execução dessas tarefas pela AEDAS visa garantir a participação informada das comunidades em todas as esferas do processo de

reparação integral dos danos. É importante ressaltar que essa macroação não estava prevista no plano de trabalho, o que exigiu da ATI uma readequação de sua atuação para conseguir acompanhar efetivamente a atividade.

3.19 Acompanhamento dos Povos e Comunidades Tradicionais

A macroatividade de acompanhamento dos povos e comunidades tradicionais, estabelecida pela AEDAS, possui como guia norteador a imprescindível tarefa de assegurar direitos e garantir o respeito às especificidades dessa população durante o processo de reparação integral. A ATI atua de maneira transversal, envolvendo suas múltiplas equipes e todo o seu respectivo conjunto de expertises. Essa macroatividade subdivide-se, de acordo com as particularidades das regiões assessoradas, em duas ações operacionais muito bem delineadas: 1) GT Quilombos e 2) GT PCTRAMA. Reforçamos a complexidade e a importância de viabilizar a participação de cada comunidade, o que, por meio desses GTs, é concretizado com a cobertura de quatro comunidades na região 01 e vários municípios na região 02, ressaltando-se nesse caso, a importância da representação das 36 Unidades Territoriais Tradicionais (UTTs) dessa região.

A ressaltada importância dessa atividade exige aplicações de características contínuas, com reuniões constantes e debates atualizados. Como a própria AEDAS ressalta em seu plano de trabalho, "o cuidado e respeito aos direitos de Comunidades Tradicionais é um princípio da Assessoria e de todo processo de Reparação Integral". Com o recrudescimento da pandemia no período, só aconteceram reuniões virtuais, não obstante, a AEDAS alcançou as metas para cada ação operacional dentro dos prazos estabelecidos.

As atividades do "GT Quilombos" e "GT (Operativa) PCTRAMA", regiões 01 e 02, respectivamente, estão diretamente relacionadas ao que foi inicialmente mapeado e previsto pela AEDAS como trabalho necessário a realizar no assessoramento das comunidades atingidas. Pautados na

Convenção 169 da OIT, os profissionais da AEDAS têm buscado formas de alinhamento técnico para a implementação de metodologia junto a essas comunidades atingidas, levando em consideração suas características enquanto povos e comunidades tradicionais. Dessa forma, não resta dúvida sobre a relevância e pertinência das ações para a consecução dos objetivos da ATI na identificação de danos e no fornecimento de informações em linguagem adequada às comunidades, grupos e coletividades atingidos das regiões 01 e 02.

Nesse ponto, destacamos, ainda, a especificidade na forma de atuação necessária da assessoria que exige uma abordagem da AEDAS de maneira mais integrada e negociada com as lideranças dos grupos, assim como a compreensão das dinâmicas de espaço e tempo ligadas aos seus modos de vida. Referido fato exige da ATI um esforço processual e contínuo para a execução de seu papel.

Ressaltamos que em diversos espaços a AEDAS se manifestou sobre a problemática da não aprovação do Plano Operacional Transitório (POT), no que diz respeito ao impacto no trabalho decorrente da não contratação de novos funcionários. Temos acompanhado de perto o esforço da ATI, que está constantemente sobrecarregada de demandas e execuções, sobretudo, após as novas determinações provenientes do acordo judicial. De acordo com a sinalização feita pela ATI, na região 02, durante o ciclo 4 aconteceram as atividades do GT Quilombos/PCTRAMA e as metas foram alcançadas. A partir do mês de maio havia a expectativa de que se estabelecesse uma nova equipe de acompanhamento dos PCTs. No entanto, não houve contratação de nova equipe devido à ausência de aprovação do POT, o que também prejudicou as atividades do GT, conforme apontamento da própria assessoria técnica.

Novamente, portanto, a CAMF consigna a necessidade de aumento da equipe técnica e operacional da AEDAS a fim de que todas as macroatividades previstas possam ser executadas.

3.20 Estruturação das linhas de pesquisa para aprofundamento dos danos

A macroatividade de *estruturação das linhas de pesquisa para aprofundamentos dos danos* é uma ação de natureza híbrida, na qual confluem qualidades técnica e participativa. O ponto focal dessa prerrogativa está sob os cuidados da Equipe de Áreas Temáticas. Entretanto, mediante a relevância dessa atividade para o trabalho da AEDAS como um todo, sua execução envolve diversos outros grupos da assessoria como, por exemplo, as coordenações estaduais, territoriais e as equipes de mobilização e gênero.

Essa macroatividade possui característica de abrangência interna, foi executada por meio de reuniões *online* e se materializou na elaboração dos Termos de Referência para as Consultorias Especializadas. *Estruturação das linhas de pesquisa para aprofundamentos dos danos* é uma ação de análise, pesquisa e documentação, que possui em sua essência, a potencialidade geradora, hábil a proporcionar o desenvolvimento e a execução de diversas outras macroatividades.

É preciso salientar a aguda relevância da ação em destaque para o prosseguimento das operações e execuções da AEDAS nos territórios por ela assessorados. Mediante toda problemática instituída nas comunidades atingidas após o desastre socioambiental, é imprescindível o desenvolvimento de estudos analíticos precisos para consubstanciar a contratação de consultorias especializadas. É verossímil afirmar que, em suas análises e exames de investigação, o objetivo final da AEDAS foi sempre a promoção de um minucioso diagnóstico de danos e, conseqüentemente, uma proposição adequada de medidas reparatórias que traduzem as demandas de atingidos e atingidas.

Partindo dessas considerações e apontamentos, devemos destacar os impactos causados pelo acordo firmado entre Vale, Estado de Minas Gerais e Instituições de Justiça nas atividades realizadas pela ATI em questão. As novas determinações e orientações mudaram cenários e alteraram realidades. Destacamos, ainda, a importância dessa macroatividade e de suas respectivas ações operacionais para o desenvolvimento de uma assessoria técnica assertiva, que forneça todas as condições necessárias para a conclusão de um processo de reparação integral.

3.21 Levantamento dos Aspectos Ambientais

Ao longo do último trimestre (março a maio/2021) a AEDAS tinha previsto três atividades operacionais relativas à macro atividade *levantamento dos aspectos ambientais*: 1) Contratação da consultoria de danos ambientais fase 2; 2) Execução do trabalho da consultoria especializada e publicação dos relatórios; 3) Acompanhamento do trabalho da consultoria especializada.

De acordo com o relatório trimestral apresentado, as atividades previstas para a referida macroatividade foram parcialmente alcançadas. A contratação da consultoria de danos ambientais fase 2 foi realizada somente no mês de junho de 2021, correspondendo a um mês de atraso na conclusão da atividade prevista e fora do período ora analisado.

Em relação à atividade operacional de *execução do trabalho da consultoria especializada e publicação dos relatórios*, a meta foi parcialmente alcançada, visto que os produtos previstos foram entregues pela consultoria especializada no levantamento dos aspectos ambientais e aprovados pela equipe técnica, no entanto, os resultados não foram devidamente publicados no site da AEDAS. No que se refere à atividade de *acompanhamento do trabalho da Consultoria especializada*, a meta também foi parcialmente alcançada, já que os produtos dos planos de trabalho foram entregues pelas consultorias, porém, não foi relatado no relatório trimestral a realização das reuniões quinzenais entre a equipe técnica AEDAS e a consultoria sobre os danos ambientais fase 2.

Os produtos gerados pela consultoria contratada para o *levantamento de danos ambientais* possuem um destaque positivo dentro do plano de trabalho apresentado pela ATI no trimestre. Percebe-se que a AEDAS obteve um importante avanço no acúmulo de dados relativos aos aspectos ambientais no Ciclo IV, mesmo com as metas parcialmente alcançadas. Destaca-se, ainda, como positivo o fato de que os produtos do *levantamento dos aspectos ambientais* foram apresentados em uma reunião para as assessorias temáticas da CAMF, na qual algumas sugestões levantadas no relatório finalístico do trimestre anterior (ciclo III)



foram devidamente discutidas. Os produtos apresentados possuem um conjunto de informações detalhadas e correspondentes às metodologias propostas no plano de trabalho da consultoria.

Deve-se destacar que as sugestões apontadas para a melhoria do plano de trabalho da macroatividade no relatório finalístico correspondente aos meses de dezembro de 2020 a fevereiro de 2021, foram devidamente consideradas pela AEDAS. A recomendação sobre uma possível adaptação na metodologia de análise da matriz de significância: impactos ambientais x serviços ecossistêmicos (p. 8 do plano de trabalho sobre Levantamento dos Aspectos Ambientais), foi adequadamente trabalhada na matriz de “significância base dos danos decorrentes do desastre” (p. 17, Nº PROJETO: ATI-R1-001, Nº GEOENG: RT-R1-04, FOLHA 01/90 REV. 1). Além disso, no último relatório trimestral foi sugerida a aplicação de uma abordagem multiescalar, contemplando os interesses de todos os beneficiários dos serviços ecológicos (ex. pescadores, agricultores, líderes institucionais, empresas, entre outros). Essa recomendação foi acolhida pela matriz sobre a “capacidade de fornecimento de serviços ecossistêmicos por situação setorial” (p. 37, Nº PROJETO: ATI-R1-001, Nº GEOENG: RT-R1-04, FOLHA 01/90 REV. 1).

Outra questão levantada no último relatório sobre o plano de trabalho da macroatividade foi uma ampliação dos estudos de “uso e ocupação do solo” para além da classificação de avaliação de impactos sobre o “solo” (p. 12 do plano de trabalho sobre Levantamento dos Aspectos Ambientais). Essa temática foi muito bem trabalhada pela equipe da consultoria contratada no relatório intitulado “diagnóstico e levantamento de danos ambientais” (Nº PROJETO: ATI-R1-001, Nº GEOENG: RT-R1-03, FOLHA 01/210 REV. 1). É importante salientar que o trabalho realizado no referido relatório sobre o uso e ocupação do solo no território será fundamental para ampliar a classificação dos serviços ecossistêmicos oferecidos localmente pela paisagem, bem como para avaliar o grau de impacto do rompimento da barragem do complexo da Mina Córrego do Feijão nas classes ambientais avaliadas.

Os produtos apresentados pela consultoria contratada pela AEDAS no trimestre, utilizando como base os serviços ecossistêmicos, permitirá

identificar de forma clara os conflitos ambientais que interferem na oferta dos serviços ecossistêmicos essenciais para as atividades culturais, sociais e de renda na bacia do rio Paraopeba. Reitera-se, que o levantamento e análise dos danos a partir destas fontes secundárias é realizado ao nível qualitativo. Portanto, a sua interpretação deve ser devidamente sustentada com os trabalhos de dados primários.

Destaca-se, ainda, toda a problemática relatada pela AEDAS envolvendo as dificuldades para repasses de recursos, que impactam diretamente nos desdobramentos da atividade aqui destacada, gerando seu atraso. Como já consignado em outras macroatividades, a CAMF entende como justificado o atraso na realização das atividades programadas em razão do atraso no repasse de recursos ocorrido no início do ciclo em análise.

3.22 Levantamento Demandas de Saúde e Políticas Públicas

A macroatividade de *levantamento de demandas de saúde e políticas públicas* possui três ações operacionais em sua estrutura de execução. São elas: 1) Contratação da segunda consultoria; 2) Execução dos trabalhos; 3) Acompanhamento das atividades. Deve-se salientar, novamente, que a realização das consultorias é uma ação de extrema importância, tendo em vista que os dados produzidos contribuirão para o levantamento de informações precisas e para a consolidação e qualificação da matriz de danos.

Segundo consta no próprio relatório encaminhado pela AEDAS, no período de março a maio, estava previsto o início da segunda contratação para o levantamento dos danos à saúde. Entretanto, devido às incertezas relativas ao recebimento de recursos e os atravessamentos impostos pela execução do acordo judicial, os prazos precisaram ser repactuados. A segunda consultoria de *levantamento de demandas de saúde e políticas públicas* tem suas atividades previstas para julho de 2021, período posterior ao enfoque da análise aqui desenvolvida.



Ressalta-se a relevância da macroatividade em destaque, uma vez que compreende-se sua vital importância para a promoção de ações de levantamento de danos e possíveis reparações assertivas e diretas com relação à saúde. Diante de todo o exposto, as consultorias ligadas à saúde são consideradas prioritárias no trabalho da AEDAS junto com a população atingida e um acompanhamento mais próximo por parte da CAMF deve ser realizado, a fim de fortalecer e potencializar o trabalho. Assim, a CAMF volta a enfatizar a importância de um acompanhamento mais próximo da referida consultoria, por meio da sua Assessoria Temática de Saúde, a fim de aprimoramento do processo e dos resultados da consultoria em questão. As vulnerabilidades condicionadas aos danos à saúde compõem a realidade de sofrimento da população atingida, que externa, em todos os espaços e canais possíveis, o agravamento da situação pós rompimento, sendo necessária a expansão do acompanhamento pela CAMF.

3.23 Levantamento Danos à Agricultura e Animais

A macroatividade de *levantamento de danos à agricultura e animais* possui três ações operacionais em sua estrutura de execução. São elas: 1) Contratação da segunda consultoria; 2) Execução dos trabalhos; 3) Acompanhamento das atividades. Segundo consta no próprio relatório encaminhado pela AEDAS, o período de março a maio corresponde aos desdobramentos e aplicações da segunda consultoria, além da entrega de produtos provenientes da primeira fase de estudos dessa temática.

Partindo desse pressuposto, afirmamos a evidente importância da macroatividade de *levantamento de danos à agricultura e animais* das comunidades atingidas assessoradas pela AEDAS. É um tema que impulsiona debates, evidencia problemas e potencializa a necessidade de soluções rápidas e objetivas. Destacamos a gravidade das questões envolvendo os danos à agricultura e aos animais como fator de revitimização de dezenas de famílias. As resoluções referentes à contratação da segunda consultoria estão em atraso, mas com desenvolvimento iniciado.



No que diz respeito à entrega de produtos da primeira consultoria de *levantamento de danos à agricultura e animais*, e conforme consta no Relatório entregue pela AEDAS, é possível afirmar que as metas foram parcialmente alcançadas, ainda que com relativo atraso. Foram entregues para a ATI uma série de estudos detalhados e dossiês temáticos que possibilitam o alargamento da compreensão analítica sobre os danos causados às comunidades atingidas. Com relação à contratação da segunda consultoria e suas respectivas metas, é possível afirmar que essas execuções foram iniciadas em período posterior ao do relatório aqui analisado.

A realização das consultorias é uma ação de extrema importância, como já exaustivamente afirmado, tendo em vista que os dados produzidos contribuirão para o levantamento de informações precisas e para a consolidação e qualificação da matriz de danos. Além disso, poderá, no futuro, ser utilizada como prova nos processos individuais e individuais homogêneos.

A Assessoria Temática de Meio Biótico da CAMF, no que se refere à metodologia da consultoria contratada para levantamento de danos à agricultura e aos animais (metodologia de levantamento de danos à agricultura e aos animais após o rompimento da Barragem da Mina do Córrego do Feijão, Região I), sugere a atualização no plano de trabalho da AEDAS com a inserção de entrevistas semiestruturadas presenciais.

Segundo a assessoria temática da CAMF, a realização de entrevistas semiestruturadas exclusivamente *online* traz diversos prejuízos para o levantamento das informações, visto que diversos atingidos e atingidas que não possuem acesso à internet e/ou tecnologias serão excluídos. Com a queda dos números de casos e o avanço da vacinação no país é importante se discutir internamente na AEDAS a possibilidade de inserção, ainda que de um número menor, de entrevistas presenciais, a fim de melhorar a abrangência dos informantes dentro desta pesquisa. Para uma possível adequação do novo plano de trabalho relativo ao levantamento de danos à agricultura e aos animais, recomenda-se que as entrevistas presenciais sejam realizadas somente com técnicos de campo e entrevistados que tenham tomado a segunda dose da vacina contra a

COVID.

Além disso, recomenda-se o estabelecimento das normas sanitárias de combate ao vírus (manter distância segura, uso de máscara, higienizar as mãos com sabão, ou uma solução à base de álcool, entre outros). Ressaltamos que a CAMF construiu em conjunto com todas as ATIs, um Protocolo Sanitário para retorno e desenvolvimento de atividades presenciais, a fim de promover a execução de ações, com proteção e segurança.

3.24 Danos às Comunidades Quilombolas

A macroatividade *danos às comunidades quilombolas* foi realizada no período em análise, sendo que as metas dos referidos meses foram cumpridas. A referida macroatividade é composta pelas seguintes atividades operacionais: 1) Contratação de duas Consultorias Especializadas em Danos às Comunidades Quilombolas; 2) Execução do trabalho da Consultoria Especializada e publicação dos relatórios; e 3) Acompanhamento do trabalho da Consultoria Especializada, todas essas para a região 01.

As atividades referentes aos *danos às comunidades quilombolas* são coerentes com os objetivos da ATI e estão em desenvolvimento pela AEDAS e pela CONCATU. Frente às especificidades dos PCT's e a necessidade de identificação e caracterização dos danos às comunidades quilombolas da R1, os procedimentos adotados pela AEDAS se mostram tecnicamente adequados e alinhados com a posição das comunidades. Ressaltamos que a elaboração do documento de danos às comunidades quilombolas é parte inerente à Matriz de Reconhecimento de Danos. Esse levantamento é de extrema importância, pois, uma vez reconhecendo a especificidade desses grupos, é possível reconhecer a peculiaridade da natureza dos danos. Dito isso, fica mais evidente a relevância dessa macroatividade para destacar a centralidade das demandas das pessoas atingidas.



3.25 Cultura, Turismo, Esporte e Lazer

Segundo o Plano de Trabalho da AEDAS, a macroatividade de *levantamento de danos ao acesso à cultura, turismo, esporte e lazer*, tem como objetivo principal “aprofundar na identificação e na análise dos danos causados em decorrência do desastre sociotecnológico da barragem, no acesso e nas atividades da área de cultura, turismo, esporte e lazer”. Além disso, esse estudo analítico deve guiar a organização de propostas, medidas e ações que contribuam para o sucesso do processo de reparação integral.

Visando potencializar resoluções e aplicações, a macroatividade em destaque foi subdividida pela AEDAS em três atividades operacionais: 1) Contratação de duas consultorias especializadas; 2) Execução dos trabalhos e publicação de relatórios; e 3) Acompanhamento dos trabalhos da consultoria especializada. É necessário destacar que, apesar de iniciada com relativo atraso - somente foi contratada uma consultoria por região e a execução das consultorias contratadas só tem previsão de início para junho/2021 - a macroatividade em questão sofreu com reajustes de valores e execuções gerados pelo acordo judicial, o que provocou, como consequência, a paralisação de novas contratações e o desenvolvimento de diversas medidas de contingenciamento de despesas. A ação está prevista para ser concluída em período não correspondente ao aqui analisado.

Apesar de não ser possível uma análise específica da macroatividade em si, já que a execução das consultorias contratadas só tem previsão de início em junho/2021, é possível concluir que as ações referentes ao *levantamento de danos, ao acesso à cultura, turismo, esporte e lazer* são de extrema importância, pois contribuirão para o levantamento de dados e informações, consolidando e qualificando a matriz de danos dos territórios atingidos. Trata-se de tema que permeia a vida cotidiana de todas as pessoas atingidas e o



estudo dos danos causados ao tema com o rompimento é indispensável para complementar a matriz de danos. Além disso, todas as informações produzidas e organizadas, a partir dessa atividade, poderão ser utilizadas como prova nos processos individuais e individuais homogêneos.

3.26 Levantamento dos Danos à Pesca

Primeiramente, destacamos que a análise desta macroatividade foi integralmente realizada pela Assessoria Temática de Meio Biótico da CAMF. Segundo análise da referida Assessoria Temática da CAMF, os produtos (03 e 04) gerados no trimestre pela consultoria especializada no levantamento dos danos à pesca contratados pela AEDAS são bem produzidos e possuem metodologias adequadas. O “Produto 03” acumulou uma série de informações, principalmente aquelas relacionadas à caracterização e conceituação da atividade pesqueira na bacia do rio Paraopeba.

No “Produto 04”, intitulado “Levantamento e Descrição Inicial de Danos”, chama a atenção o número reduzido de informantes entrevistados para a área de estudo (12 informantes). Destaca-se que dentro das análises os dados são fragmentados em muitas categorias e, por isso, aconselha-se um número amostral maior de entrevistas para aperfeiçoar as frequências relativas das classes apresentadas no estudo.

Os dados amostrais do “Produto 04” demonstram que a maior parte dos bairros/comunidades apresentam apenas um único entrevistado. Esse é um número muito reduzido diante da quantidade de famílias que possuem algum tipo de relação com a cadeia produtiva da pesca nas comunidades locais. De acordo com o “Produto 03”, o número de famílias encontradas no Registro Familiar (RF) da AEDAS por meio do filtro “Pesca” chega a 240. Esse número representa apenas 5% das famílias de pescadores e pescadoras possivelmente afetadas na



bacia. Por fim, deve-se ainda considerar que o número de famílias afetadas pode ser ainda maior, visto que o município de Brumadinho não foi considerado nas análises dos produtos sobre danos à pesca.

No relatório trimestral finalístico anterior, relativo aos meses de dezembro de 2020 a fevereiro de 2021, foi sugerida a ampliação do acompanhamento da atividade de pesca também para a “Região 1”, município de Brumadinho. Essa recomendação é estendida para o relatório trimestral finalístico presente (março a maio/2021). Nos produtos entregues (03 e 04), a região 01 não foi contemplada no levantamento e análise de dados. A ampliação sugerida é relevante para que as famílias de pescadores e pescadoras do município de Brumadinho possam futuramente ser contempladas nas ações reparativas que poderão ser implementadas para a atividade pesqueira na bacia do rio Paraopeba.

Além disso, o levantamento de dados para essa região poderá fornecer informações sobre as pessoas que ainda praticam a pesca na área do rompimento e que, por isso, colocam a integridade da saúde das comunidades locais em risco. Cabe, ainda, destacar que além de ser uma atividade profissional fundamental para o trabalho e a renda, a pesca possui um papel importante nos aspectos culturais, psicológicos e de segurança alimentar. Portanto, reitera-se que mesmo não estando no plano de trabalho da AEDAS, o levantamento de dados secundários técnicos e científicos é aconselhado para a complementação de informações relativas à pesca na região 01.

Os produtos apresentados até o presente momento contemplam parcialmente os objetivos do Plano de Trabalho da prestação de serviços da consultoria especializada para o diagnóstico da pesca. Dentro do plano de trabalho da AEDAS, as consultorias contratadas para o diagnóstico da pesca deveriam atuar nos seguintes objetivos das atividades operacionais: (1) identificar, caracterizar as atividades de pesca em suas diversas modalidades, (2) construir proposta para fim de reparação e (3) identificar os pescadores regulamentados ou não, que desenvolviam suas atividades de pesca na região 02. Embora a pesca tenha sido devidamente caracterizada na região 02, nos produtos



entregues, há poucas contribuições sobre propostas de alternativas para fins de reparação. Entende-se que um maior aprofundamento nas questões relativas às alternativas de reparação é essencial para dar maior celeridade à implementação de ações para aquelas famílias de pescadores e pescadoras afetadas na bacia do rio Paraopeba, sugerindo-se, portanto, que referido aprofundamento seja implementado no próximo ciclo.

3.27 Recuperação do Rio Paraopeba

A macroatividade de *Recuperação do Rio Paraopeba* possui três ações operacionais em sua estrutura de execução. São elas: 1) Contratação da segunda consultoria; 2) Execução dos trabalhos e 3) Acompanhamento das atividades. Segundo consta no próprio relatório encaminhado pela AEDAS, ela está em atraso e ainda não foi iniciada. Isso porque como houve um atraso no repasse dos valores devidos à ATI em fevereiro/2021, a contratação da consultoria teve que ser suspensa, tendo previsão de início em junho/2021. A CAMF entende que o atraso no início da macroatividade encontra-se justificado, já que a AEDAS teve que fazer a reprogramação de diversas atividades em razão do atraso no repasse do recurso.

Novamente, afirma-se que a realização das consultorias é uma ação de extrema importância, tendo em vista que os dados produzidos contribuirão para o levantamento de informações precisas e para a consolidação e qualificação da matriz de danos. Além disso, poderá, no futuro, ser utilizada como prova nos processos individuais e individuais homogêneos.

Por fim, salienta-se a necessidade da CAMF realizar o acompanhamento da consultoria desde o início. A proposta desta consultoria é ampla e o tempo de execução é curto, por isso, faz-se importantíssima a aproximação das assessorias temáticas da CAMF às propostas metodológicas da execução.



3.28 Formação em Direitos

A macroatividade *formação em direitos* possui natureza técnica e, assim como ocorreu no ciclo 3, continua atrasada. Com previsão de início para janeiro/2021 (planilha de atividades) e fevereiro/2021 (Plano de Trabalho da AEDAS), o cronograma da atividade foi readequado para início em abril/2021, contudo, continua não tendo sido iniciada no período de análise do presente parecer. Segundo a ATI, o atraso para o início da macroatividade ocorre porque esta encontra-se em discussão em razão da não efetivação do Plano Operacional Transitório (POT).

Como já destacado no relatório passado, a atividade de Formação em Direitos visa subsidiar os atingidos e as atingidas em todo o processo de reparação, fortalecendo-os no conhecimento de seus direitos (Plano de trabalho da AEDAS), sendo, portanto, uma atividade de fundamental importância para todo o desenvolvimento das atividades de assessoria da AEDAS. Como a atividade consiste no repasse de informações sobre aspectos básicos do direito e do sistema de justiça, contextualizadas à realidade local por meio da formação das lideranças locais, o objetivo é, justamente, promover a participação ampla e informada das pessoas atingidas nos processos decisórios e a reparação integral.

Por estar diretamente relacionada ao fortalecimento e divulgação dos direitos, a atividade visa prover a formação necessária a partir de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais, baseada em documentos oficiais, tratados nacionais e internacionais sobre a temática. A CAMF reafirma que a presente atividade é indispensável para que a participação das pessoas atingidas seja, de fato, uma participação qualificada e informada. Entende-se, portanto, que a referida macroatividade deve ser iniciada o mais rápido possível, já que o atraso na sua realização prejudica a efetividade do princípio norteador de todo o trabalho da ATI: a participação informada.



3.29 Acompanhamento Segurança de Barragens

A macroatividade de *acompanhamento segurança de barragens* possui natureza técnica e está subdividida em duas atividades operacionais, sendo que a segunda atividade depende da primeira atividade para ser realizada. São elas: 1) Contratação de um profissional da engenharia e 2) Produção de seis relatórios.

A AEDAS narra que durante a execução de suas ações, vários foram os relatos de atingidos e atingidas que demonstraram o constante sentimento de incertezas e insegurança de permanecer e transitar no território, devido à ausência de informações confiáveis sobre a segurança das barragens que estão em seu entorno. Assim, baseados nos princípios da “Não Repetição” e do “Acesso à Informação”, a ATI verificou a real necessidade de disponibilizar aos atingidos e às atingidas informações sobre o monitoramento dos níveis de segurança que estas barragens possuem, razão da existência da macroatividade.

Como narrado no parecer do ciclo anterior, a ideia inicial, prevista no plano de trabalho da AEDAS, era incorporar à equipe técnica multidisciplinar permanente da ATI um profissional com formação em engenharia e um profissional com formação em direito, a partir de julho/2020. Como os valores destinados à macroatividade não eram suficientes para a contratação de ambos os profissionais, a AEDAS alterou seu plano de trabalho, com a autorização da CAMF, para a contratação de somente um profissional da engenharia.

No presente ciclo, a ATI executou a contratação do profissional, em maio de 2021, como consta na planilha de atividades entregue, cumprindo, portanto, a primeira atividade operacional prevista. Já no que se refere à segunda atividade operacional elencada, esta deverá ser desenvolvida em período posterior ao relatório aqui analisado.

A CAMF considera a macroatividade acima definida essencial para a sensação de segurança e tranquilidade das pessoas atingidas, opinando, portanto, pela manutenção da macroatividade. Não é possível a realização



de qualquer atividade pelas pessoas atingidas se elas vivem com a constante sensação de insegurança com relação à possibilidade de novo desastre no território onde vivem.

3.30 Monitoramento de Gênero

A macroatividade de monitoramento de gênero envolve uma série de procedimentos que vêm se consolidando internamente na AEDAS a partir do desenvolvimento de outras ações de levantamento de dados e danos das comunidades, famílias e coletividades atingidas, principalmente a partir de dezembro/2020. Atualmente, ela se encontra subdividida em duas atividades operacionais: 1) Monitoramento e qualificação de propostas de medidas de reparação a partir da perspectiva da equidade de gênero e 2) Monitoramento e qualificação dos diagnósticos de danos a partir da perspectiva da equidade de gênero.

Desde a elaboração dos Planos de Trabalho a AEDAS já demonstrava preocupação em compreender a dinâmica dos danos e sua influência aos grupos atingidos a partir do marcador social de gênero. No caso das mulheres, a AEDAS reconhece que os impactos de um trauma coletivo da magnitude do que foi causado pelo rompimento da barragem em Brumadinho podem aprofundar desigualdades e sobrecarregar as mulheres dos territórios atingidos. Nesse sentido, a ação está em completo acordo com o que foi previsto para ser executado. Além disso, encontra interface direta com os objetivos específicos da ATI, demonstrando um assessoramento atento às questões sociais.

No período em análise, para cumprir efetivamente o escopo do monitoramento de gênero, a ATI assegura que criou espaços participativos nos quais as mulheres pudessem se sentir encorajadas para falar e reivindicar suas demandas e que o acompanhamento, a avaliação e monitoramento dos espaços participativos e relatórios de medidas reparatórias foram feitos com o propósito de levantar as diferenças e desigualdades enfrentadas especificamente pelas mulheres atingidas. Todas as atividades realizadas teriam o objetivo de assegurar a equidade



no processo de reparação.

A partir de uma das atividades operacionais desta macroatividade no ciclo passado, que consistia na “análise e sistematização dos dados das mulheres do Registro Familiar”, evidenciou-se que cerca de 70% das referências familiares são mulheres e, além disso, elas somam mais de 2,5 mil mulheres atingidas, de diferentes idades, participando em canais de diálogo Aedas. Nos espaços que a equipe da CAMF participa é possível visualizar, de fato, uma presença e participação acentuada das mulheres, sendo possível, inclusive, constatar que as mulheres têm exercido um papel de protagonismo na busca pela reparação integral.

Internamente, a AEDAS aduz que realiza a sensibilização das demais equipes que tratam diretamente com o acolhimento das demandas. A equipe da CAMF, nos espaços que participou, atesta a veracidade dessa informação. Especificamente, foi possível perceber todo o esforço da ATI em uma reunião de “tira-dúvidas” dos projetos dos anexos 1.3 e 1.4, em que não apareceram pessoas para tirar dúvidas, mas duas atingidas tiveram a oportunidade de narrar todas as suas angústias e os processos difíceis que vivenciam. Os mobilizadores do espaço nesta oportunidade, não somente acolheram as atingidas, como mantiveram o espaço aberto por tempo superior ao planejado a fim de que as atingidas pudessem se sentir ouvidas.

Como produtos técnicos relacionados à macroatividade, a ATI cita que pareceres técnicos, dossiê de caracterização do território e dos grupos especiais para o PTR, os projetos dos anexos 1.3 e 1.4 e a escrita dos TR foram realizados com uma perspectiva de equidade de gênero.

Nesse sentido, a CAMF atesta o cumprimento dos objetivos relacionados à macroatividade em questão e destaca o cuidado e o comprometimento com que a assessoria vem tratando todas as questões relacionadas ao monitoramento de gênero.

3.31 Infraestrutura de Tecnologia

A atividade *infraestrutura de tecnologia* foi uma ação interna e

pontual da AEDAS, que envolveu as ações de *aquisição do servidor para alocação dos softwares e componentes indispensáveis para sua utilização; Implementação de software administrativo para gestão financeira da entidade; Implementação de software para registro familiar e Aquisição de plataforma de reuniões*. A meta foi alcançada e a atividade já foi finalizada no período de análise do presente parecer.

Importante destacar que a organização da infraestrutura de tecnologia se faz fundamental para o desenvolvimento do trabalho de instituições na contemporaneidade. No caso da AEDAS não é diferente, sendo que o desenvolvimento dessa infraestrutura de tecnologia se mostrou fundamental em razão da pandemia do COVID-19, já que facilita e possibilita a execução de diversas atividades de forma remota.

Apesar de pontual e operacional, os recursos adotados pela ATI permitem melhores condições de trabalho às equipes, assim como cria condições para impactar positivamente a produtividade dos profissionais em todas as frentes de trabalho.



4. ANÁLISE FINANCEIRA

4.1 Região 01

A análise sobre a execução financeira do orçamento, constante no plano de trabalho da região 1 que ora se apresenta, foi realizada pela Equipe Financeira da CAMF e ocorreu a partir da documentação apresentada pela ATI AEDAS, a saber: Planilha de Saldo de Rubricas, Prestação de contas do mês de maio/2021, Consolidação do Cronograma de Desembolso, Relatório Trimestral Finalístico do ciclo 4 e Plano de Trabalho da Região 1.

Previsão e Execução dos valores no período de março/2021 a maio/2021

O plano de trabalho da região 01 prevê aportes financeiros no montante de R\$ 43.339.751,50 (quarenta e três milhões e trezentos e trinta e nove mil e setecentos e cinquenta e um reais e cinquenta centavos) dos quais foram repassados até o período deste relatório R\$ 15.575.104,52 (quinze milhões e quinhentos e setenta e cinco mil e cento e quatro reais e cinquenta e dois centavos) correspondentes à primeira e segunda parcelas, ou seja, 35,94% do montante a ser recebido para a execução das atividades previstas no Plano de Trabalho aprovado.

Para o período de março de 2021 a maio de 2021 estava previsto no Plano de Trabalho o valor de R\$ 6.636.387,13 (seis milhões e seiscentos e trinta e seis mil e trezentos e oitenta e sete reais e treze centavos), sendo executados R\$ 3.607.432,64 (três milhões e seiscentos e sete mil e quatrocentos e trinta e dois reais e sessenta e quatro centavos), que correspondem a 54,35% do previsto, como demonstrado na Tabela 1.

Nesse contexto, vale ressaltar que ocorreram algumas intercorrências no meio do processo da AEDAS, entre elas, a falta de recurso disponível para execução das atividades, o que ocasionou ações de contingenciamento tais como: suspensão de contratação de novos profissionais para a recomposição da equipe, de contratação de novas consultorias e de algumas consultorias já contratadas, interrupção das



atividades presenciais, entre outros, conforme ofício encaminhado para as Instituições de justiça em 11 de março de 2021.

Outro ponto que merece atenção é a não aprovação do Plano Operacional Transitório - POT, o que coloca a ATI em um cenário de insegurança jurídica pela falta de um documento que normatiza a execução, tanto financeira, quanto finalística das atividades oriundas da 2ª Vara (processo judicial) e do acordo judicial então firmado em fevereiro deste ano. Nessa conjuntura, reforça-se que a presente análise foi realizada a partir do Plano de trabalho aprovado, o que pode gerar diferenças na execução, haja vista que o período deste relatório deveria ser regido pelo POT.



Tabela 1 – Previsto e Realizado Consolidado de Março/2021 à Maio/2021 com dados extraídos do Plano de Trabalho e Planilha de Prestação de Contas da Região 1/ competência Maio de 2021- AEDAS

RUBRICA	DESCRIÇÃO	Total previsto de Mar/2021 a Mal/2021	Total Realizado de Mar/2021 a Mal/2021
1.0	1. ATIVIDADES ATINGIDOS - METODOLOGIAS DE PARTICIPAÇÃO	462.337,83	-
1.1	Coletivo de Coordenadores e Coordenadoras de Grupos de Base	36.400,00	-
1.2	Seminários Regionais	79.200,00	-
1.3	Seminários Temáticos	175.623,54	-
1.4	Assembleias I	140.914,29	-
1.5	Assembleias II	30.200,00	-
2.0	2. CONSULTORIAS/ PRODUTOS - ATIVIDADES EQUIPE PERMANENTE	1.795.797,31	512.998,52
2.1	Formação / Atividades / Produtos	361.307,74	126.103,19
2.1.1	Levantamento Inicial dos danos, demandas emergenciais e perfil dos atingidos e atingidas	-	3.450,84
2.1.2	Construção de diretrizes e acompanhamento medidas reparatórias	219.993,60	68.078,55
2.1.3	Formação em Direitos	31.966,14	-
2.1.4	Acompanhamento sobre monitoramento de segurança de barragens	6.400,00	-
2.1.5	Levantamento de danos na vida das mulheres e monitoramento de gênero	102.948,00	61.475,48
2.1.6	Mobilizador temporário	-	-
2.2	Consultorias Especializadas	1.434.489,57	386.895,33
2.2.1	Levantamento de aspectos ambientais em decorrência do espalhamento dos rejeitos	157.894,74	134.224,83
2.2.2	Levantamento das demandas em saúde e estudos sobre a implementação de políticas públicas	230.769,24	146.300,00
2.2.3	Levantamento dos danos à agricultura e assistência técnica rural	126.315,78	66.832,50
2.2.4	Levantamento de danos aos animais	141.176,46	-
2.2.5	Levantamento de danos às moradias nas comunidades e danos à infraestrutura urbana	166.666,68	-
2.2.6	Levantamento de áreas degradadas para fins de recuperação	75.000,00	-
2.2.7	Levantamento da situação documental e dos danos às comunidades quilombolas	66.666,66	39.538,00
2.2.8	Levantamento de danos ao acesso e às atividades de cultura, turismo, esporte e lazer	80.000,01	-
2.2.9	Resgate da memória coletiva, do patrimônio histórico e cultural	80.000,01	-
2.2.10	Levantamento da dimensão e situação fundiária das áreas atingidas	159.999,99	-
2.2.11	Plano de recuperação e desenvolvimento econômico da zona rural	75.000,00	-
2.2.12	Plano de recuperação e desenvolvimento econômico da zona urbana	75.000,00	-
3.0	RECURSOS HUMANOS	2.641.439,85	2.026.491,02
4.0	CUSTEIO DO PROJETO	859.583,94	276.954,68
4.1	Custo Operacional	467.321,91	170.961,30
4.2	Despesas com bens, móveis e equipamentos	-	46.546,50
4.3	CUSTEIO e INFRAESTRUTURA INSTITUCIONAL (Custelo operacional Institucional)	392.262,03	59.580,21
4.4	CUSTEIO e INFRAESTRUTURA INSTITUCIONAL (Despesas com bens móveis e equipamentos Institucionais)	-	133,33
5.0	COMUNICAÇÃO	158.577,39	4.867,00
6.0	COORDENAÇÃO E ACOMPANHAMENTO METODOLÓGICO/FINALÍSTICO	699.085,59	785.761,42
7.0	FUNDO ADMINISTRATIVO	19.565,22	-
	TOTAIS	6.636.387,13	3.607.072,64

Pode-se observar que somente as rubricas *levantamento inicial dos danos, demandas emergenciais, perfil dos atingidos e atingidas e custeio e infraestrutura institucional* estão negativadas. Isso ocorreu devido a



pagamentos equivocados que aconteceram no mês de março/2021 e que deverão ser devolvidos. Quanto à rubrica de *despesas com bens móveis e equipamentos*, que não tinha previsão de gasto no trimestre, houve execução para aquisição e instalação do servidor, devidamente autorizado pelas Instituições de Justiça em 29 de março de 2021.

Previsão e Execução dos valores no período de Março/2021 a Maio/2021 por rubrica

Neste tópico aborda-se o que estava previsto para ser executado e o que, de fato, foi realizado mês a mês. Ao elaborar a tabela 2 utilizou-se o previsto dos meses de março a maio/2021 que constam no Plano de Trabalho, tendo sido os valores executados retirados da Relação de Pagamentos da Planilha de Prestação de Contas.



Tabela 2 – Previsto e Realizado Consolidado mês a mês de março/2021 à maio/2021 com dados extraídos do Plano de Trabalho e Planilha de Prestação de Contas da Região 1/ competência maio de 2021- AEDAS

RUBRICA	DESCRIÇÃO	Previsto Mês 12 (Março)	Realizado Mês 12 (Março)	Previsto Mês 13 (Abril)	Realizado Mês 13 (Abril)	Previsto Mês 14 (Maio)	Realizado Mês 14 (Maio)
1.0	1. ATIVIDADES ATINGIDAS - METODOLOGIAS DE PARTICIPAÇÃO	150.112,61	-	162.112,61	-	150.112,61	-
1.1	Coletivo de Coordenadores e Coordenadoras de Grupos de Base	18.200,00	-	-	-	18.200,00	-
1.2	Seminários Regionais	26.400,00	-	26.400,00	-	26.400,00	-
1.3	Seminários Temáticos	58.541,18	-	58.541,18	-	58.541,18	-
1.4	Assembleias I	46.971,43	-	46.971,43	-	46.971,43	-
1.5	Assembleias II	-	-	30.200,00	-	-	-
2.0	2. CONSULTORIAS/ PRODUTOS - ATIVIDADES E EQUIPE PERMANENTE	596.465,77	131.314,41	602.865,77	244.166,74	596.465,77	137.517,37
2.1	Formação / Atividades / Produtos	118.302,58	42.182,96	124.702,58	49.925,66	118.302,58	33.994,57
2.1.1	levantamento inicial dos danos, demandas emergenciais e perfil dos atingidos e atingidas	-	3.450,84	-	-	-	-
2.1.2	Construção de dietas e acompanhamento medidas reparatórias	73.331,20	25.150,80	73.331,20	29.515,18	73.331,20	13.412,57
2.1.3	Formação em Direitos	10.655,38	-	10.655,38	-	10.655,38	-
2.1.4	Acompanhamento sobre monitoramento de segurança de barragens	-	-	6.400,00	-	-	-
2.1.5	Levantamento de danos na vida das mulheres e monitoramento de gênero	34.316,00	20.483,00	34.316,00	20.410,48	34.316,00	20.582,00
2.1.6	Mobilizador temporário	-	-	-	-	-	-
2.2	Consultorias Especializadas	478.163,19	89.131,45	478.163,19	194.241,08	478.163,19	103.522,80
2.2.1	levantamento de aspectos ambientais em decorência do espalhamento dos rejeitos	52.631,58	-	52.631,58	134.224,83	52.631,58	-
2.2.2	levantamento das demandas em saúde e estudos sobre a implementação de políticas públicas	76.923,08	39.900,00	76.923,08	26.600,00	76.923,08	79.800,00
2.2.3	levantamento dos danos à agricultura e assistência técnica rural	42.105,26	33.416,25	42.105,26	33.416,25	42.105,26	-
2.2.4	levantamento de danos aos animais	47.058,82	-	47.058,82	-	47.058,82	-
2.2.5	levantamento de danos às moradias nas comunidades e danos à infraestrutura urbana	55.555,56	-	55.555,56	-	55.555,56	-
2.2.6	levantamento de áreas degradadas para fins de recuperação	25.000,00	-	25.000,00	-	25.000,00	-
2.2.7	levantamento da situação documental e dos danos às comunidades quilombolas	22.222,22	15.815,20	22.222,22	-	22.222,22	23.722,80
2.2.8	levantamento de danos ao acesso e às atividades de cultura, turismo, esporte e lazer	26.666,67	-	26.666,67	-	26.666,67	-
2.2.9	Resgate da memória coletiva, do patrimônio histórico e cultural	26.666,67	-	26.666,67	-	26.666,67	-
2.2.10	levantamento da dimensão e situação fundiária das áreas atingidas	53.333,33	-	53.333,33	-	53.333,33	-
2.2.11	Plano de recuperação e desenvolvimento econômico da zona rural	25.000,00	-	25.000,00	-	25.000,00	-
2.2.12	Plano de recuperação e desenvolvimento econômico da zona urbana	25.000,00	-	25.000,00	-	25.000,00	-
3.0	RECURSOS HUMANOS	880.479,95	682.207,36	880.479,95	689.694,09	880.479,95	654.589,57
4.0	CUSTEIO DO PROJETO	286.527,98	82.499,89	286.527,98	71.461,96	286.527,98	122.992,83
4.1	Custo Operacional	155.773,97	62.636,53	155.773,97	51.552,45	155.773,97	56.772,32
4.2	Despesas com bens, móveis e equipamentos	-	-	-	-	-	46.546,50
4.3	CUSTEIO e INFRAESTRUTURA INSTITUCIONAL (Custeio operacional institucional)	130.754,01	19.863,36	130.754,01	20.042,84	130.754,01	19.674,01
4.4	CUSTEIO e INFRAESTRUTURA INSTITUCIONAL (Despesas com bens móveis e equipamentos institucionais)	-	-	-	133,33	-	-
5.0	COMUNICAÇÃO	52.859,13	4.242,00	52.859,13	625,00	52.859,13	-
6.0	COORDENAÇÃO E ACOMPANHAMENTO METODOLÓGICO/FINALÍSTICO	-	6.06.700,43	699.085,59	-	-	179.060,99
7.0	FUNDO ADMINISTRATIVO	6.521,74	-	6.521,74	-	6.521,74	-
	TOTAIS	1.972.967,18	1.506.964,09	2.690.452,77	1.005.947,79	1.972.967,18	1.094.160,76

Como pode ser observado na Tabela 2, no mês de março/2021 houve uma execução financeira de R\$ 1.506.964,09 (um milhão e quinhentos e seis mil e novecentos e sessenta e quatro reais e nove centavos), no mês de abril de 2021 foi executado o valor de R\$ 1.005.947,79 (um milhão e cinco mil e novecentos e quarenta e sete reais e setenta e nove centavos) e, por fim, no mês de maio houve um gasto de R\$ 1.094.160,76 (um milhão e noventa e quatro mil e cento e sessenta



reais e setenta e seis centavos). Para melhor visualização dos gastos, especifica-se essa relação por atividades:

- 1) Atividades Atingidos: Havia previsão para desembolso financeiro nas micro rubricas *Coletivo de Coordenadores e Coordenadoras do Grupo de Base, Seminários Regionais, Seminários Temáticos e Assembleias I e Assembleias II*. Contudo, não houve execução financeira em nenhuma delas. A AEDAS justifica que:

A rubrica prevê atividades participativas em campo com as pessoas atingidas. No entanto, devido à pandemia de COVID 19, as atividades participativas estão sendo realizadas, em sua maioria, de maneira virtual. Atividades pontuais ou Grupos de Atingidos e Atingidas que ocorreram em campo não fazem parte das atividades previstas para rubrica. Assim, a mesma está com execução zerada até a competência maio/21. No Plano Operacional Transitório, está prevista a criação de uma linha específica para Grupos de Atingidos e Atingidas presencial, assim como reuniões com as representações comunitárias de comissão. As reuniões de Grupos de GAA que tivemos no ciclo compreendido entre Março-Maio, infelizmente, aconteceram sem apoio ao transporte dos atingidos e atingidas ou alimentação, por exemplo. Os gastos empreendidos para a realização deles, por sua vez, foram alocados em contratação de pessoa jurídica (aluguel de toldo, mesas e cadeiras), material de escritório para material de papelaria, transporte apenas para a equipe a partir dos carros da frota alugados. (AEDAS, 2021)

- 2) Consultorias/Produtos Atividades da Equipe Permanente (2.1 Formação/ Atividades/Produtos) – Para as rubricas de *levantamento inicial dos danos, demandas emergenciais e perfil dos atingidos e atingidas* não havia previsão de gastos nos meses de março/2021 a maio/2021, no entanto, consta um valor negativo de R\$ 3.450,84 (três mil e quatrocentos e cinquenta reais e oitenta e quatro centavos) que se referem a dois pagamentos equivocados que serão devolvidos pela ATI. Em contrapartida, as rubricas de *Formação em Direitos e Acompanhamento sobre Monitoramento de Segurança em Barragens* havia previsão de gasto, mas não houve nenhum desembolso financeiro. Quanto à rubrica de *mobilizador temporário* o desembolso financeiro foi inferior ao previsto, contudo, a AEDAS justifica que:



A execução zerada em Formação em Direitos (prevista para o campo) e um peso orçamentário relevante para: Construção de diretrizes e acompanhamento medidas reparatórias (2.1.1), Construção de diretrizes e acompanhamento medidas reparatórias (2.1.2) e Levantamento de danos na vida das mulheres e monitoramento de gênero (2.1.5), que possuem execuções mensais abaixo de 55% do valor previsto no plano de trabalho devido ao lançamento dos custos com Encargos Sociais e Benefícios estarem alocados nas rubricas gerais como 3.19 (Seguro de vida, vale transporte, plano de saúde e odontológico), 3.21 (FGTS) e 3.22 (PIS) ao invés de estar alocado nesta rubrica. Adicionalmente, houve atraso na contratação em aproximadamente um mês para levantamento inicial dos danos e monitoramento de gênero, e três meses de demandas emergenciais e perfil dos atingidos e atingidas.

Esse atraso ocorreu ainda no ano passado, com a adaptação do trabalho ao período pandêmico e a dificuldade de adaptação da contratação da equipe. Esse atraso está descrito nas justificativas da nossa planilha de detalhamento de atividades do ciclo correspondente.

Outro motivo para baixa execução nessas contratações é o fato de durante os processos de exercício do trabalho temporário, alguns dos contratados foram deslocados para vagas CLT que abriram durante o projeto. (AEDAS, 2021)

- 3) Consultorias/Produtos Atividades da Equipe Permanente (2.2 Consultorias Especializadas) – Para o período deste relatório havia previsão para execução financeira em todas as rubricas de consultorias, porém, houve gasto somente nas rubricas de *levantamento de aspectos ambientais em decorrência do espalhamento dos rejeitos, levantamento das demandas em saúde e estudos sobre a implementação de políticas públicas, levantamento dos danos à agricultura e assistência técnica rural e levantamento da situação documental e dos danos às comunidades quilombolas*. Diante disso, a AEDAS menciona que:

A falta de recurso foi um impedimento grave para a execução das atividades previstas no Plano de Trabalho.

No mês de março, a Região 01 recebeu um empréstimo no valor de R\$ 100.000,00 da Região 02, para conseguir arcar com os pagamentos que não foram possíveis suspender ou adiar, como exemplo: locação de veículos provisórios e permanentes, mensalidade das linhas telefônicas dos aparelhos celulares, consultorias, veiculação do programa semanal da rádio AEDAS e FGTS 02/2021.

Como não havia recurso disponível em conta, nem mesmo para pagamento das contas fixas, houve a necessidade de pausar

qualquer tipo de dispêndio futuro, incluindo as despesas relacionadas a Consultorias Especializadas, que possuem grande impacto orçamentário.

A suspensão de contratação da maioria das novas consultorias (com exceção de danos às comunidades quilombolas (R1) devido a Protocolo de Consulta aprovado com as comunidades) desde dezembro de 2020 teve um grande impacto nesse atraso. Em março de 2020, foi necessária a suspensão de todos os contratos de consultoria, suspendendo todo o trabalho das consultorias por cerca de um mês.

Com a assinatura do acordo, foi necessário um replanejamento de todas as consultorias, garantindo que os levantamentos a serem realizados por elas possam levar em consideração as informações necessárias para a produção das Matrizes de Danos e a extinção das chamadas da UFMG, o que atrasou o lançamento de novos Termos de Referência.

Atualmente, existem consultorias também previstas no Plano Operacional Transitório que são continuidade das previstas no Plano de Trabalho, ou novas que deverão ajudar na implementação das atividades do acordo. (AEDAS, 2021)

- 4) A rubrica de *Recursos Humanos* teve execução financeira inferior ao previsto em todos os meses compreendidos neste relatório. Nesse contexto, a AEDAS justifica que:

A falta de recurso foi um impedimento grave para a execução das atividades previstas no Plano de Trabalho. Como não havia recurso disponível em conta, nem mesmo para pagamento das contas fixas, houve a necessidade de pausar qualquer tipo de dispêndio futuro, incluindo as despesas relacionadas a Recursos Humanos.

As dificuldades e riscos do trabalho na pandemia e as sobrecargas devido ao acúmulo de funções tem gerado um número elevado de pedidos de demissões e a uma execução mensal constantemente abaixo do previsto, apesar das novas admissões. A falta de recursos para o período analisado agravou o quadro supracitado, mesmo havendo prioridade para este dispêndio a rubrica se manteve sem admissões no período, em que pese a continuidade dos casos de demissão diante da possibilidade de redimensionamento da equipe com Plano Operacional Transitório (POT).

- 5) Na micro rubrica *Custeio Operacional Institucional* o valor gasto foi inferior ao previsto todos os meses. No tocante à rubrica de *Despesas com bens, móveis e equipamentos* houve execução financeira de R\$ 46.546,50 (quarenta e seis mil e quinhentos e quarenta e seis reais e cinquenta centavos), valor este que não



estava previsto no Plano de Trabalho e que se refere à aquisição de servidor, previamente autorizado pelas Instituições de justiça. Quanto ao valor negativo de R\$ 133,33 (cento e trinta e três reais e trinta e três centavos), o mesmo se refere a pagamento equivocado que será devolvido.

- 6) Na rubrica de *Comunicação* havia previsão de gasto para todo o período do relatório, porém, o valor executado foi inferior ao previsto. Para essa rubrica, a AEDAS justifica que:

Como a maioria das atividades de comunicação previstas em orçamento estão voltadas para produtos que demandam ações presenciais, houve um intenso debate para Aedas sobre a não exposição de funcionários da Associação, nem de pessoas contratadas exclusivamente para a entrega desses materiais.

A entrega dos materiais de comunicação foi possível no final de 2020, quando os números da pandemia sinalizaram melhora. No início de 2021, com o agravamento do número de casos, e a contingência de recursos foi finalizada.

Para solucionar a questão relativa a entrega de materiais de comunicação, foi criado pela Aedas em parceria com outros projetos da instituição, um protocolo COVID para esse tipo de atividade.

- 7) Coordenação e Acompanhamento Metodológico/Finalístico – CAMF – O pagamento da segunda parcela dos serviços da coordenação foi realizado da seguinte forma: metade em outubro e as demais foram divididas, conforme consta na prestação de contas. Por esse motivo, apresenta valores diferentes do previsto no Plano de Trabalho.
- 8) Fundo Administrativo - Essa rubrica tinha previsão para todos os meses, porém, não houve nenhum gasto.

No acompanhamento das atividades da ATI e desembolsos realizados, as questões listadas acima foram identificadas e a assessoria optou pelos caminhos viáveis, não havendo óbice à decisão tomada pela Aedas.

Apontamentos da Assessoria Financeira - Região 1

Diante do apresentado pela AEDAS, foi observado que houve um

desembolso financeiro nos três meses que contemplam esse relatório no valor de R\$ 3.607.072,64 (três milhões e seiscentos e sete mil e setenta e dois reais e sessenta e quatro centavos), sendo que para esse período estava prevista, no Plano de Trabalho, a execução de R\$ 6.636.387,13 (seis milhões e seiscentos e trinta e seis mil e trezentos e oitenta e sete reais e treze centavos), o que corresponde a uma execução de 54,35%. Todavia, existem diversos fatores que auxiliaram a baixa execução, como já mencionado nos tópicos anteriores, entendendo a Equipe Financeira ser necessário citar alguns pontos que merecem atenção.

O período deste relatório contempla um momento muito delicado vivenciado pela AEDAS, qual seja, a falta de recursos disponíveis em conta para execução das atividades. É sabido que consta no termo de compromisso assinado entre as partes que quando a execução financeira alcançasse 70% do recurso disponibilizado seria realizado o aporte da nova parcela, o que não ocorreu. O novo recurso foi creditado para a ATI no fim de março/2021, já contemplando a proposta do acordo judicial e não mais a do processo judicial em trâmite na segunda vara. Nesse contexto, para que a AEDAS pudesse cumprir com suas obrigações, foi feito um contingenciamento de despesas, além de um empréstimo com a região 02.

Outro ponto que merece atenção é o POT, que tinha por função definir novas atividades, novos escopos financeiros e finalísticos, formalizar e legalizar a execução de atividades que atendiam tanto ao processo judicial quanto ao acordo. A previsão para o período do POT era de março a julho/2021, contudo, até a presente data não tem-se conhecimento de sua aprovação. Esse cenário traz insegurança para a ATI, uma vez que as demandas de atividades aumentaram, mas sem um documento que formalize esse período de transição para as atividades oriundas do acordo, inclusive, a título de assegurar dos valores. A posição escolhida pela AEDAS foi a de seguir com o Plano de Trabalho já aprovado, mesmo tendo construído um Plano Transitório, já que os recursos financeiros disponíveis não seriam suficientes para bancar a proposta, além de não saber sobre sua validação ante a não aprovação pelas Instituições de Justiça.

Por último, ressalta-se que a AEDAS recebeu até o momento na região 01 o valor de R\$ 15.575.104,52 (quinze milhões e quinhentos e



setenta e cinco mil e cento e quatro reais e cinquenta e dois centavos). Desse valor, foi executado, até maio/2021, o montante de R\$ 11.952.543,50 (onze milhões e novecentos e cinquenta e dois mil e quinhentos e quarenta e três reais e cinquenta centavos), o que representa um gasto de 76,74% do recurso recebido. **Considerando o termo de compromisso, ressalta-se que a porcentagem executada já ultrapassou o previsto para que ocorra novo aporte de recursos.**



4.2 Região 02

A análise sobre a execução financeira do orçamento constante no Plano de Trabalho da região 2, ora apresentada, foi realizada pela Equipe Financeira da CAMF e ocorreu a partir da documentação apresentada pela ATI AEDAS, a saber: Planilha de Saldo de Rubricas, Prestação de contas do mês de maio/2021, Consolidação do Cronograma de Desembolso, Relatório Trimestral Finalístico do ciclo 4 e Plano de Trabalho da Região 02.

Previsão e Execução dos valores no período de março/2021 a maio/2021

O plano de trabalho da região 02 prevê aportes financeiros no montante de R\$ 55.546.363,98 (cinquenta e cinco milhões e quinhentos e quarenta e seis mil e trezentos e sessenta e três reais e noventa e oito centavos) dos quais foram repassados, até o período deste relatório, R\$ 19.234.950,65 (dezenove milhões e duzentos e trinta e quatro mil e novecentos e cinquenta reais e sessenta e cinco centavos), correspondentes à primeira e segunda parcelas, ou seja, 34,63% do montante a ser recebido para a execução das atividades previstas no Plano de Trabalho aprovado.

Para o período de março de 2021 a maio de 2021 estava previsto no Plano de Trabalho o dispêndio do valor de R\$ 8.680.956,12 (oito milhões e seiscentos e oitenta mil e novecentos e cinquenta e seis reais e doze centavos), tendo sido executados R\$ 4.283.224,76 (quatro milhões e duzentos e oitenta e três mil e duzentos e vinte e quatro reais e setenta e seis centavos), o que corresponde a 49,34% do previsto, como demonstrado na Tabela 1.

Nesse contexto, vale ressaltar que ocorreram algumas intercorrências no meio do processo da AEDAS, entre elas, a falta de recurso disponível para a execução das atividades, o que ocasionou algumas ações de contingenciamento, tais como: suspensão de contratação de novos profissionais para recomposição da equipe, de contratação de novas consultorias e de algumas consultorias já contratadas, interrupção das atividades presenciais, entre outros, conforme

ofício encaminhado para as Instituições de justiça em 11 de março de 2021.

Outro ponto que merece atenção é a não aprovação do Plano Operacional Transitório - POT, o que coloca a ATI em um cenário de insegurança jurídica, já que falta um documento que normatize a execução tanto financeira quanto finalística das atividades oriundas do processo judicial (em trâmite na 2ª Vara) e do acordo judicial. Nessa conjuntura, reforça-se que a presente análise foi realizada a partir do Plano de trabalho aprovado, o que pode gerar diferenças na execução, haja vista que o período deste relatório deveria ser regido pelo POT.



Tabela 1 – Previsto e Realizado Consolidado de Março/2021 à Maio/2021 com dados extraídos do Plano de Trabalho e Planilha de Prestação de Contas da Região 2/ competência Maio de 2021- AEDAS

CONSOLIDAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DA AEDAS COM O CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO DA REGIÃO 2 - (PERÍODO DE MARÇO/ 2021 À MAIO/ 2021)			
Rubrica	Competência	Total previsto de Mar/ 2021 a Mai/ 2021	Total realizado de Mar/ 2021 a Mai/ 2021
1.0	ATIVIDADES ATINGIDOS - METODOLOGIAS DE PARTICIPAÇÃO	1.167.208,23	-
1.1	Coletivo de Coordenadores e Coordenadoras de Grupos de Base	49.920,00	-
1.2	Seminários Regionais	105.600,00	-
1.3	Seminários Temáticos A	708.282,36	-
1.4	Seminários Temáticos B	178.605,87	-
1.5	Assembleias A	96.685,71	-
1.6	Assembleias B	28.114,29	-
1.7	Assembleias C	-	-
2.0	CONSULTORIAS/ PRODUTOS - ATIVIDADES EQUIPE PERMANENTE	2.642.773,50	758.587,64
2.1	Formação / Atividades / Produtos	394.943,07	131.957,50
2.1.1	Levantamento inicial dos danos, demandas emergenciais e perfil dos atingidos e atingidas	-	-
2.1.2	Construção de diretrizes e acompanhamento medidas reparatórias	219.993,60	75.357,00
2.1.3	Formação em Direitos	31.966,14	-
2.1.4	Levantamento de danos na vida das mulheres e monitoramento de gênero	142.983,33	56.600,50
2.1.5	Mobilizador temporário	-	-
2.2	Consultorias Especializadas	2.247.830,43	626.630,14
2.2.1	Levantamento das demandas em saúde e estudos sobre a implementação de políticas públicas.	221.666,67	203.000,00
2.2.2	Levantamento de aspectos ambientais e decorrência do espalhamento dos rejeitos	221.666,67	257.105,31
2.2.3	Levantamento de danos aos animais	187.764,72	-
2.2.4	Levantamento dos danos à agricultura e assistência técnica rural	177.333,33	91.200,00
2.2.5	Levantamento documental e dos danos dos povos, comunidades tradicionais e de religiões de matriz africana	93.882,36	-
2.2.6	Levantamento de danos a pesca artesanal, profissional e recreativa	221.666,67	75.324,83
2.2.7	Estudo para recuperação do Rio Paraopéba e tributários (afluentes)	177.333,33	-
2.2.8	Levantamento de áreas degradadas para fins de recuperação	99.750,00	-
2.2.9	Levantamento de danos ao acesso e às atividades de cultura, turismo, esporte e lazer	106.400,01	-
2.2.10	Levantamento de danos às moradias nas comunidades e danos à infraestrutura urbana	221.666,67	-
2.2.11	Levantamento de danos ao patrimônio histórico e cultural	106.400,01	-
2.2.12	Levantamento da dimensão e situação fundiária das áreas atingidas	212.799,99	-
2.2.13	Plano de recuperação e desenvolvimento econômico da zona rural	99.750,00	-
2.2.14	Plano de recuperação e desenvolvimento econômico da zona urbana	99.750,00	-
3.0	RECURSOS HUMANOS	2.847.677,43	2.326.594,62
4.0	CUSTEIO DO PROJETO	925.150,05	282.278,18
4.1	Custo Operacional	487.764,09	161.809,59
4.2	Despesas com bens, móveis e equipamentos	-	46.546,50
4.3	CUSTEIO e INFRAESTRUTURA INSTITUCIONAL	437.385,96	73.922,09
4.4	CUSTEIO e INFRAESTRUTURA INSTITUCIONAL	-	-
5.0	COMUNICAÇÃO	161.787,83	5.610,00
6.0	COORDENAÇÃO E ACOMPANHAMENTO METODOLÓGICO/FINALÍSTICO	916.793,86	910.154,32
6.1	Coordenação e Acompanhamento Metodológico/Finalístico	916.793,86	910.154,32
7.0	FUNDO ADMINISTRATIVO	19.565,22	-
7.1	Reserva Técnica	19.565,22	-
	Total	8.680.956,12	4.283.224,76



Observa-se que na rubrica de despesas com bens móveis e equipamentos, que não tinha previsão de gasto, houve execução para aquisição e instalação do servidor, devidamente autorizado pelas Ijs, em 29 de março de 2021. Quanto à macro rubrica de atividades dos atingidos, mesmo havendo previsão de gasto não houve nenhuma execução, pois é uma atividade com previsibilidade para acontecer presencialmente, o que não foi possível devido à pandemia de Covid-19.

Previsão e Execução dos valores no período de Março/2021 a Maio/2021 por rubrica

Neste tópico aborda-se o que estava previsto para ser executado e o que, de fato, foi realizado mês a mês. Ao elaborar a tabela 2 utilizou-se o previsto dos meses de março a maio/2021 que constam no Plano de Trabalho, sendo o executado retirado da Relação de Pagamentos da Planilha de Prestação de Contas.



Tabela 2 – Previsto e Realizado Consolida Mês a Mês de março/2021 à maio/2021 com dados extraídos do Plano de Trabalho e Planilha de Prestação de Contas da Região 2/ competência maio de 2021- AEDAS

PREVISTO E REALIZADO DO MÊS A MÊS DA REGIÃO 2 - (PERÍODO MARÇO/2021 À MAIO/2021)							
Rubrica	Competência	Previsto no Mês 12 (Março)	Realizado no Mês 12 (Março)	Previsto no Mês 13 (Abril)	Realizado no Mês 13 (Abril)	Previsto no Mês 14 (Maio)	Realizado no Mês 14 (Maio)
1.0	ATIVIDADES A TINGIDOS - METODOLOGIAS DE PARTICIPAÇÃO	397.389,41	-	372.429,41	-	397.389,41	-
1.1	Coletivo de Coordenadores e Coordenadoras de Grupos de Base	24.960,00	-	-	-	24.960,00	-
1.2	Seminários Regionais	35.200,00	-	35.200,00	-	35.200,00	-
1.3	Seminários Temáticos A	236.094,12	-	236.094,12	-	236.094,12	-
1.4	Seminários Temáticos B	59.535,29	-	59.535,29	-	59.535,29	-
1.5	Assembleias A	32.228,57	-	32.228,57	-	32.228,57	-
1.6	Assembleias B	9.371,43	-	9.371,43	-	9.371,43	-
1.7	Assembleias C	-	-	-	-	-	-
2.0	CONSULTORIA S/ PRODUTOS - ATIVIDADES EQUIPE PERMANENTE	917.868,94	233.652,23	862.452,28	377.298,91	862.452,28	147.636,50
2.1	Formação / Atividades / Produtos	131.647,69	45.749,00	131.647,69	45.572,00	131.647,69	40.636,50
2.1.1	Levantamento inicial dos danos, demandas emergenciais e perfil dos atingidos e atingidas	-	-	-	-	-	-
2.1.2	Construção de diretrizes e acompanhamento medidas reparatórias	73.331,20	25.167,00	73.331,20	24.990,00	73.331,20	25.200,00
2.1.3	Formação em Direitos	10.655,38	-	10.655,38	-	10.655,38	-
2.1.4	Levantamento de danos na vida das mulheres e monitoramento de gênero	47.661,11	20.582,00	47.661,11	20.582,00	47.661,11	15.436,50
2.1.5	Mobilizador temporário	-	-	-	-	-	-
2.2	Consultorias Especializadas	786.221,25	187.903,23	730.804,59	331.726,91	730.804,59	107.000,00
2.2.1	Levantamento das demandas em saúde e estudos sobre a implementação de políticas públicas	110.833,33	48.000,00	55.416,67	48.000,00	55.416,67	107.000,00
2.2.2	Levantamento de aspectos ambientais em decorrência do espalhamento dos rejeitos	73.888,89	37.809,61	73.888,89	219.295,70	73.888,89	-
2.2.3	Levantamento de danos aos animais	62.588,24	-	62.588,24	-	62.588,24	-
2.2.4	Levantamento dos danos à agricultura e assistência técnica rural	59.111,11	45.600,00	59.111,11	45.600,00	59.111,11	-
2.2.5	Levantamento documental e dos danos dos povos, comunidades tradicionais e de religiões de matriz africana	31.294,12	-	31.294,12	-	31.294,12	-
2.2.6	Levantamento de danos a pesca artesanal, profissional e recreativa	73.888,89	56.493,62	73.888,89	18.831,21	73.888,89	-
2.2.7	Estudo para recuperação do Rio Parapietá e tributários (afluentes)	59.111,11	-	59.111,11	-	59.111,11	-
2.2.8	Levantamento de áreas degradadas para fins de recuperação	33.250,00	-	33.250,00	-	33.250,00	-
2.2.9	Levantamento de danos ao acesso e às atividades de cultura, turismo, esporte e lazer	35.466,67	-	35.466,67	-	35.466,67	-
2.2.10	Levantamento de danos às moradias nas comunidades e danos à infraestrutura urbana	73.888,89	-	73.888,89	-	73.888,89	-
2.2.11	Levantamento de danos ao patrimônio histórico e cultural	35.466,67	-	35.466,67	-	35.466,67	-
2.2.12	Levantamento da dimensão e situação fundiária das áreas atingidas	70.933,33	-	70.933,33	-	70.933,33	-
2.2.13	Plano de recuperação e desenvolvimento econômico da zona rural	33.250,00	-	33.250,00	-	33.250,00	-
2.2.14	Plano de recuperação e desenvolvimento econômico da zona urbana	33.250,00	-	33.250,00	-	33.250,00	-
3.0	RECURSOS HUMANOS	949.225,81	753.887,86	949.225,81	816.206,91	949.225,81	756.499,85
4.0	CUSTEIO DO PROJETO	308.383,35	86.825,05	308.383,35	72.237,26	308.383,35	123.215,87
4.1	Custo Operacional	162.588,03	60.803,84	162.588,03	48.166,00	162.588,03	52.839,75
4.2	equipamentos	-	-	-	-	-	46.546,50
4.3	CUSTEIO e INFRA ESTRUTURA INSTITUCIONAL	145.795,32	26.021,21	145.795,32	24.071,26	145.795,32	23.829,62
4.4	CUSTEIO e INFRA ESTRUTURA INSTITUCIONAL	-	-	-	-	-	-
5.0	COMUNICAÇÃO	80.893,91	5.610,00	40.446,96	-	40.446,96	-
6.0	COORDENAÇÃO E ACOMPANHAMENTO METODOLÓGICO/ FINALÍSTICO	-	702.746,41	916.793,86	-	-	207.407,91
6.1	Coordenação e Acompanhamento Metodológico/ Finalístico	-	702.746,41	916.793,86	-	-	207.407,91
7.0	FUNDO ADMINISTRATIVO	6.521,74	-	6.521,74	-	6.521,74	-
7.1	Reserva Técnica	6.521,74	-	6.521,74	-	6.521,74	-
Total		2.660.283,16	1.782.721,55	3.456.253,41	1.265.743,08	2.564.419,55	1.234.760,13

Como pode ser observado na Tabela 2, no mês de março/2021 houve uma execução financeira de R\$ 1.782.721,55 (um milhão e setecentos e oitenta e dois mil e setecentos e vinte e um reais e cinquenta e cinco centavos), no mês de abril de 2021 foi executado o valor de R\$ 1.265.743,08 (um milhão e duzentos e sessenta e cinco mil e setecentos e quarenta e três reais e oito centavos) e, por fim, no mês de maio houve um gasto de R\$ 1.234.760,13 (um milhão duzentos e trinta e quatro mil e setecentos e sessenta reais e treze centavos).

Com base na Tabela 2, verifica-se que mesmo havendo provisão



para a execução financeira em diversas rubricas, não houve gastos. Em contrapartida, em alguns casos, não havia previsão de gastos e houve execução financeira para o período compreendido nesse relatório, como nas atividades descritas abaixo:

- 1) Atividades Atingidos: Havia previsão para desembolso financeiro nas micro rubricas *Coletivo de Coordenadores e Coordenadoras do Grupo de Base, Seminários Regionais, Seminários Temáticos e Assembleias I e Assembleias II*. Contudo, não houve execução financeira em nenhuma delas. A AEDAS justifica que:

A rubrica prevê atividades participativas em campo com as pessoas atingidas. No entanto, devido à pandemia de COVID 19, as atividades participativas estão sendo realizadas, em sua maioria, de maneira virtual. Atividades pontuais ou Grupos de Atingidos e Atingidas que ocorreram em campo não fazem parte das atividades previstas para rubrica. No Plano Operacional Transitório, está prevista a criação de uma linha específica para Grupos de Atingidos e Atingidas presencial, assim como reuniões com as representações comunitárias de comissão. As reuniões de Grupos de GAA que tivemos no ciclo compreendido entre Março-Maio, infelizmente, aconteceram sem apoio ao transporte dos atingidos e atingidas ou alimentação, por exemplo. Os gastos empreendidos para a realização deles, por sua vez, foram alocados em contratação de pessoa jurídica (aluguel de toldo, mesas e cadeiras), material de escritório para material de papelaria, transporte apenas para a equipe a partir dos carros da frota alugados. (AEDAS, 2021)

- 2) Consultorias/Produtos Atividades da Equipe Permanente (2.1 Formação/ Atividades/Produtos) – Para a rubrica de *levantamento inicial dos danos, demandas emergenciais e perfil dos atingidos e atingidas* não havia previsão de gastos nos meses de março/2021 a maio/2021, no entanto, consta um valor negativo de R\$ 3.450,84 (três mil e quatrocentos e cinquenta reais e oitenta e quatro centavos) que se refere a dois pagamentos equivocados que serão devolvidos pela ATI. Em contrapartida, para as rubricas de *Formação em Direitos e Acompanhamento sobre Monitoramento de Segurança em Barragens* havia previsão de gasto, mas não houve nenhum desembolso financeiro. Quanto à rubrica de *mobilizador temporário* o desembolso financeiro foi inferior ao previsto, contudo, a AEDAS justifica que:



A execução de 34,89% é devida a um conjunto de fatores, a saber: execução zerada em Formação em Direitos (prevista para o campo) e um peso orçamentário relevante para: Construção de diretrizes e acompanhamento medidas reparatórias (2.1.1), Construção de diretrizes e acompanhamento medidas reparatórias (2.1.2) e Levantamento de danos na vida das mulheres e monitoramento de gênero (2.1.5), que possuem execuções mensais abaixo de 50% do valor previsto no plano de trabalho devido ao lançamento dos custos com Encargos Sociais e Benefícios estarem alocados nas rubricas gerais como 3.19 (Seguro de vida, vale transporte, plano de saúde e odontológico), 3.21 (FGTS) e 3.22 (PIS) ao invés de estar alocado nesta rubrica. Adicionalmente, houve atraso na contratação em aproximadamente dois meses para os mobilizadores temporários, um mês para levantamento de danos e construção de diretrizes de reparação e monitoramento de gênero.

Esse atraso ocorreu ainda no ano passado, com a adaptação do trabalho ao período pandêmico e a dificuldade de adaptação da contratação da equipe. Esse atraso está descrito nas justificativas da nossa planilha de detalhamento de atividades do ciclo correspondente.

Outro motivo para baixa execução nessas contratações é o fato de durante os processos de exercício do trabalho temporário, alguns dos contratados foram deslocados para vagas CLT que abriram durante o projeto.

Quanto a Formação em direitos Com o início das tratativas relativas ao Acordo Judicial, foi decidido que a formação em direitos deveria compor uma das atividades relativas ao monitoramento popular das medidas reparatórias previstas, assim como na participação nas instâncias deliberativas do Acordo. Por isso, a atividade foi deslocada para acontecer como uma consultoria e teve seu orçamento ampliado no Plano Operacional Transitório. Aguarda, portanto, aprovação para poder acontecer.

Atualmente, a equipe de levantamento dos danos nas vidas das mulheres e gênero tem um papel importante na consolidação dos diagnósticos (segunda vara), e na garantia da perspectiva de gênero de todos os projetos que foram construídos para os anexos 1.3 e 1.4 e em todos os espaços participativos de consulta - acordo. (AEDAS, 2021)

- 3) Consultorias/Produtos Atividades da Equipe Permanente (2.2 Consultorias Especializadas) – Para o período deste relatório havia previsão para execução financeira em todas as rubricas de consultorias, porém, houve gasto somente nas rubricas de *levantamento das demandas em saúde e estudos sobre a implementação de políticas pública, levantamento de aspectos ambientais em decorrência do espalhamento dos rejeitos, levantamento dos danos à agricultura e assistência técnica rural e levantamento de danos à pesca artesanal, profissional e recreativa*. Diante disso, a AEDAS menciona que:

Em relação às consultorias especializadas temos dispêndios



para quatro das 14 consultorias contratadas. Isso ocorre devido a impactos graves em nosso planejamento e execução devido à falta de recursos para a execução das atividades previstas no Plano de Trabalho. Como não havia recurso disponível em conta, nem mesmo para pagamento das contas fixas, houve a necessidade de pausar qualquer tipo de dispêndio futuro, incluindo as despesas relacionadas a Consultorias Especializadas, que possuem grande impacto orçamentário.

A suspensão de contratação da maioria das novas consultorias (com exceção de danos às comunidades quilombolas (R1) devido a Protocolo de Consulta aprovado com as comunidades) desde dezembro de 2020 teve um grande impacto nesse atraso. Em março de 2020, foi necessária a suspensão de todos os contratos de consultoria, suspendendo todo o trabalho das consultorias por cerca de um mês.

Com a assinatura do acordo, foi necessário um replanejamento de todas as consultorias, garantindo que os levantamentos a serem realizados por elas possam levar em consideração as informações necessárias para a produção das Matrizes de Danos e a extinção das chamadas da UFMG, o que atrasou o lançamento de novos Termos de Referência.

Atualmente, existem consultorias também previstas no Plano Operacional Transitório que são continuidade das previstas no Plano de Trabalho, ou novas que deverão ajudar na implementação das atividades do acordo. (AEDAS, 2021)

- 4) A rubrica de *Recursos Humanos* teve execução financeira inferior ao previsto em todos os meses compreendidos neste relatório. Nesse contexto, a AEDAS justifica que:

A rubrica de recursos humanos apresenta a maior execução do período, com 74% do valor previsto. As dificuldades e riscos do trabalho na pandemia e as sobrecargas devidas ao acúmulo de funções tem gerado um número elevado de pedidos de demissões e a uma execução mensal constantemente abaixo do previsto, apesar das novas admissões. A falta de recursos para o período analisado agravou o quadro supracitado, mesmo havendo prioridade para este dispêndio a rubrica se manteve sem admissões no período, em que pese à continuidade dos casos de demissão. (AEDAS, 2021)

- 5) Na micro rubrica *Custeio Operacional Institucional* o valor gasto foi inferior ao previsto todos os meses. No tocante à rubrica de *despesas com bens, móveis e equipamentos* houve execução financeira de R\$ 46.546,50 (quarenta e seis



mil e quinhentos e quarenta e seis reais e cinquenta centavos), valor este que não estava previsto no Plano de Trabalho, foi referente à aquisição de servidor, previamente autorizado pelas Instituições de justiça. No tocante a essa rubrica, a AEDAS esclarece que:

A falta de recursos para o período impactou rubricas com perspectivas de dispêndios que não possuíam relação com atividades presenciais. Os itens de custeio operacional possuem execução mais baixa por haver ligação com atividades presenciais em micro rubricas de grande impacto orçamentário como: escritórios e pontos de apoio, luz e água, taxas, combustível, intercâmbio dos atingidos, restauração de avarias em automóveis, entre outras. Também é possível observar execuções mais altas quando se trata de bens móveis e equipamentos, essenciais mesmo em um contexto de pandemia e trabalho remoto. (AEDAS, 2021)

- 6) Na rubrica de *Comunicação* havia previsão de gasto para todo o período do relatório, porém, o valor gasto foi inferior ao previsto. Para essa rubrica, a AEDAS justifica que:

Como a maioria das atividades de comunicação previstas em orçamento estão voltadas para produtos que demandam ações presenciais, houve um intenso debate para Aedas sobre a não exposição de funcionários da Associação, nem de pessoas contratadas exclusivamente para a entrega desses materiais.

A entrega dos materiais de comunicação foi possível no final de 2020, quando os números da pandemia sinalizaram melhora. No início de 2021, com o agravamento do número de casos, e a contingência de recursos foi finalizada.

A falta de recurso foi um impedimento grave para a execução das atividades previstas no Plano de Trabalho. Como não havia recurso disponível em conta, nem mesmo para pagamento das contas fixas, houve a necessidade de pausar qualquer tipo de dispêndio futuro, incluindo as despesas relacionadas à Comunicação, isso teve consequências no lançamento dos tabloides previstos para o período.

Para solucionar a questão relativa à entrega de materiais de comunicação, foi criado pela Aedas em parceria com outros projetos da instituição, um protocolo COVID para esse tipo de atividade. (AEDAS, 2021)

- 7) Coordenação e Acompanhamento Metodológico/Finalístico – CAMF – O pagamento da primeira parcela dos serviços da coordenação aconteceu em outubro/2020 e a segunda em março/2021. Ou seja, os valores foram pagos em datas diferentes do previsto, mas sem alteração de valor.



- 8) Para a rubrica de *Fundo Administrativo* havia previsão de gasto para todos os meses, porém, não houve nenhum gasto.

No acompanhamento das atividades da ATI e desembolsos realizados, as questões listadas acima foram identificadas e a assessoria optou pelos caminhos viáveis, não havendo óbice à decisão tomada pela Aedas.

Apontamentos da Assessoria Financeira - Região 2

Diante do apresentado pela AEDAS, foi observado que houve um desembolso financeiro nos três meses que contemplam esse relatório no valor de R\$ 4.283.224,76 (quatro milhões e duzentos e oitenta e três mil e duzentos e vinte e quatro reais e setenta e seis centavos), sendo que para esse período estava previsto no Plano de Trabalho a execução de R\$ 8.680.956,12 (oito milhões e seiscentos e oitenta mil e novecentos e cinquenta e seis reais e doze centavos), o que corresponde a uma execução de 49,34%. Todavia, existem diversos fatores que auxiliaram a baixa execução, como já mencionado nos tópicos anteriores, sendo necessário ressaltar que ainda ocorreu, nesse período, um empréstimo de R\$100.000,00 (cem mil reais) para a R1, devido à falta de liberação de recursos. Ademais, entende-se como necessário citar alguns pontos que merecem atenção.

O período deste relatório contempla um momento de falta de recursos disponíveis em conta para execução das atividades. É sabido que consta no termo de compromisso assinado entre as partes que quando a execução financeira alcançasse 70% do recurso disponibilizado seria realizado o aporte da nova parcela, o que não ocorreu. O novo aporte de valor foi disponibilizado para a ATI somente no fim de março de 2021, tendo sido acompanhadas pela Equipe Financeira da CAMF as demandas da ATI para liberação de uma nova parcela, visto o estrangulamento dos recursos. Entendem-se todas as dificuldades e peculiaridades do processo em questão, contudo, a falta de recursos coloca a ATI em uma situação de insegurança orçamentária e jurídica.

Outro ponto que merece atenção é o POT, que tinha por função



definir novas atividades, novos escopos financeiros e finalísticos, formalizar e legalizar a execução de atividades que atenderiam tanto ao processo judicial (em trâmite na segunda vara) quanto ao acordo judicial. A previsão para o período do POT era de março a julho/2021, contudo, até a presente data não temos conhecimento de sua aprovação. Esse cenário traz descompassos para a ATI, uma vez que as demandas, execuções e atividades aumentaram, mas não existe um documento que formalize esse período de transição para as atividades oriundas do acordo. Isso fez com que a AEDAS não contratasse e/ou continuasse num “contingenciamento” até que o documento seja aprovado, pois as novas atividades previstas no POT não estão sendo executadas como previstas no Plano Operacional Transitório devido ao receio de atuar sem um documento formal que a autorize.

Por último, ressalta-se que a AEDAS recebeu, até o momento, para a região 02 o valor de R\$ 19.234.950,65 (dezenove milhões e duzentos e trinta e quatro mil e novecentos e cinquenta reais e sessenta e cinco centavos). Desse valor já foi executado até maio/2021 o montante de R\$ 13.185.182,99 (treze milhões e cento e oitenta e cinco mil e cento e oitenta e dois reais e noventa e nove centavos), o que representa um gasto de 68,55% do recurso recebido. No Termo de Compromisso firmado menciona-se que quando a ATI alcançar a execução de 70% dos recursos repassados será liberado novo aporte de valor. Assim, a ATI ainda não atingiu os 70% dos recursos já disponibilizados, fato prioritariamente justificado pelo cenário de insegurança jurídica quanto à execução, conforme já narrado.



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desta análise, é fundamental tecer considerações acerca da complexidade de todo o processo vivenciado pelos diversos atores neste projeto. São muitas as variáveis presentes no processo de reparação integral dos danos aos atingidos e atingidas ao longo do Paraopeba. Dessa forma, faz-se importante não perder de vista o caráter educativo no desenvolvimento das ações.

Tendo em vista a necessidade constante de aprimorar processos, é importante ressaltar o avanço considerável no que se refere ao relatório deste ciclo. A obtenção desse resultado foi possível por dois motivos principais: 1) pela abertura, empenho e envolvimento dos profissionais da AEDAS na consecução da atividade, desde os momentos preparatórios até a redação efetiva do relatório; 2) pelo acompanhamento metodológico e finalístico realizado pela equipe de referência da AEDAS/CAMF durante todo o processo de realização da atividade, que permitiu um acesso qualificado aos trabalhos realizados, bem como um espaço de trocas metodológicas, orientações e sugestões no que se refere à execução das atividades previstas no Plano de Trabalho vigente.

No que tange aos aspectos formais e metodológicos destaca-se que: 1) O relatório foi entregue pela AEDAS dentro do prazo estipulado, juntamente com todos os arquivos relacionados à execução nesse período analisado. 2) Ocorreu o aprimoramento da forma de apresentação das narrativas, que foram agrupadas por macroatividades. Essa mudança no formato foi sugerida pela equipe de referência da CAMF com o intuito de permitir a identificação e análise qualificada das ações executadas, possibilitando maior clareza na verificação do que foi realizado e do que está em execução. 3) A planilha de atividades operacionais apresentada pela ATI associada à parte narrativa e a outros processos de acompanhamento da AEDAS, facilitaram a compreensão da linha lógica de execução dos projetos por parte da CAMF. Assim, reforça-se a relevância dessa entrega não apenas como um produto que demonstra as atividades desenvolvidas, mas, como parte da demonstração dos avanços nas etapas do trabalho realizado. 4) Houve, também, um processo de interlocução durante o desenvolvimento do

trabalho no período de escopo do relatório. Essa interlocução ocorreu por meio da adoção da seguinte metodologia: a equipe da CAMF propôs uma maior aproximação das diversas coordenações da ATI para descentralizar o diálogo e melhorar a compreensão acerca das ações desenvolvidas. Em decorrência disso, ocorreram reuniões guiadas pela CAMF de escuta das equipes da AEDAS (Temáticas, Mobilização, Comunicação, Territorial, DRI e Gestão da Informação) sobre as ações desenvolvidas no período de referência, os principais desafios enfrentados e os avanços conquistados. Como consequência das reuniões realizadas, foi possível que a equipe da CAMF fizesse orientações e sugestões junto às equipes da AEDAS e coletasse dados e informações pertinentes para o acompanhamento das ações desenvolvidas no período de referência, bem como, mapeasse os principais desafios enfrentados e os avanços conquistados.

Em relação aos avanços dessa proposta de descentralização, destaca-se a maior completude e detalhamento de ações ligadas a cada uma das equipes da AEDAS. A equipe da CAMF defende que o diálogo horizontal e a construção coletiva direciona para a organização e sistematização das ações executadas, permitindo ajustes e correções que se fizerem necessárias. A experiência dessa metodologia de trabalho desenvolvido foi incorporada desde o ciclo passado no qual a prática foi avaliada positivamente, tanto pela AEDAS quanto pela equipe de referência da CAMF.

Destarte, em relação aos aspectos positivos do relatório, ressalta-se, novamente, o maior envolvimento das equipes técnicas da AEDAS na sua elaboração. A participação das equipes no processo de construção do relatório é de fundamental importância, tanto para que as informações sejam sistematizadas de forma mais aprofundada e coerente com a realidade, como também para que a equipe compreenda o sentido do registro a partir de sua prática, tendo em vista a qualificação das ações desenvolvidas. Nesse sentido, avalia-se de forma muito positiva o movimento de reorganização do processo de escrita do relatório, envolvendo as equipes nessa tarefa. Além disso, a AEDAS já sinalizou para outras mudanças internas no processo de elaboração, estimando-se

ainda um maior acompanhamento da CAMF no próximo ciclo, o que reputa-se como um grande avanço que merece ser destacado.

Com relação à análise finalística do parecer propriamente dito, a partir das análises documentais, acompanhamentos de campo, reuniões com as equipes técnicas e alinhamentos entre as equipes da CAMF, foi possível concluir que: **1) As macroatividades referentes ao processo judicial foram executadas dentro do planejado**, sendo que, as macroatividades que sofreram algum tipo de atraso foram devidamente justificadas em razão do atraso no repasse do orçamento da ATI no início do presente ciclo. Referido fato gerou a necessidade de readequação do planejamento de algumas atividades, como já consignado no parecer. **2) As macroatividades referentes ao acordo judicial foram executadas com total adequação** e esforço notável da AEDAS a fim de assegurar o cumprimento do princípio da participação informada.

De forma geral, portanto, a AEDAS cumpriu com louvor as suas funções. Como pontos a serem aperfeiçoados, a equipe da CAMF sugere, somente: 1) a incorporação das sugestões específicas das Assessorias Temáticas da CAMF na execução das consultorias contratadas; 2) a análise da possibilidade de priorização da macroatividade *formação em direitos*, pelas razões já expostas no parecer; 3) uma revisão mais cuidadosa da planilha de atividades, a fim de evitar a presença de algumas inconsistências, como apontado no decorrer deste parecer.

Por fim, como observações gerais necessárias para o aprimoramento do processo como um todo e que dizem respeito a questões alheias ao desenvolvimento do trabalho que vem sendo realizado pela AEDAS, aponta-se:

1) Para a continuidade das atividades, é primordial a aprovação do Plano Operacional Transitório (POT) para que a AEDAS possa dar sequência nas atividades a que se propõe e na construção do Plano de Trabalho Global, com mais segurança e com as adequações necessárias.

2) Tendo em vista o novo plano de trabalho a ser construído para o 2o semestre, faz-se a defesa pela ampliação de profissionais nas diferentes equipes da AEDAS. Essa ampliação se justifica para uma

melhor adequação e distribuição das ações previstas, especialmente para a execução do acordo, bem como para evitar a alta rotatividade de profissionais que vem ocorrendo na ATI. Diante disso, sugere-se a criação de uma estrutura que permita a permanência dos profissionais em uma lógica de trabalho assertiva e com bem estar. A equipe da CAMF entende que a ampliação da equipe técnica precisa ser avaliada como uma forma realista para que as equipes atuais da AEDAS não fiquem sobrecarregadas, conforme apontado reiteradamente no parecer.

3) Importante, ainda, ressaltar que a equipe da CAMF constatou que a participação informada das pessoas atingidas ficou prejudicada neste ciclo, a despeito de todo o esforço realizado pela AEDAS para que isso não acontecesse, devido à exiguidade dos prazos de execução das atividades previstas no acordo. Diante de todo o exposto e das análises realizadas, a equipe da CAMF apresenta um parecer **favorável, tanto ao trabalho que vem sendo desenvolvido, quanto ao relatório enviado pela AEDAS**. Ressalta-se que a disponibilidade e abertura ao diálogo da assessoria, bem como, a incorporação pela ATI de grande parte das sugestões e orientações propostas pela equipe de referência CAMF, no ciclo em análise, tornou o relatório mais compreensível e coerente com o trabalho executado no período de março a maio/2021.

Referências

ACORDO de Cooperação. **Entidade Coordenadora, Assessorias Técnicas Independentes e Instituições de Justiça**. Belo Horizonte, julho de 2020.

ASSOCIAÇÃO ESTADUAL DE DEFESA AMBIENTAL E SOCIAL. **IV Relatório Trimestral da Região 1**. Belo Horizonte, julho de 2021.

ASSOCIAÇÃO ESTADUAL DE DEFESA AMBIENTAL E SOCIAL. **IV Relatório Trimestral da Região 2**. Belo Horizonte, julho de 2021.

ASSOCIAÇÃO ESTADUAL DE DEFESA AMBIENTAL E SOCIAL. **Matriz de Medidas Reparatórias Emergenciais Região 1**. Dezembro de 2020

ASSOCIAÇÃO ESTADUAL DE DEFESA AMBIENTAL E SOCIAL. **Matriz de Medidas Reparatórias Emergenciais Região 2**. Dezembro de 2020.

ASSOCIAÇÃO ESTADUAL DE DEFESA AMBIENTAL E SOCIAL.
Planilha de Atividades Relatório Ciclo 4. Belo Horizonte, julho de 2021.

ASSOCIAÇÃO ESTADUAL DE DEFESA AMBIENTAL E SOCIAL.
Plano de trabalho: Assessoria Técnica Independente Para a Reparação Integral de danos aos atingidos pelo desastre da Vale. Bacia do rio Paraopeba, Região 1. AEDAS, Belo Horizonte, junho de 2020.

ASSOCIAÇÃO ESTADUAL DE DEFESA AMBIENTAL E SOCIAL.
Plano de trabalho: Assessoria Técnica Independente Para a Reparação Integral de danos aos atingidos pelo desastre da Vale. Bacia do rio Paraopeba, Região 2. AEDAS, Belo Horizonte, junho de 2020.

ASSOCIAÇÃO ESTADUAL DE DEFESA AMBIENTAL E SOCIAL.
Plano Operacional Transitório: Assessoria Técnica Independente Para a Reparação Integral de danos aos atingidos pelo desastre da Vale. Bacia do rio Paraopeba, Região 1. AEDAS, Belo Horizonte, 2021.

ASSOCIAÇÃO ESTADUAL DE DEFESA AMBIENTAL E SOCIAL.
Plano Operacional Transitório: Assessoria Técnica Independente Para a Reparação Integral de danos aos atingidos pelo desastre da Vale. Bacia do rio Paraopeba, Região 2. AEDAS, Belo Horizonte, 2021.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça do Estado - CEJUSC 2º grau.
Acordo judicial para reparação integral relativa ao rompimento das barragens B-I, B-IV E B-IVA /CÓRREGO DO FEIJÃO. Processo de Mediação SEI n. 0122201-59.2020.8.13.0000. Minas Gerais, fevereiro de 2021.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Pró-Reitoria de Extensão. **Plano de Trabalho: Projeto Paraopeba - Coordenação e Acompanhamento Metodológico e Finalístico para Atuação junto às Assessorias Técnicas Independentes no Processo de Reparação Integral das Perdas das Populações na Bacia do Rio Paraopeba.** Belo Horizonte, junho de 2020.

TERMO de Compromisso. **Instituições de Justiça e Assessorias Técnicas Independentes.** Belo Horizonte, fevereiro de 2020.





PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

**PARECER TÉCNICO DA COORDENADORA DE ACOMPANHAMENTO
METODOLÓGICO E FINALÍSTICO**

**Objeto: Relatório Finalístico Trimestral de Atividades da Assessoria Técnica Guaicuy -
Área 4**

Belo Horizonte

Julho de 2021



LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI - Articulação Institucional

ATI - Assessoria Técnica Independente

CAMF - Coordenação Metodológica e Finalística

CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania

CTC - Comitê Técnico Científico

DFIPA - Diagnóstico Familiar Individual sobre Perda das Pessoas Atingidas

DPMG - Defensoria Pública de Minas Gerais

DRP - Diagnóstico Rápido Participativo

EY - Ernest Young Global Limited

GT - Grupos Técnicos IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IJs - Instituições de Justiça IG - Instituto Guaicuy LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados

MePS - Metodologia de Participação Social

MPF - Ministério Público Federal

MPMG - Ministério Público de Minas Gerais

POT - Plano Operacional Transitório

PTR - Programa de Transferência de Renda

SAS - Saúde e Assistência Social

TI - Tecnologia da Informação

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. METODOLOGIA	3
3. ANÁLISE FINALÍSTICA	5
3.1 Governança	12
3.2 Mobilização Social	25
3.3 Direito e a Construção da Matriz de Danos	34
3.4 Pagamento Emergencial	45
4. ANÁLISE FINANCEIRA	45
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS	52



1. INTRODUÇÃO

Trata-se de Parecer Técnico da Coordenadora de Acompanhamento Metodológico e Finalístico (CAMF-PUC Minas), sobre o IV Relatório Finalístico da Assessoria Técnica Independente (ATI) Instituto Guaicuy, com atuação na região 4, atingida pelo rompimento da barragem B-I e soterramento da barragem B-IV-A, em Brumadinho. O objetivo principal do presente Parecer Técnico é subsidiar as Instituições de Justiça (IJs) – Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), Ministério Público Federal (MPF) e Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), no processo de avaliação e chancela das atividades executadas pelas assessorias técnicas, em consonância com a proposta de trabalho apresentada nos Planos Operacionais Transitórios (POT), em substituição aos Planos de Trabalho originais, homologados no processo judicial pelo juízo competente.

Cumprе informar que, embora o aditivo ao Termo de Referência e o Plano Operacional Transitório ainda não tenham sido aprovados pelas IJs e pelo Comitê de Compromitentes, foram utilizados como referência para definir o escopo de atuação da assessoria técnica no trimestre em análise. O período de vigência do POT, inicialmente submetido à apreciação das IJs e do Comitê foi de cinco meses, com término previsto para julho de 2021, podendo ser alterado, se necessário.

O presente Parecer está organizado em cinco 06 (seis) partes: 1) Introdução, 2) Metodologia, 3) Análise Finalística, 4) Análise Financeira, 5) Considerações Finais e 6) Referências.

2. METODOLOGIA

Este Parecer resulta não somente de uma análise documental do Relatório Finalístico da assessoria técnica Guaicuy, como também de um trabalho qualitativo de acompanhamento contínuo das atividades realizadas pela referida entidade, conforme pactuado no Acordo de Cooperação assinado entre CAMF e ATIs, com interveniência das IJs.



Assim sendo, faz-se importante informar os procedimentos e instrumentos utilizados para embasar este Parecer, visando torná-lo um documento claro, objetivo e consistente, que atenda às necessidades das IJs de decidirem se a assessoria desempenhou com êxito a tarefa que lhe foi confiada junto aos atingidos e às atingidas pelo rompimento das barragens em Brumadinho.

Procedimentos e instrumentos utilizados:

- 1) Leitura comparativa do Plano de Trabalho original e Plano Operacional Transitório, buscando identificar e distinguir as ações que decorrem do Processo Judicial e do Acordo Global;
- 2) Leitura e Análise do III e IV Relatórios Trimestrais Finalísticos, com consultas às evidências apresentadas pela ATI para sanar possíveis dúvidas;
- 3) Discussão entre as equipes da CAMF, como também com a própria ATI para sanar dúvidas gerais e específicas sobre o cumprimento das atividades previstas no Plano de Trabalho e o resultado alcançado;
- 4) Acompanhamento do cronograma de reuniões da ATI a respeito do financeiro e finalístico, com destaque para as atividades relativas à mobilização e à participação social, no âmbito do Processo e do Acordo;
- 5) Análise documental feita ao longo do processo de acompanhamento metodológico da ATI, objetivando a construção de notas técnicas, pareceres e relatórios que respondam à demanda da assessoria e das IJs, e Instrumentos de Acompanhamento;
- 6) Levantamento das dificuldades da ATI para o cumprimento integral do que havia sido proposto no POT, com avaliação criteriosa da justificativa apresentada pela assessoria.

Dito isso, é fundamental uma breve descrição dos procedimentos metodológicos para elaboração deste Parecer finalístico, realizado de forma conjunta entre a coordenação, as assessorias temáticas (permanentes e não permanentes), os técnicos e as equipes de referência



(coordenação, articuladores de campo e extensionistas), conforme previsto no Plano de Trabalho da CAMF (PROJETO PARAOPEBA, 2020).

A Equipe de Referência que acompanha as atividades envolvendo o Instituto Guaicuy, no período em questão, somou a participação direta em 115 reuniões e encontros, englobando atividades internas da assessoria (tais como as reuniões com as coordenações técnicas e analistas), reuniões com a auditoria, Ernest Young Global Limited (EY) e ATI para acompanhamento da planilha de matriz de ações, atividades junto às outras ATIs e CAMF, e atividades externas junto aos atingidos e atingidas (Núcleos Comunitários, Rodas de Conversa, Assembleias e Reuniões com a Bacia do Paraopeba). O acompanhamento realizado, mais do que uma ação de monitoramento puro e simples, tem sido utilizado como uma estratégia de trabalho colaborativo, de caráter pedagógico e técnico, para o aprimoramento continuado das ações desenvolvidas pela ATI nas regiões 4 e 5.

Antecedendo à elaboração deste Parecer, reuniões entre a Equipe de Referência da CAMF e as equipes da ATI responsáveis pela execução das atividades das áreas 4 e 5, denominadas Gerências de Projetos e Gerências de Campo e Operações Inter-Regionais, onde foram revisadas as atividades de março a maio com a coordenação responsável, solicitando a atualização da planilha de atividades da ATI. Também foi realizada uma reunião remota com a gerência responsável pela elaboração do IV Relatório, para o diálogo e esclarecimentos sobre as dimensões finalísticas e financeiras contempladas na elaboração do Parecer.

Considerando que expressiva parte das ações previstas no POT ainda se encontra em curso, este Parecer focou sua análise no processo de execução das atividades, e não nos resultados em si. Outro aspecto importante de elucidar se refere ao papel colaborativo da CAMF neste processo, que em nada se assemelha à função da auditoria. Cabe destacar o caráter técnico, mas também pedagógico de natureza extensionista, formativo, pautado na relação de confiança estabelecida com a assessoria, calcada em princípios humanísticos defendidos pela PUC Minas.

3. ANÁLISE FINALÍSTICA

O IV Relatório Trimestral Finalístico da área 4 apresentado pelo Instituto Guaicuy em formato PDF, contém 28 páginas e está estruturado em 07 (sete) partes: a) Introdução; b) Cenário e Conjuntura Atual; c) Estrutura Organizacional; d) Atividades finalísticas e



Evolução Orçamentária; e) Desafios Enfrentados no Campo; f) Avaliação dos Resultados Alcançados e g) Reflexões e Aprimoramentos.

Além do Relatório escrito, contém 03 (três) anexos, denominados 1) Controle Financeiro Geral; 2) Anexos 1.1; 1.2; 1.3 – Levantamentos de produtos e ações – POT; e 3) Anexo I, ações finalísticas Guaicuy área 4 março a maio/21. Esses anexos serão detalhados e analisados ao longo deste Parecer. O primeiro será analisado pela Assessoria de Processos e Finanças da CAMF. Os outros dois serão parte do trabalho de análise da Equipe de Referência das áreas 4 e 5 da CAMF.

Na Introdução é apresentada, de forma sintética, o que será encontrado ao longo do Relatório da área 4, ou seja, atividades que foram realizadas no período de março a maio de 2021, orientadas pelas ações propostas no Plano de Trabalho da ATI, de julho de 2020, e pelos indicadores propostos e pactuados com a auditoria, a EY.

Após a introdução, foram apresentadas informações sobre o Cenário e Conjuntura Atual, contendo informações sobre: a) as características da área 4, b) como dimensionar o impacto, e c) a pessoa atingida como foco: metodologia de trabalho. O texto possui uma riqueza de informações com detalhes econômicos e populacionais de cada cidade à qual as comunidades atingidas pertencem, além de apresentar o mapa das mesmas, facilitando a sua localização para o leitor.

É apresentada também a abordagem ecossistêmica, fundamental para entender a dinâmica e a complexidade do processo dentro do conceito de bacia hidrográfica, que tem como consequência o comprometimento das “condições de vida e saúde da população das relações de trabalho e produção, da biodiversidade, das relações socioambientais, da história, da cultura e do pertencimento das comunidades que fazem parte da bacia hidrográfica”. (GUAICUY, 2021).

A principal metodologia utilizada pelo Instituto Guaicuy é a Participação Social, que possui quatro (04) grandes eixos orientadores para as ações da ATI, que serão analisados no decorrer deste Parecer. São eles: 1) Governança; 2) Mobilização Social; 3) Direito e a Construção da Matriz de Danos; e 4) Pagamento Emergencial.



A Estrutura Organizacional¹ apresenta o novo organograma da ATI, já apresentado à CAMF, que apoia as mudanças e emitiu parecer avaliando essa estrutura. A Equipe de Referência, já participa de reuniões com a ATI dentro dessa nova estrutura e avalia as mudanças de forma positiva. Contém também no documento a listagem da atual equipe do Instituto Guaicuy.

As Atividades Finalísticas e Evolução Orçamentária consistem na verificação, organização e estudo dos dados financeiros que foram apresentados pelo Instituto Guaicuy no período de março a maio de 2021. A partir das informações recebidas, as análises foram realizadas por meio de estudo da relação entre os valores previstos e realizados por rubrica observando também os esclarecimentos e ressalvas expostas pela equipe da ATI no Relatório Finalístico. Importante frisar que no processo de execução das despesas, a ATI deve seguir procedimentos para compras e contratações e que os dispêndios realizados são objeto de verificação pela empresa de auditoria. Assim, pode-se entender que a efetividade dos gastos está relacionada às atividades realizadas e apresentadas no Relatório Finalístico. A análise financeira encontra-se na quarta parte deste Parecer.

Os desafios enfrentados para a execução das atividades no período fazem jus às complicações que a ATI enfrenta ao longo do processo. Devido à pandemia do Covid-19, a ATI precisou repactuar as atividades para não deixar de dar suporte às pessoas atingidas e garantir o direito à informação e à participação com qualidade nos processos ligados à reparação integral. Por esse motivo, a Equipe de Referência da CAMF realiza reuniões com as equipes da ATI e acompanha algumas atividades realizadas remotamente com as pessoas atingidas e consegue identificar as dificuldades descritas pela ATI ao longo do Relatório, como a falta de acesso à rede na maioria das comunidades e a dificuldade de algumas pessoas atingidas em usar as plataformas *on-lines*. Outro desafio refere-se às especificidades das regiões e os danos enfrentados no território após o rompimento. Além das questões já abordadas, o processo de contratação de novos profissionais está lento devido aos procedimentos necessários para garantir a transparência, fundamental para o trabalho das organizações da sociedade civil. Tendo em vista a necessidade de novas contratações para a

¹ ERRATA: No IV Relatório Finalístico do Instituto Guaicuy, consta que as mudanças necessárias para o novo organograma ainda não foram implementadas e aguarda análise da CAMF. Entretanto, a ATI não atualizou a informação no IV Relatório. A Manifestação da CAMF, em resposta à demanda do Instituto Guaicuy, foi enviada para as IJs dia 31 de março de 2021.



atuação dos profissionais da ATI, cabe avaliar se o dimensionamento da equipe se adequa à extensão da demanda de trabalho da ATI em campo.

Os desafios decorrentes do Acordo Judicial exigiram das ATIs o desenvolvimento de um conjunto expressivo de novas ações e atividades, seja como assistente técnico das IJs, ou na sua atribuição de assessoria técnica das pessoas atingidas, ocasionando todas as discussões e tratativas que se desdobram na elaboração dos POTs e de um aditivo ao Termo de Compromisso. Tal processo se deu mediante discussões e reflexões internas, de reavaliação e reorganização da estrutura e do trabalho das ATIs, sem as quais não seria possível acomodar as novas atividades, demandas e prazos estabelecidos pelo Acordo, junto às antigas já desenvolvidas vinculadas ao Processo. Todo esse percurso foi marcado por uma intensa agenda de atividades, parte delas acompanhadas diretamente pela CAMF.

Na seção de Avaliação dos Resultados Alcançados, a ATI descreveu as atividades dos Anexos I.1, I.2 e I.3, que foram executadas durante o período correspondente ao trimestre em análise e que foram definidas pelo POT. Além da descrição dos 03 (três) Anexos, a ATI enviou um anexo denominado “Anexos 1.1; 1.2; 1.3 – Levantamentos de produtos e ações – POT”, onde essas atividades são descritas de forma clara e com detalhamento do que foi realizado, constando o período, as equipes vinculadas e o link das evidências. A Equipe de Referência da CAMF, na sua análise, acrescentou a essa tabela uma coluna de “Observações CAMF”, onde é feita uma breve análise descritiva das atividades acompanhadas, referente a cada Anexo.

Nesta mesma parte, também foram descritas as atividades realizadas de março a maio de 2021 sobre os 04 (quatro) eixos orientadores da ATI, e enviada uma planilha denominada “Anexo I, ações finalísticas Guaicuy área 4 março a maio/21”. Essa planilha contém todas as atividades concluídas, canceladas, *on hold*, não iniciadas ou iniciadas, desde o início das execuções nos territórios em que a ATI atua, ou seja, constam atividades não correspondentes ao trimestre em análise, gerando redundância, uma vez que já foram analisadas em Pareceres anteriores. Além disso, a ATI não realiza nenhuma alteração na planilha sem o consentimento da EY, o que a torna ainda mais confusa, não só para a Equipe de Referência da CAMF, mas também internamente, para a própria a ATI, pois pode acontecer de uma atividade já ter sido realizada, porém, o *status* da atividade não estar atualizado, visto que ainda não passou pela aprovação da auditoria. Anterior ao envio do Relatório para a CAMF, foi realizada uma



reunião com a gerência responsável pela elaboração do IV Relatório da ATI, onde a Equipe de Referência da CAMF sugeriu filtragem das ações canceladas ou que não faziam parte do escopo do IV Relatório, porém, a sugestão não foi acatada.

Dito isso, a Equipe de Referência realizou uma análise comparativa das planilhas das atividades finalísticas do III e IV Relatório, identificando as ações que faziam parte do escopo, demarcando as dúvidas da planilha do IV Relatório, baseadas na comparação e na reunião com as Gerências. A Equipe de Referência da CAMF devolveu a planilha para que o responsável da ATI pudesse fazer as devidas atualizações. Após reenvio pela ATI, algumas dúvidas permaneceram sem esclarecimento bem como parte das indicações de alterações também não foram acatadas. A ATI possui ciência de que seus indicadores não estão adequados, e tem previsão de refazê-los para o próximo Relatório Finalístico.

Também será enviada a planilha denominada “Anexo I, ações finalísticas Guaicuy área 4 março a maio/21”, onde a Equipe de Referência da CAMF acrescentou uma coluna denominada “Observações CAMF Segundo Reuniões com Gerências”, na qual constam as observações de cada atividade analisada da planilha, seja ela dentro ou fora do período trimestral a ser analisado, conforme explicado acima.

O Anexo I.1, sobre “Projetos Comunitários e Microcréditos”, deve ser executado com a participação ativa das comunidades atingidas, tendo em vista se tratar da formulação de projetos pelas próprias pessoas atingidas, com o auxílio das ATIs. Foram realizados estudos e reflexões, por meio de Grupos de Trabalhos internos entre as equipes da ATI, para pensar a melhor forma de diálogo com as pessoas atingidas sobre o tema. Das 09 (nove) reuniões com os núcleos comunitários que a ATI realizou na área 4 sobre o Anexo I.1, a Equipe de referência da CAMF acompanhou 04 (quatro). Como as Nucleações são encontros sistemáticos mensais, a estratégia consistiu em estabelecer um diálogo processual com as comunidades, de forma a possibilitar uma atuação ativa e sólida. A partir da experiência com os outros Anexos, o Instituto Guaicuy percebeu a necessidade de trabalhar as informações gradualmente, apresentando ideias e dialogando para a consolidação das mesmas, coletando os questionamentos, pontos de vista e sugestões.

A metodologia utilizada para explicação dos projetos comunitários e microcrédito, apresentou coerência com o planejado, onde foi perceptível o esforço da ATI em realizar a



metodologia de participação informada junto aos atingidos. Notou-se que eles possuíam várias dúvidas sobre o tema do Anexo I.1, mesmo com o esforço da ATI em esclarecer as questões e apontamentos da melhor forma possível. Foi percebido que, em algumas comunidades, os atingidos já possuíam conhecimento sobre o tema, contribuindo significativamente no engajamento e discussões das reuniões. Por intermédio das falas das pessoas atingidas e da ATI, ficou evidente a importância de se elaborar formações sobre programas de microcrédito e a continuidade das discussões desse Anexo.

O Anexo I.2, “Programa de Transferência de Renda (PTR)”, será monitorado pelo MPMG, DPE e MPF. O PTR passará a substituir o Pagamento Mensal Emergencial. Devido seu caráter urgente, foi o primeiro a ser executado com as pessoas atingidas. A partir do alinhamento entre as ATIs, CAMF e Comitê de Compromitentes, organizaram-se o planejamento e a elaboração de metodologia para as consultas, produção de materiais unificados e mobilização social, por meio de *lives*, com o intuito de receber as dúvidas das pessoas atingidas e dar a devolutiva com respostas dos Compromitentes. A metodologia utilizada para explicar o PTR foi coerente com o planejado, sendo o primeiro momento explicativo e o segundo consultivo. O tempo de realização das consultas aos atingidos, preparação para as reuniões e a equipe reduzida frente à dimensão do trabalho a ser desenvolvido foi um dificultador para a implementação do Anexo I.2. Apesar dos problemas identificados, a ATI soube fornecer as informações necessárias, se valendo de diversos meios (vídeos, imagens, metáforas). De modo geral, a análise destes espaços participativos indicou que não houve tempo suficiente para o adequado processo de consulta no Anexo I.2. Ainda foi possível perceber outros problemas, sobretudo, a não aceitação das perguntas, que tinham aspectos dúbios, valorativos e moralizantes que poderiam enviesar as respostas das pessoas atingidas.

As discussões e questionamentos sobre o PTR ainda são pautados nas reuniões de núcleos pelas pessoas atingidas, demonstrando as lacunas do processo, que foi demasiadamente rápido. Os critérios permanecem incompreendidos, bem como o entendimento para inserção no PTR. Dentro das limitações do prazo, e com o conteúdo inconsistente para tratativas do Anexo I.2, a ATI utilizou as estratégias necessárias e concernentes, tradução técnica e apresentou disponibilidade total para questionamentos posteriores. No entanto, os pontos negativos identificados dizem diretamente da estrutura do



processo, não estando apenas relacionado à falta de compreensão das pessoas atingidas nas consultas.

O Anexo I.3, “Políticas Públicas”, também será monitorado pelo MPMG, DPE e MPF. Para a realização das atividades desse Anexo, a ATI resgatou os Diagnósticos Rápidos Participativos (DRP’s) e demandas comunitárias registradas, a fim de levantar dados, sistematizar informações e pensar nos projetos das comunidades. O Instituto Guaicuy desenvolveu no próprio *site*, um meio em que as pessoas atingidas tinham acesso a dois formulários. Um onde as pessoas escolhiam, por ordem de importância, os projetos já pré-estabelecidos pela ATI, de interesse individual; e outro onde consta a possibilidade de propor projetos não contemplados no primeiro formulário. Por meio de reuniões ampliadas com os núcleos comunitários, a ATI abordou o Anexo I.3 após coleta dos dados de ambos os formulários preenchidos, que foram apresentados via slides, remotamente. Durante o processo, o Instituto Guaicuy esteve amplamente disponível para atender às dúvidas e fornecer suporte e orientações necessárias.

A atuação da ATI pressupõe que as pessoas atingidas estejam no centro, sendo fundamentais as metodologias que tenham o acolhimento em sua abordagem, que garantam o entendimento das informações e de Processo Jurídico. Destaca-se, sobretudo, o Anexo I.3, em que a participação e engajamento das pessoas atingidas precisa ser ativa com a proposição de projetos às comunidades. Ocorreu o estudo dos Anexos, articulação interna e treinamento da ATI, que foram primordiais para a execução do seu trabalho junto às pessoas atingidas. Os profissionais responsáveis demonstraram significativa qualidade técnica no desempenho das reuniões. A Equipe de Referência da CAMF participou, no mês de abril, de 09 (nove) nucleações sobre o Anexo I.3.

Percebe-se que nas reuniões é comum emergirem os conflitos, com base nos interesses de cada comunidade, o que pode se compreender como um importante indicador de que o espaço está sendo bem utilizado. Nesse sentido, a participação dos atingidos viabiliza discussões ricas, produtivas e intensas, com destaque no papel da ATI em mediar, mobilizar e garantir a comunicação informada. Contudo, cabe destacar a dificuldade de acesso e de estabilidade da internet.



Apesar dos prazos exíguos, o Anexo I.3 foi executado com uma articulação qualificada junto às pessoas atingidas e comunidades, com participação ativa no processo de discussão. Nas reuniões com gestores públicos dos municípios, a presença de representantes das comunidades, decidida nas nucleações, expressou a atuação da ATI, na formação e orientações necessárias para a efetiva participação, dessa forma, fortalecendo os laços de confiabilidade entre o Instituto Guaicuy e as pessoas atingidas. No decorrer dos meses de abril e maio, a ATI elaborou a listagem dos projetos das comunidades, organizando mais de 1.000 formulários de projetos levantados.

Nos acompanhamentos realizados pela Equipe de Referência da CAMF, nota-se coerente a abordagem estabelecida pelo Instituto Guaicuy, uma vez que restam lacunas em relação à discussão dos Anexos I.2 e I.3. Destaca-se o senso de análise e entendimento da ATI em relação ao seu público-alvo, identificando as necessidades e estabelecendo novas estratégias e experiências que possibilitem a acessibilidade das informações de forma consistente e eficaz.

É importante ressaltar que, apesar de algumas equipes da ATI voltarem suas ações para o Acordo, o Instituto Guaicuy não paralisou as atividades previstas no Plano de Trabalho vigente, ou seja, medidas emergenciais, análises ambientais, de saúde e relatórios continuaram sendo executados neste período. Abaixo, serão realizadas as análises dos 04 (quatro) eixos do Instituto Guaicuy. Em todos há uma tabela que demonstra as macroações referentes ao eixo, em seu devido *status*, o detalhamento das ações apenas do período de março a maio de 2021, e análise das atividades executadas pelo Instituto Guaicuy. A Equipe de Referência da CAMF traz para o Parecer algumas informações importantes, que são necessárias para se fazer a análise.

3.1 Governança

As macroações referentes à Governança têm suas atividades voltadas à articulação institucional, ao controle social e à transparência. Segundo o Plano de Trabalho (2020),

(...) a Governança prevê a ampliação dos diálogos através do Controle social e Transparência; dos Instrumentos de Monitoramento e Avaliação; e da potencialização da Articulação Institucional e dos diálogos com o CTC e com a Ré. (INSTITUTO GUAICUY, 2020).



É um campo de atuação do Instituto Guaicuy presente no contato direto com os atingidos, atividades administrativas, atividades meio e com forte relação com outros eixos de atuação. As macroações da Governança representam os aspectos intersetoriais dos trabalhos executados e a atuação conjunta das equipes. Seguindo o Plano de Trabalho, a organização da ATI define como produtos entregáveis: relatório de atividades, relatório de controle social e transparência e relatório de monitoramento e avaliação.

No que tange o *status* das macroações do eixo de Governança da área 4 do Instituto Guaicuy, é possível verificar na figura I que 35% (20) encontram-se concluídas nos meses anteriores ao deste relatório, 4% (02) não foram iniciadas, mas estão dentro do prazo, 39% (22) foram canceladas e apresentadas justificativas plausíveis para seu cancelamento. Essas macroações estão fora deste período de análise e não serão analisadas neste relatório. Observa-se que 23% (13) foram iniciadas e serão detalhadas e analisadas ao longo deste capítulo de acordo com o “Anexo I, ações finalísticas Guaicuy área 4 março a maio/21”, enviado pela ATI e os acompanhamentos feitos pela equipe de referência da CAMF.

Figura I - Tabela da quantidade de macroações por *status* - Governança - Área 4

	Concluída	Iniciada	Não Iniciada	On Hold	Cancelada	Total
MACROAÇÕES ÁREA 4	3, 4, 5, 6, 7, 41, 45, 62, 81, 209, 213, 216, 219, 220, 248, 249, 260, 293, 309, 317	185, 214, 218, 225, 229, 250, 259, 312, 318, 319, 321, 326, 327	91.1, 91.2	-	187, 208, 210, 211, 212, 215, 217, 226, 228, 237, 261, 296, 297, 298, 299, 300, 315, 320, 322, 323, 324, 325	57
	20	13	2	0	22	57
	35%	23%	4%	0%	39%	100%

Fonte: CAMF, 2021.



No eixo da Governança, as equipes apresentaram suas atividades, sendo, respectivamente: 1) Estruturação de Sedes; 2) Metodologia de Participação Social - MePS; 3) Análise Ambiental, Agrário e Econômico; 4) Articulação Institucional (AI); 5) Direito dos Atingidos; 6) Dados Secundários; 7) Tecnologia da Informação (T.I); e, 8) Comunicação Popular.

As macroações apresentadas pela equipe de Estruturação de Sedes diz respeito à aquisição de insumos para *procedimentos internos de controle e transparência*.

As Macroações **3. 4. 5. 6. 7. 41. 45.** são referentes à Estruturação de Sedes. Dentre as 07 (sete) macroações citadas, 04 (quatro) não compõem o período de análise deste Relatório, sendo as atividades **3. 4. 5.** concluídas em outubro de 2020, com evidências já apresentadas à auditora, sendo o Regimento Interno e os manuais de (1) Aquisições e contratações; (2) Prático Normativo de RH, e; (3) Manual de Patrimônio. A macroação **6** está relacionada à *contratação de pessoal e estruturação de equipe*, concluída no período de abril e maio de 2020, e a **41.** que diz sobre a definição de transporte da equipe multidisciplinar nos territórios, concluída em maio de 2020.

7. Estruturação da equipe. Está relacionada à contratação de pessoal. O processo de seleção pública simplificado ocorreu devidamente, segundo o cronograma de abril e maio de 2020. Porém, a etapa de contratação precisou ser reprogramada para outubro de 2020, em função da pandemia de COVID-19. Além disso, conforme justificativa, em dezembro de 2020 o Instituto Guaicuy iniciou um trabalho de revisão de sua estrutura organizacional. O novo desenho institucional foi aprovado pela Diretoria e Conselho Fiscal em fevereiro de 2021. O novo organograma já foi compartilhado com a CAMF, que emitiu parecer favorável. Essa mudança, segundo o Instituto Guaicuy, visa a economia financeira em relação aos custos projetados anteriormente. Nesse sentido, foram abertos editais em 2021 com a finalidade de melhoria nas equipes, cujo processo já foi concluído. Desta maneira, a macroação foi concluída no escopo deste finalístico.

45. Contratação de terceirização de frota. Macroação relacionada ao deslocamento da equipe multidisciplinar nos territórios, relativo ao recebimento de transportes. Os veículos foram entregues nos dias 30/03/2021 e 05/04/2021. Portanto, foi concluída durante o período de análise deste relatório.

As atividades da equipe de estruturação de sedes são de cunho administrativo, relacionadas



à estrutura organizacional e logística da ATI. Para o Plano Operacional Transitório, houve mudanças. A ATI reduziu o número de atividades e concentrou esforços na entrega de um produto, o “Relatório de Controle Social e Transparência”, que resume bem a função da equipe e direciona de forma concisa, porém estruturada e qualificada a sua atuação. Avaliamos como positiva a alteração, por apresentar um indicador consistente.

As macroações **62. 81. 91.1. 91.2.** são referentes ao MePS. Todas as atividades dessa equipe encontram-se fora do escopo, seja por terem sido concluídas anteriormente aos meses de março, abril ou maio; seja por não terem sido iniciadas. Ainda se encontram dentro do prazo de execução.

Essas atividades são relacionadas ao planejamento interno da equipe, que consiste em capacitações, simulações de reuniões, treinamento das metodologias participativas e tabulações de dados. A Equipe de Referência tem se inserido em atividades internas da ATI, a fim de entender os procedimentos de mobilização durante as reuniões com atingidos, e dessa forma, subsidiar a análise dos acompanhamentos coletivos. É percebida abordagem metodológica consistente, pedagógica e didática para o treinamento interno das equipes mobilizadoras, administrando as expectativas e necessidades que possam aparecer durante as reuniões.

As macroações **185. 187.** são referentes à equipe de Análise Ambiental, Agrário e Econômico.

185. *Análise de solo, de produtividade e de tipos de culturas.* A equipe relata diálogo com a auditora Ernest Young. Foi estabelecido um acordo segundo o qual a consultoria seria iniciada após o início das atividades de “Qualidade das águas para uso humano”, as campanhas de coletas se iniciaram em dezembro de 2020. A equipe de referência da CAMF tem acompanhado essa atividade através da Assessoria Temática de Meio Físico e divulgação nas redes sociais do Instituto Guaicuy. É possível acompanhar, com os Núcleos Comunitários, a apresentação e devolutivas das coletas e resultados, a partir das discussões com as pessoas atingidas e tradução técnica nesses espaços, o que possibilita o diálogo e a coleta de novas informações e demandas relacionadas às análises ambientais. A macroação



está dentro do cronograma, como previsão final para outubro de 2021. Ademais, a equipe de Análise Ambiental, Agrário e Econômico prevê a elaboração de relatórios trimestrais apresentando as ações realizadas, a avaliação dos participantes e resultados preliminares. A atividade consta com *status* iniciado, está dentro do prazo estabelecido e devidamente justificada.

187. Cancelada pois está associada a dinâmica de dispêndio, portanto, não faz parte do escopo deste relatório.

As atividades da equipe de Análise Ambiental, Agrário e Econômico, embora estejam no eixo de Governança, fazem parte do eixo de Matriz de Danos, erro presente na planilha do “Anexo I, ações finalísticas Guaicuy área 4 março a maio/21”. As coletas para as análises de solo e água são ações frequentes, o último relatório apresentado foi do período de dezembro a fevereiro, analisado no último trimestre, porém consiste num documento com apresentação dos resultados das coletas e danos identificados. Em março, em reuniões de Núcleos Comunitários, a equipe apresentou as devolutivas, e utilizou do espaço para colher mais demandas e pontos de coleta orientados pelos atingidos. Apesar da linguagem técnica e específica às áreas de conhecimento, as informações e dados compartilhados foram traduzidos adequadamente, ponto que fica evidente pela participação efetiva das pessoas atingidas.

A equipe de Articulação Institucional² apresenta: (a) macroações de insumo, nas quais é prevista a construção de um fluxo para as demandas levantadas, e (b) macroações de natureza processual, relacionadas ao tratamento dessas demandas, ou seja, relativas andamento e processamento dessas demandas.

As macroações **208. 209. 210. 211. 212. 212. 214. 215. 216. 217. 218.** são referentes à Articulação Institucional. Dentre elas, apenas as **210. 211. 214. 215. 218.** estão no escopo de

² Conforme Plano de Trabalho (2020), *o trabalho intersetorial e interinstitucional visa fomentar o diálogo e as ações das diversas áreas de conhecimento, setores e serviços, com a finalidade de responder às demandas e necessidades das pessoas atingidas de forma ampla e integral, subsidiando a construção de propostas para o incremento ou implantação de políticas públicas, programas e projetos locais e regionais.*(Plano de Trabalho Instituto Guaicuy, 2020, p. 79).



análise deste relatório. As outras encontram-se fora do escopo por serem concluídas ou canceladas anteriormente aos meses de março, abril ou maio.

210. Relacionada a *Vale S.A.* Com o advento do Acordo, o alinhamento da equipe de Articulação Institucional se enquadra como atividade meio da ATI e com a construção do Plano Operacional Transitório e do Plano Global, a EY deu baixa neste indicador. Com isso, optou-se pelo cancelamento desta macroação. A justificativa para o cancelamento é coerente com o contexto de trabalho da ATI.

211. Relacionada a *Vale S.A.* se refere ao andamento e encaminhamentos de demandas. Possui um caráter processual, porém foi cancelada com a mesma justificativa apresentada na atividade **210**. A justificativa para o cancelamento é coerente com o contexto de trabalho da ATI. **214.** *Contato com poderes públicos.* Atividade relacionada ao fluxo de encaminhamento. Possui natureza constante, justificando o seu *status* iniciada, devido à relação com diversos atores no processo, e contato com poderes públicos das três esferas na busca de informações para subsidiar seu trabalho e na articulação para levar as demandas das comunidades atingidas a estes entes federados. Esta atividade se materializa também na articulação e apoio aos poderes públicos (executivo e legislativo), com envio de Ofícios, realização de reuniões e visitas de campo, além de esclarecimentos de dúvidas sobre o Acordo.

215. *Poderes públicos.* Com o advento do Acordo, o alinhamento da equipe de Articulação Institucional se enquadra como atividade meio da ATI e com a construção do Plano Operacional Transitório e do Plano Global, a EY deu baixa neste indicador. Com isso, optou-se pelo cancelamento desta macroação. A justificativa para o cancelamento é coerente com o contexto de trabalho da ATI.

218. Referente ao *CTC/UFMG*. O *status* da atividade consta como iniciada. O *status* se justifica, pois, quando necessário, o CTC convoca reuniões com as ATIs e demais atores a respeito dos subprojetos contratados, em contratação ou em curso, estas reuniões são atendidas pelas equipes responsáveis da ATI. Atividade dentro do prazo, previsão de término em agosto de 2021.

As atividades da equipe de Articulação Institucional são acompanhadas de forma



transversal pela Equipe de Referência. É possível analisar os resultados do trabalho de articulação com diversos atores, através das devolutivas nas reuniões de Núcleos Comunitários. Com a assinatura do Acordo, a equipe da AI assume a frente do Anexo I.3, na execução e produção de documentos, como as “Cartilhas dos Municípios” das áreas 4 e 5, documento informativo e descritivo, com apresentação da ATI, atuação no território, especificação dos Núcleos Comunitários constituídos, aspectos concernentes ao Anexo I.3, como os valores e principais demandas (Comunitárias, Emprego e Renda, Qualidade vida, Saúde e Proteção Social, Infraestrutura e acesso, Atividades agropecuárias). O documento fornece informações pertinentes, de forma objetiva, direta, com clareza, cumpre o objetivo de informar sobre o Anexo.

Ressaltamos, que essas informações, conforme apresentada nas planilhas do “Anexo I, ações finalísticas Guaicuy área 4 março a maio/21” I e descritas neste Parecer não expressam a atual conjuntura da equipe de Articulação Institucional. Dessa forma, faz-se necessário relacionar ao Plano Operacional Transitório, em que houve mudanças no eixo Governança, reduzindo o número de atividades e concentrando na entrega de um produto relacionado a AI, sendo o “Relatório analítico de atividades da Articulação Institucional” que resume bem a função da equipe e direciona de forma concisa, porém estruturada e qualificada a sua atuação. Avaliamos como positiva a alteração, por apresentar um indicador sólido.

As macroações **219. 220. 225. 226. 228. 229. 237. 248. 249. 250. 259. 260. 261.** são referentes à equipe de Direitos dos Atingidos³. Dentre elas, apenas as **225. 226. 228. 229. 237. 250. 259.** estão no escopo de análise deste relatório. As outras encontram-se fora do escopo por terem sido concluídas ou canceladas anteriormente aos meses de março, abril ou maio.

225. *Acompanhamento jurídico-processual* direcionada à produção de documentos para elaboração de quesitação das chamadas da UFMG, alinhado aos objetivos específicos 6 e 7. Atividade com *status* iniciada em maio/2020 e de natureza constante. Evidências já

³ Conforme Plano de Trabalho (2020), na etapa da Governança, *a equipe de direitos também estará participando ativamente buscando a ampliação dos diálogos através do Controle social e Transparência; dos Instrumentos de Monitoramento e Avaliação; e da potencialização da Articulação Institucional e dos diálogos com o CTC e com a Ré. (Plano de Trabalho Instituto Guaicuy, 2020, p. 69).*



enviadas à auditoria referentes ao último Relatório Finalístico, não há atualizações. Atividade justificada.

226. *Acompanhamento jurídico-processual.* Cancelada por ser atividade do eixo, portanto, fora do escopo deste relatório.

228. *Acompanhamento jurídico-processual.* Cancelada pois foi englobada na macroação 240.

229. *Articulação política/institucional.* Localização e listagem de parceiros locais, sendo do poder público, Instituições de Justiça e/ou terceiro setor. A atividade consta como iniciada. Tem natureza constante, com evidências enviadas em janeiro de 2021, não há atualizações. Atividade justificada.

237. *Articulação política/institucional.* Cancelada por ser atividade do eixo, portanto, fora do escopo deste relatório.

250. *Atuação extrajudicial/administrativa.* Atividade para capacitação interna, com prazos dentro do escopo deste relatório. *Status* iniciado, com evidências referentes a fevereiro de 2021 já enviadas, sem atualizações. Será acordado com a auditoria sobre a repactuação dos prazos desta atividade.

259. *Atuação extrajudicial/administrativa.* Constitui-se como demanda processual, relacionada aos encaminhamentos burocráticos, relativos a *diligências externas*, para efetivação de demandas conforme fluxograma, junto a órgãos públicos, cartórios, postos de atendimento da Vale. Voltado para a equipe de campo, baseou-se na visita à comunidade de Cachoeira do Choro. A outra visita foi realizada na Secretaria do Município de Três Marias. Devido a onda roxa, ocorreu o impedimento de desenvolvimento desses encontros. O *status* da atividade está como iniciada. Por se tratar de uma macroação de natureza constante, existe a necessidade de produção de relatório e acompanhamento contínuo e multidisciplinar.

A atuação da equipe de Direitos é acompanhada pela Equipe de Referência da CAMF, seja em reuniões internas com a ATI, seja no acompanhamento de atividades com as pessoas atingidas, através dos Núcleos Comunitários. Trata-se de uma equipe que permeia toda a estrutura de organização e diálogo com as diversas áreas, de forma a possibilitar clareza e entendimento do processo para as pessoas atingidas. É percebido como o trabalho dos



advogados e advogadas populares é fundamental para a construção do diálogo com as pessoas atingidas, que, a partir da tradução jurídica, possibilita maior dinamicidade no entendimento para a participação informada.

As atividades da equipe de Direitos do eixo Governança são acompanhadas de forma transversal pela Equipe de Referência, É possível analisar os resultados do trabalho de articulação, encaminhamentos de documentos e processo de diligências externas, através das devolutivas nas reuniões de Núcleos Comunitários, principal metodologia na qual são abordados os resultados ou informações sobre os trâmites dos processos e fluxos das demandas. Nesses espaços, as pessoas atingidas dialogam com a equipe de Direitos apresentando novas demandas, além de questionamentos e queixas. A elaboração de cartilhas têm sido instrumentos informativos e orientadores importantes, além da constante disponibilidade da equipe para atender aos atingidos. Em reunião com a coordenação da equipe do Instituto Guaicuy, as Unidades Móveis no território para acolhimento jurídico, demonstra adesão, qualidade para os atendimentos, e com isso, proporciona maior eficiência e eficácia para a execução do serviço.

As macroações **293. 296. 297. 298. 299. 300.** são referentes aos Dados Secundários.

293. Sistematização de dados secundários. Concluída em setembro/20, portanto, fora do escopo deste relatório. As demais atividades são macroações relacionadas à atividade 293, ou seja, as demandas seguem o diagrama do fluxo. Dessa forma, justifica-se o cancelamento das mesmas.

As macroações **309. 312. 315. 317. 318.** são referentes à equipe da Tecnologia da Informação. Dentre elas, apenas as **312. 315. 318.** estão no escopo de análise deste relatório. As outras encontram-se fora do escopo por terem sido concluídas anteriormente aos meses de março, abril ou maio/2021.

312. *Planejamento e instalação da rede - BH.* Está definido a partir do termo de referência de instalação. “O modo como este termo for finalizado vai definir a forma de contratação e prestação de serviços em termos de (1) Planejamento, (2) Implantação e (3) Suporte de redes” (Anexo I, ações finalísticas Guaicuy área 4 março a maio/21, 2021). A



atividade consta com *status* iniciado, e, segundo a ATI, em março foi enviado para a EY um *request list* relativo a um relatório trimestral referente a março, abril e maio.

315. *Planejamento e instalação da rede - BH.* Cancelada pelo indicador não corresponder à ação. Atividade devidamente justificada na coluna de observações do “Anexo I, ações finalísticas Guaicuy área 4 março a maio/21” e pactuada em reunião com a EY.

318. *Tecnologia de Informação - Instrumentos de Monitoramento e Avaliação. Relatório das atividades levantadas nos Requisitos (Anexo I, ações finalísticas Guaicuy área 4 março a maio/21, 2021).* Atividade de natureza constante, com *status* iniciado, conforme consta no link para a evidência do plano de trabalho. Após a conclusão do sistema, será possível visualizar o seu uso.

As equipes de Dados Secundários e Tecnologia da Informação não são acompanhadas diretamente pela Equipe de Referência da CAMF. Em maio de 2021, foram feitas reuniões com as gerências do Instituto Guaicuy, com a finalidade de entender as atualizações da planilha de atividades definidas conjuntamente com a EY. Porém, não foi possível realizar reunião com a Gerência de Planejamento Institucional, composta pelas equipes supracitadas, devido a outras demandas do processo. Dessa forma, ficou acordado que a Equipe de Referência enviaria um e-mail detalhando cada atividade com as questões pertinentes, porém não houve retorno aos contatos realizados.

O relatório elaborado pela equipe de T.I, "Diagrama UML dos projetos de sistemas para gestão de demandas dos atingidos", objetiva descrever e agrupar entidades e elementos que irão compor o sistema de informação. No sistema proposto há nos grupos de entidades os seguintes itens: Solicitantes, Solicitações, Usuários do sistema e tipos do sistema. As definições para modelagem do sistema são definidas pelo Suporte Interno e o Monitoramento e Avaliação.

Ressaltamos, que essas informações, conforme apresentadas nas planilhas do Anexo I, ações finalísticas Guaicuy área 4 março a maio/21 e descritas neste parecer, não expressam a atual conjuntura da equipe de Dados Secundários e T.I. Dessa forma, faz-se necessário relacionar ao Plano Operacional Transitório, em que houve mudanças no eixo Governança, reduzindo o número de atividades e concentrando na entrega de um produto, sendo o



“Relatório de Monitoramento e Avaliação” que resume bem a função da equipe e direciona de forma concisa, enquanto CAMF, é possível avaliar como positiva a alteração, pois tende a estruturar e qualificar a atuação, e com isso apresentar um indicador sólido.

As macroações **319. 320. 321. 322. 323. 324. 325. 326. 327.** são referentes à Comunicação Popular.

319. Produção em comunicação para participação informada. está em consonância com os objetivos 1, 3, 5 e 8 do Plano de Trabalho. A linha atual segue lógica de entregas mensais com dados e informações. As entregas trimestrais são relatórios das redes (*Facebook* e *Instagram*): utilizando uma ferramenta de levantamento do engajamento das publicações, o que contribui na melhoria das próximas publicações e do relatório de acesso das métricas do site (site Guaicuy) através do *google metrics*. Atividade com *status* iniciada e natureza constante.

320. Produção em comunicação para participação informada. Cancelada desde janeiro/21, pois foi englobada na macroação 327.

321. Produção em comunicação para participação informada. Relatório em anexo com descrição das ações realizadas pela gestora de contatos via *Whatsapp* da então equipe de Comunicação Popular, no período de dezembro de 2020 a fevereiro de 2021. Dentre as ações descritas estão a alimentação da tabela de contatos do Instituto Guaicuy, o envio de informações advindas da Comunicação, o acompanhamento dos grupos de *Whatsapp* com pessoas atingidas, entre outras. O processo de comunicação está sendo estruturado com a equipe MePS. Segundo o Instituto Guaicuy, um trabalho realizado com cuidado, desde meados de 2019. O processo de comunicação é o tema central para a equipe. Atualmente está sendo realizada a unificação das planilhas, como exemplo: a planilha de contatos foi unida ao Diagnóstico Familiar Individual sobre perdas das Pessoas Atingidas (DFIPA). Existe um profissional para realizar atendimento telefônico nas áreas 4 e 5, a fim de esclarecer as dúvidas e as demandas que são levantadas individualmente. Existe o eixo dos grupos do *Whatsapp*, que tende a variar entre 40 e 250. Esse monitoramento é importante para avaliar as dúvidas e os entendimentos dos atingidos no decorrer do projeto. É realizada também uma comparação entre essas informações e as dúvidas que surgem entre as comunidades, a fim de



se identificar quais são as semelhanças entre as áreas. A equipe de acolhimento e o MePS torna-se presente nas reuniões quinzenais, com o intuito de averiguar as reações dos atingidos. Atividade iniciada e de natureza constante.

322. *Produção em comunicação para participação informada.* Cancelada desde janeiro/21, pois foi englobada na macroação 327.

323. *Produção em comunicação para participação informada.* Cancelada desde janeiro/21, pois foi englobada na macroação 327.

324. *Produção em comunicação para participação informada.* Cancelada desde janeiro/21, pois foi englobada na macroação 327.

325. *Produção em comunicação para participação informada.* Cancelada desde janeiro/21, pois foi englobada na macroação 327.

326. *Produção em comunicação para participação informada.* Atividade relacionada à gestão do *site* com amostragem das métricas de acesso e publicações. Atividade iniciada em outubro de 2020 e de natureza constante, com apresentação de relatórios mensais do *Google Analytics* com o crescimento do *site* no período sobre dados de gestão. O objetivo do *site* do Instituto é servir como uma base de conhecimento, ou seja, trata-se de uma grande memória pública do que o Instituto Guaicuy fez e faz ao longo do Projeto. Ele é um instrumento de comunicação pactual, onde ocorre a publicação das informações, a fim de se esclarecer as dúvidas dos atingidos. Além disso, o *site* caracteriza-se por ser uma biblioteca para consulta de possíveis dúvidas, por parte de ambos os atores envolvidos no Projeto. Ademais o *site* possui um *html* maximizado permitindo ao usuário o fácil acesso as publicações, mesmo utilizando uma rede 3G.

327. *Produção em comunicação para participação informada.* Atividade definida em janeiro de 2021 para substituir um grupo de linhas que geravam redundância na matriz. Apresenta planilha mensal com identificação do material e respectivos *links* para produção realizada e classificação do material indicando: veiculação; canais de distribuição; coordenadoria relacionada; região. Atividade de natureza constante, com *status* iniciado.

Os relatórios com as métricas das redes sociais, possibilitam observar o engajamento a



partir dos acessos, a frequência, o número de novos visitantes e retornos, bem como o formato de conteúdo mais acessado - fotos, vídeos. No período deste finalístico, as publicações mais acessadas foram relacionadas ao Acordo, Anexo I.2 e I.3. O engajamento nas redes sociais e *site* tem crescido, essas métricas demonstram o efeito da equipe de Comunicação Popular em reforçar os diversos espaços com presença da ATI, e que a divulgação de informações é ferramenta importante para a participação efetiva das pessoas atingidas.

Diante da análise dos resultados alcançados na Governança, as macroações foram claramente descritas, justificando os *status* das atividades e o período de execução. As atividades canceladas são devidamente justificadas por pertencerem ou serem transpostas para execução em outros eixos de atuação. O contexto da Covid-19 é também um grande fator de mudanças no cronograma, por isso há atividades que ainda não foram iniciadas. Ressalta-se que o Instituto Guaicuy elaborou protocolos de atuação no período da pandemia, desse modo minimizando o impacto no trabalho da ATI. As atividades concluídas estão relacionadas aos meses anteriores a este Relatório e, por isso, não são preponderantes para o escopo do presente Parecer.

O eixo de Governança foi o que mais passou por readequações, todas as atividades tiveram alguma alteração ou redirecionamento, sendo inseridas em outras frentes de atuação do Instituto Guaicuy, com resultados satisfatórios em andamento, bem estruturados e em consonância com o Plano de Trabalho da ATI, sobretudo com os objetivos geral e específicos. Reforçamos que a maioria das atividades não são diretamente acompanhadas pela Equipe de Referência da CAMF.

A equipe da CAMF pode atestar as demandas referentes à quesitação, nos termos expostos anteriormente. É possível confirmar, ainda, a participação do Instituto Guaicuy nas tratativas com as Instituições de Justiça, por exemplo, nas reuniões dos dias 8, 9 e 15 de março de 2021. Ainda, a presença da ATI é percebida em audiência no dia 29 de abril, às 9h, no CEJUSC da 2ª instância, o que pode ser observado nas respectivas atas, devidamente juntada aos autos.



Ainda nesse ponto, pode atestar a participação da ATI na sistematização dos dados referentes às pessoas atingidas. Ainda que a referida ação conste como cancelada, é visível a iniciativa das assessorias em organizar o respectivo regulamento, com base nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e da proteção dos dados das pessoas atingidas, de acordo com o que foi afirmado anteriormente.

3.2 Mobilização Social

É através do eixo de Mobilização Social que o Instituto Guaicuy trabalha com a metodologia de atendimento e diálogo com as pessoas atingidas, garantindo assim a participação informada para a busca da reparação. Segundo o Plano de Trabalho da ATI, é papel da assessoria temática,

(...) construir, em conjunto com as pessoas atingidas, uma ação política e reivindicatória, orientada para a estruturação de um projeto coletivo e participativo na qual o atingido seja o protagonista no processos de reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem.(INTITUTO GUAICUY, 2020).

Diferentes ações e atividades estão associadas à dinâmica de mobilização social. Desta maneira, o eixo de macroações da Mobilização Social é dividido entre quatro equipes responsáveis, sendo elas: 1) Metodologia de Participação Social - MePS; 2) Comunicação Popular; 3) Saúde e Assistência Social; e 4) Direito dos Atingidos.

No que tange o *status* das macroações do eixo de Mobilização Social da área 4 do Instituto Guaicuy, é possível verificar na figura II que 32% (18) encontram-se concluídas nos meses anteriores ao deste relatório, 4% (02) não foram iniciadas mas estão dentro do prazo, 5% (03) estão *On Hold* mas dentro do prazo e 41% (23) foram canceladas e apresentadas justificativas plausíveis para seu cancelamento. Essas macroações estão fora deste período de análise e não serão analisadas neste relatório. Observa-se que 18% (10) foram iniciadas e serão detalhadas e analisadas ao longo deste capítulo de acordo com o “Anexo I, ações finalísticas Guaicuy área 4 março a maio/21”, enviado pela ATI e os acompanhamentos feitos pela equipe de referência da CAMF.



**Figura II - Tabela da quantidade de macroações por *status* - Mobilização Social -
Área 4**

MACROAÇÕES ÁREA 4	Concluída	Iniciada	Não Iniciada	On Hold	Cancelada	Total
	68, 69, 70, 72, 73, 74, 80, 96, 99, 101, 105, 107, 108, 110, 111, 116, 145, 148	77, 92, 146, 147, 149, 151, 156, 245, 253, 273	91, 272	78, 254, 274	71, 76, 79, 100, 102, 103, 104, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 150, 152, 153, 155, 157, 223, 240, 256, 257	56
	18	10	2	3	23	56
	32%	18%	4%	5%	41%	100 %

Fonte: CAMF, 2021.

As macroações **68. 69. 70. 71. 72. 73. 74. 76. 77. 78. 79. 80. 91. 92.** são referentes ao MePS. Dentre elas, apenas as **77. 78. e 79.** estão no escopo de análise deste relatório. As outras encontram-se fora do escopo por terem sido concluídas ou canceladas anteriormente aos meses de março, abril ou maio; ou não foram iniciadas ou estão em *on hold*, mas ainda se encontram dentro do prazo de execução.

77. Fazer previsões de quantos encontros virtuais e presenciais e com quais temas tem como atividade levantar a demanda dos atingidos de forma a constituir Grupos Temáticas (GT) de discussões contínuas periódicas. Segundo a ATI, é melhor realizada com atuação em campo. Os produtos dessa atividade são as atas das reuniões/Participação. Embora esteja como iniciada, as atividades estão sendo reestruturadas devido a pandemia do Covid-19.

Essa é uma atividade anterior ao Acordo. Fundamenta-se a partir das demandas apresentadas e coletadas nos territórios, sobre quais as atividades serão realizadas junto aos atingidos, principalmente no que tange às medidas emergenciais na área 4. Há dois exemplos de demandas internas da ATI: durante as reuniões de fevereiro/2021, foi



observada a presença de muitos idosos (em Cachoeira do Choro, por exemplo), diante disso tornou-se necessário identificar se os jovens estão participando do processo, caso contrário torna-se necessário mobilizá-los. A outra demanda identificada foi a necessidade de atividades com as mulheres, através de encontros e conversas. Diante disso, as demandas aparecem ao longo do processo de consulta e principalmente durante as nucleações. Atualmente observa-se durante tais nucleações a presença de outros setores do Instituto Guaicuy (equipe da saúde, turismo, entre outros). Trata-se de uma ação processual, torna-se necessário desenvolver ações ao longo das demandas. Encontra-se de acordo com as atividades esperadas e objetivos do plano de trabalho, alcançando, até o momento, o resultado esperado.

78. Fazer eleição de Conselho Gestor. Encontra-se com o status *on hold*, pois depende da conclusão da formação de Núcleos, que foi iniciada em Novembro/20 na área 4, entretanto, com a nova fase da pandemia do Covid-19, está sendo reestruturada. Apresenta justificativa plausível para o não início da atividade.

92. Organizar assembleias para aprovar matriz de danos por temática. Avaliar, por meio do andamento das reuniões de Núcleos e GTs, a necessidade de reuniões de deliberação e de consolidação de posicionamentos. A meta é dinâmica, em função da realidade do Covid-19, deve ser refeita, a partir do diálogo com os atingidos. Em pesquisa para verificação de instrumentos tecnológicos de viabilidade. Cada necessidade de assembleia deve ser muito bem avaliada e realizada com toda segurança sanitária. O objetivo desta atividade é a realização das assembleias temáticas, para análise/diagnóstico dos danos, acompanhamento das atividades do Instituto Guaicuy e sistematização das informações. Consta com o *status* iniciado e constante. Nos meses de março a maio, não aconteceram assembleias, pois as reuniões de núcleo comunitário para discutir o Acordo se tornaram prioridade. Isso se deve ao prazo diminuto para debater com as pessoas atingidas os instrumentos e anexos do referido Acordo.

Na proposta inicial pautava-se que as assembleias periodicamente, divididas por áreas. Na última entrega do finalístico, relatou-se que a última assembleia foi realizada antes do Acordo, em fevereiro/21. Encontra-se de acordo com as atividades esperadas e objetivos



do plano de trabalho, e como é atividade constante, encontra-se dentro do prazo, alcançando, até o momento, o resultado esperado.

As macroações **145. 146. 147. 148. 149. 150. 151. 152. 153. 155. 157.** são de responsabilidade da equipe da Saúde e Assistência Social. Dentre elas, apenas as **146. 147. 149. 151. 156.** estão no escopo de análise deste relatório. As outras encontram-se fora do escopo por serem concluídas ou canceladas anteriormente aos meses de março, abril ou maio; ou não foram iniciadas ou estão *on hold*, mas ainda se encontram dentro do prazo de execução.

146. Acolhimento. Descrição de atividades multidisciplinares e procedimentos que toda a equipe técnica possa seguir durante o acolhimento, ciente dos pressupostos éticos e políticos no campo da assistência social, saúde e educação. O produto a ser entregue é o “Protocolo de Ações Interdisciplinares”. Atividade iniciada e constante. No período desse relatório, com a retomada gradual de ações presenciais, foi produzido o material de orientação para acolhimentos presenciais, que se trata de documento complementar aos demais produzidos no que diz respeito aos procedimentos de segurança para prevenção da Covid-19 (importante salientar que estava previsto retorno das ações presenciais em fevereiro e março, entretanto, no final de março foi decretada onda roxa, fazendo com que a equipe da ATI retornasse às ações remotas).

A última entrega, produção de orientação de acolhimento presencial em cada sede, ocorreu no mês de março. O Protocolo possui várias imagens e linguagem acessível para informar as pessoas atingidas como deve ser o procedimento dos acompanhamentos durante a pandemia do Covid-19. É um material didático, acessível e com informações completas e detalhadas. Encontra-se de acordo com as atividades esperadas, objetivos do plano de trabalho e evidências, alcançando, até o momento, o resultado esperado.

147. Acolhimento. Elaboração do material de suporte para o atendimento e encaminhamento das demandas segundo sua tipologia. O Material deve conter e-mails "padrão" para envio e requisição, lista de contatos, dicas, dúvidas etc. Atividade iniciada e constante. No período deste relatório foram produzidos materiais de comunicação para



divulgação para as pessoas atingidas. Em março/21, considerando o mês internacional de luta das mulheres, o Instituto Guaicuy produziu pílula sobre os principais impactos e os danos à saúde das mulheres atingidas. Também foram produzidos materiais informativos sobre início de acolhimento presencial na sede, na "Casa de Acolhimento". Em abril/21, deram início a publicização, semanalmente, da situação de infecção nos municípios de atuação da ATI através do “Boletim Epidemiológico externo”, divulgado no site e em grupos de *Whatsapp*. Esse material será produzido de forma constante. Em maio/21, além do “Boletim Epidemiológico”, foram produzidos convites para formação multidisciplinar, de saúde, ambiental e agrárias sobre contaminantes presentes na água e seus possíveis danos à saúde. Foi produzido material informativo sobre a luta antimanicomial e sobre a luta contra a violência infantil. Além disso, foram produzidos diversos materiais com o intuito de explicar o acolhimento psicossocial, com pílulas da equipe de referência da ATI se apresentando e mobilizando para o acolhimento, foi produzido também um episódio no “Água das Gerais” - texto, e convite para acolhimento presencial.

O Programa de entrevistas do Instituto Guaicuy “Águas das Gerais” leva informações e novidades sobre o desenrolar dos procedimentos jurídicos e do trabalho das Assessorias Técnicas Independentes, sempre com o objetivo da participação informada das comunidades.

No programa “Acolhimento Psicossocial e Direitos” foram trazidas para os atingidos informações sobre a saúde da mulher, boletins epidemiológicos, textos temáticos etc. Esses tipos de entregas são pensados devido à dificuldade de comunicação nas comunidades. A ação tem funcionado e chamado a atenção das pessoas atingidas para assuntos importantes e de seu interesse. Está de acordo com as atividades esperadas e objetivos do Plano de Trabalho e, até o momento, alcança o resultado esperado.

149. Acolhimento. Atendimento agendado com demanda direcionada, via telefone, videoconferência e demais meios de atendimento remoto e acolhimento ativo e passivo de pessoas em situação de violação de direitos e riscos para a saúde e bem-estar social à rede de serviços/sistema de garantia de direitos, conforme fluxos pactuados. Busca ativa por demanda da Equipe da ATI e Núcleos Comunitários: identificar/mapear e encaminhar pessoas em extrema vulnerabilidade. O foco são fatores de risco para violações de direitos, envolvendo



crianças, adolescentes, mulheres, idosos e outros grupos vulneráveis; insegurança alimentar e nutricional, trabalho infantil, saúde mental e outros. Acolhimento em modo Remoto. É uma atividade iniciada em julho/20, por meio remoto e constante, sendo executada de acordo com a demanda por acolhimento. A partir da contratação da equipe de campo, essa atividade foi intensificada, com a realização de busca ativa e de maior potencial para acolher as demandas. Para fins de comprovação da atividade foi criada uma planilha de acompanhamento dos acolhimentos e seus encaminhamentos.

Foi pactuada uma planilha com a EY, com os acompanhamentos das atividades presenciais e remotas e seus encaminhamentos. Existe um formulário de acolhimento entregue como evidência para a EY, com o *ID*, data de acolhimento, categoria de demanda, e encaminhamentos interno e externo de cada atingido atendido, cumprindo assim seus objetivos.

151. Acolhimento. Articulação da rede de serviços para encaminhamentos, de acordo com as demandas dos atingidos no âmbito das políticas e serviços públicos. A princípio, as reuniões e contatos serão por via remota, em tempos de isolamento. Ações em redes intersetoriais institucionais. Ação iniciada e constante. Em março/21, o Instituto Guaicuy deu continuidade às articulações institucionais, realizando reuniões com escolas municipais de Angueretá. Em abril/21, realizaram articulação com o Conselho Municipal de Saúde de Pompéu e, na oportunidade, foi realizada eleição dos representantes da nova gestão, elegendo uma técnica do Instituto Guaicuy para representar a instituição. Em maio/21, foi realizada uma articulação com a Secretaria Municipal de Saúde de Pompéu para entendimento da situação das crianças e adolescentes que, porventura, estejam em situação de vulnerabilidade e articulação de fluxos para desenvolver atividades.

As ações intersetoriais são escopo da equipe de Saúde e Assistência Social, com isso, a articulação e aumento do contato do Instituto Guaicuy com a rede de apoio, tendo em vista que agora estão em campo e o diálogo é facilitado. Apresenta coerência com as atividades operacionais, com o Plano de Trabalho e com as evidências, atingindo assim os objetivos esperados. A Equipe de Referência da CAMF tentou contato com a coordenadora da saúde da ATI sobre a dúvida a respeito da possível inadequação de uma técnica do Instituto Guaicuy cumprir o papel de Conselheira da Saúde do município de Pompéu, porém, até o

fechamento deste Parecer, não houve retorno, este diálogo será realizado em momento oportuno.

156. Ações coletivas. Espaço de sociabilidade e compartilhamento de expressões de sofrimento mental e mapeamento dos agravos psicossociais decorrentes dos impactos do desastre, entre adultos, crianças e adolescentes. Rodas de Conversa. Foi iniciada e tem a previsão de término em dezembro/21. Em março/21, o Instituto Guaicuy realizou rodas de conversa com a Comissão dos Atingidos de Cachoeira do Choro, para alinhamento sobre formato de devolutivas de análises de água e possíveis implicações à saúde. De abril a maio/21, as principais ações desenvolvidas pela equipe da Saúde e Assistência Social para esse indicador foram de participação nas consultas e rodas de conversa, realizadas com as pessoas atingidas em decorrência do Acordo.

No mês de março, os Núcleos Comunitários pautaram as devolutivas dos resultados das análises da água dos meses de dezembro/2020 a fevereiro/2021, e a informação sobre o Programa de Transferência de Renda (PTR). As nucleações têm sido espaços de troca entre a ATI e pessoas atingidas fundamentais para a circulação de informações, devolutivas, coletas de novas demandas. As ações coletivas envolvem mais de uma equipe da ATI, de modo a dar resposta ao caráter interrelacional e multifacetado dos danos. A atuação interdisciplinar da ATI possibilita que as discussões nesses espaços sejam proíficas, no que tange a relação de confiança entre a entidade e as pessoas atingidas.

As macroações **223. 240. 245. 253. 254. 256. 257. 272. 273. 274.** são referentes à equipe de Direitos dos Atingidos. Entre elas, apenas as **240. 245. 253. 254. 272. 273.** estão no escopo de análise deste relatório. As outras encontram-se fora do escopo por serem concluídas ou canceladas anteriormente aos meses de março, abril ou maio; ou não foram iniciadas ou estão *on hold*, mas ainda se encontram dentro do prazo de execução.

240. Educação Jurídica Popular. Atividade cancelada. Nos últimos ciclos com a EY, essa atividade mudou, inicialmente ocorreram rodas de conversas com as pessoas atingidas e



equipe de direitos, com a participação média de 90 atingidos. Depois disso, as atividades foram vinculadas aos núcleos comunitários e ficaram ligadas à comunicação, responsável pelo envio da evidência a respeito da execução desta atividade. No penúltimo ciclo, algumas evidências foram áudios de *Whatsapp*, a EY reavaliou a equivalência dessa evidência, e por fim, foi definido o cancelamento dessa macroação da equipe de direito.

245. Educação Jurídica Popular. Realizar formações com as equipes sobre direitos das pessoas atingidas. Já iniciada e com prazo final em fevereiro/22. Atividade iniciada e evidências encaminhadas nas rodadas de dezembro/20, janeiro/2021, fevereiro/2021. Sem atualizações e evidências depois de fevereiro. Última formação foi depois do Acordo, para esclarecimento de dúvidas da equipe interna. Em coerência com as atividades operacionais, com os objetivos específicos do plano de trabalho, com as evidências e dentro do prazo.

253. Atuação extrajudicial/administrativa. Realizar o acolhimento das pessoas atingidas. Iniciada, constante e evidências já enviadas nas rodadas de dez/2020, mar/2021 e jun/2021.

Ação geral com registro comprobatório. Ocorrem de forma remota e presencial e de acolhimento que envolve a macroação 254, pois são geradas planilhas que são inseridas na ação 254. Foi sugerido pela EY colocar o quantitativo por área. Em coerência com as atividades operacionais, com os objetivos específicos do plano de trabalho e com as evidências.

254. Atuação extrajudicial/administrativa. Escuta passiva nos pontos de atendimento fixos (sedes) e unidades móveis de acolhimento realizada pelos analistas técnicos jurídicos, com a identificação da demanda e encaminhamentos multidisciplinares conforme fluxograma e materiais disponíveis. Acolhimento Administrativo Presencial Passivo. Encontra-se *on hold*, dentro do prazo. Iniciada apenas na área 4. Na área 5 estão aguardando as vans ficarem prontas.

273. Matriz de danos. Participar de reuniões com as pessoas atingidas. Iniciada e com data de término para fevereiro/22. Em coerência com as atividades inter e transdisciplinares da ATI e com os objetivos específicos do plano de trabalho.



As reuniões são de nucleação, onde a equipe de direito participa ativamente e a maioria das evidências são as mesmas da comunicação. Não há decisão, até o momento, sobre seu cancelamento. Na próxima reunião com a EY será pactuada uma decisão.

Nota-se que as atividades do eixo de Mobilização Social referentes a equipe da Comunicação Social não foram apresentadas e analisadas, pois todas foram canceladas por já fazerem parte de algum outro eixo e/ou ação; ou concluídas, portanto, estão fora do escopo deste relatório.

Diante da análise da avaliação dos resultados alcançados da Mobilização Social, observou-se que a abordagem do Relatório do Instituto Guaicuy apresentou com clareza as suas técnicas e metodologias adotadas. Pode ser observado também que a ATI conseguiu se organizar da melhor maneira durante a pandemia do Covid-19, para não deixar as comunidades desamparadas. Dessa forma, são resultados satisfatórios em andamento, bem estruturados e em congruência com o plano de trabalho da ATI. É importante destacar, que a planilha “Anexo I, ações finalísticas Guaicuy área 4 março a maio/21” possui registros desde maio de 2020 e que as atividades analisadas foram somente do período de março a maio de 2021.

No eixo Mobilização Social, a equipe da CAMF acompanhou algumas atividades virtuais, entretanto, por se tratar de funções *interna corporis*, entre Instituto Guaicuy e comunidades atingidas, não foi facultada a possibilidade de acompanhamento de todas as atividades executadas. Contudo, é possível atestar a realização de reuniões com as pessoas atingidas, através das evidências e da troca de mensagens entre a equipe da CAMF e a equipe da ATI.

Nas reuniões de Núcleos Comunitários acompanhadas pela Equipe de Referência da CAMF, destacamos que o Instituto Guaicuy soube utilizar bem esse espaço e ferramenta metodológica, uma vez que já há consistência na participação das pessoas atingidas nessas reuniões, por serem mensais e marcadas previamente, é possível organização, ou seja, as pautas e temas a serem abordados nos próximos núcleos. A divulgação nos grupos de *Whatsapp* é convidativa, bem explicativa por texto de chamamento e áudio. O número de participantes é variado, porém o contato das equipes de campo no território é consistente, sendo perceptível isso durante as reuniões.



3.3 Direito e a Construção da Matriz de Danos

O eixo de Direito e a construção da Matriz de Danos, está relacionado com o objetivo final das atividades propostas pela assessoria e todas as outras ações que se organizam para construí-la. A matriz de danos é o instrumento que contém os danos individuais, coletivos e difusos das pessoas atingidas. A matriz de danos, segundo o plano de trabalho “(...) será construída, juntamente com essas pessoas nas instâncias deliberativas, através de metodologias participativas”⁴.

Sendo assim, o bloco de macroações do Direito e a construção da Matriz de Danos é dividido por equipes responsáveis, sendo elas: 1) Metodologia de Participação Social - MePS, 2) Diagnóstico Familiar e Individual das Pessoas Atingidas - DFIPA, 3) Saúde e Assistência Social, 4) Análise Ambiental, Agrário e Econômico, 5) Estudos Econômicos e 7) Direito dos Atingidos. As informações técnicas, produzidas pelo Instituto Guaicuy nas nucleações, nos DRP's, no DFIPA, nos estudos de agropecuária, agricultura familiar e setor agrário, nos estudos ambientais, nos estudos de impactos nas economias e nos sistemas produtivos, bem como nas consultorias contratadas serão a base que irá compor essa Matriz de Dados e auxiliar na garantia da reparação e dos direitos às pessoas atingidas.

No que tange o *status* das macroações do eixo de Matriz de Danos da área 4 do Instituto Guaicuy, é possível verificar na figura III que 17% (09) encontram-se concluídas nos meses anteriores ao deste relatório, 28% (15) não foram iniciadas, mas estão dentro do prazo, 24% (13) estão *On Hold* mas dentro do prazo e 11% (06) foram canceladas e apresentadas justificativas plausíveis para seu cancelamento. Essas macroações estão fora deste período de análise e não serão analisadas neste relatório. Observa-se que 20% (11) foram iniciadas e serão detalhadas e analisadas ao longo deste capítulo de acordo com o Anexo I, ações finalísticas Guaicuy área 4 março a maio/21, enviado pela ATI e os acompanhamentos feitos pela equipe de referência da CAMF.

⁴ Instituto Guaicuy. Plano de Trabalho de Assessoria Técnica às comunidades atingidas pelo rompimento da Barragem B-I e Soterramento da Barragem B-IV-A da Minas Córrego do Feijão da Empresa Vale S.A. Área 4, p. 71. Coord.: Carla Wstane. Belo Horizonte, 2020.

